



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA**

**O COMPORTAMENTO SINTÁTICO-SEMÂNTICO DA CATEGORIA
GRAMATICAL DE SUJEITO EM TÍTULOS JORNALÍSTICOS: UMA
ABORDAGEM FUNCIONALISTA**

CLEBER ALVES DE ATAIDE

JOÃO PESSOA
2008



CLEBER ALVES DE ATAIDE

**O COMPORTAMENTO SINTÁTICO-SEMÂNTICO DA CATEGORIA
GRAMATICAL DE SUJEITO EM TÍTULOS JORNALÍSTICOS: UMA
ABORDAGEM FUNCIONALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientação: Dra. Maria de Fátima B. de Melo

Co-orientação: Dra. Maria Elizabeth Affonso Christiano

JOÃO PESSOA

2008

A883c

Ataíde, Cleber Alves de.

O comportamento sintático-semântico da categoria gramatical de sujeito em títulos jornalísticos: uma abordagem funcionalista / Cleber Alves de Ataíde. João Pessoa: O autor, 2008.

136p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Letras, 2008. Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Benício de Melo.

1. Linguística. 2. Linguística sistêmico-funcional. I. Melo, Maria de Fátima Benício de. II. Título.

801 CDU (2. ed.)



**O COMPORTAMENTO SINTÁTICO-SEMÂNTICO DA CATEGORIA SUJEITO
EM TÍTULOS JORNALÍSTICOS: UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA**

Cleber Alves de Ataíde

Dra. Maria de Fátima Benício de Melo

Dra. Maria Elizabeth Affonso Christiano

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria de Fátima Benício de Melo – UFPB (Orientadora)

Profª. Dra. Maria Elizabeth Affonso Christiano – UFPB (Co-orientadora)

Prof. Dr. Pedro Farias – UFPB (Examinador)

Profª. Dra. Iara Martins – UEPB (Examinador)

Prof. Dr. Marlos Pessoa – UFPE (Suplente)

Profª. Dra. Irandé Antunes – UECE (Suplente)

JOÃO PESSOA

2008

DEDICATÓRIA

A minha pequena e grande família que, apesar de, muitas vezes, não ter compreendido meus esforços, me incentivou de uma maneira simples e singular.

A minha tia Geni Cândido Sena (in memoriam) que, durante um tempo delicado e especial de minha vida, me fez sentir forte e capaz diante das muitas pedras no meio do caminho.

*Aos meus queridos sobrinhos Laís, Paulo Ricardo,
João Filiphis, Larrisa e Rayssa que estão aprendendo a
descobrir as “coisas” da língua.
Que descubram esse encantamento!*

A minha mãe, Vera Lúcia Rodrigues Silveira, que representou um “sujeito agente” muito especial nessa minha trajetória, da qual, pelas adversidades da vida, não consegui traçar o mesmo caminho até o fim.

Ao meu irmão Cássio (in memoriam)

*Aos meus irmãos, Célia, Clecio e Clayton que estão
tentando construir um caminho sólido e fascinante a partir da
educação. Que vocês consigam encontrar um caminho de paz e
sucesso. Boa sorte nesta caminhada!*

Amo vocês do meu jeito!

*A um sujeito quase que inexistente na minha vida, meu pai,
José Ataíde. A sua ausência me fez criar forças para vencer as
adversidades da vida.*

AGRADECIMENTOS

Empreender um trabalho acadêmico requer, sobretudo, diálogos. Então, como o contexto me permite, deixem-me agradecer aos “sujeitos determinados” com quem conversei nesta caminhada. Gostaria, pois, de expressar meus agradecimentos:

À **Maria de Fátima Benício de Melo**, minha orientadora, pela atenção, aceitação, disponibilidade e delicadeza com que orientou e analisou meus textos. Obrigado por respeitar minha autonomia como pesquisador iniciante e minhas decisões nesta investigação.

À **Beth Christiano**, pelos diálogos sobre o Funcionalismo e a disponibilidade dos textos. Nossos diálogos em sala de aula foram fundamentais para o desenvolvimento e a reformulação do nosso projeto inicial.

Ao Prof. **Pedro Farias** pela participação e arguições pertinentes na minha banca de qualificação.

À Profa. **Iara Martins** pela sua disponibilidade e sua experiência com a teoria funcionalista.

À **Irandé Antunes**, por seu incentivo, sua disponibilidade e contribuição às pesquisas aplicadas ao ensino, divulgadas nos livros e artigos. Obrigado, também por me deixar participar de ricos encontros e discussões sobre “as coisas da linguagem”. Que continuemos nossas conversas!

Ao Prof. **Marlos Pessoa**, por sua gentil aceitação quando indicado para suplente da banca examinadora.

Ao Prof. **Fanuel Paes Barreto**, pela seriedade com que me apresentou a Lingüística.

Às amigas e grandes incentivadoras, **Gláucia Nascimento e Cristina Botelho**, agradeço o encaminhamento, a dedicação e a responsabilidade com que conduziram os projetos

de pesquisa dos quais participei durante a graduação em Letras na FACHO. Obrigado por acreditarem em mim.

À amiga e companheira de luta, **Adriana dos Santos**, e aos também professores **Ricardo** e **Sueli**, gestores da *Escola Estadual Henriqueta de Oliveira*. Obrigado pela compreensão de minha ausência e dividir o fardo pesado de minhas atividades na escola.

Dizem que aos da casa não precisa agradecer, mas expresso meu afeto e admiração a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Lingüística da UFPB, representados pelo Prof. Dr. **Dermeval da Hora**, coordenador do Programa e **Vera Lucia**, secretária.

Deixo também grafado meu carinho às pessoas que aturam como “*sujeitos implícitos*” nessa empreitada e que viveram comigo bonitas estórias no grande Sertão pernambucano e baiano. Valeu pelo incentivo, professoras **Poliana Dayse**, **Sandra Dias**, **Francicleide Souza**, **Cristiane Alcântara**, **Loredana Almeida**, **Sherry Morgana**, **Adeilza Monteiro** e **Roberta Fagundes**.

Um carinho muito especial aos também professores e amigos **Carla Carmelita**, **Carla Parisi**, **Cristiane Chagas**, **Christiane Santiago**, **Carminha**, **Lívia Francisca**, **Mabel Batista**, **Célia**, **Cecília**, **José Enildo**, **Léa Graças**, **Thiago Trindade**...

Obrigado, também aos meus familiares que me apoiaram principalmente meu, irmão **Clecio Ataíde**, pelo apoio logístico, no trajeto de lutas: Recife – Paulo Afonso, João Pessoa – Recife e depois, Belém do São Francisco – Recife.

Deixo registrado, nestas páginas, meus agradecimentos a todos aqueles que colaboraram para realização deste trabalho como *sujeitos determinados e implícitos*. **Meu muito obrigado!**

RESUMO

Esta pesquisa propõe um estudo das dimensões sintático-semânticas dos itens lexicais que, sintaticamente, exercem a função de sujeito em títulos jornalísticos. Ainda investiga a configuração de construções verbais, observando suas motivações pragmático-ideológicas subjacentes ao contexto jornalístico. Nossa investigação parte do princípio de que, nos títulos do tipo oracional (SVO – SV), por exemplo, *Justiça limita liberdade dos torcedores*, a posição de sujeito é ocupada por expressões que assumem metonimicamente o papel de controlador do processo dinâmico expresso pelo verbo, uma vez que nestes enunciados há uma certa reconfiguração de sentido do sujeito, pois sua principal característica prototípica de agentividade é freqüentemente desassociada. Para a realização das análises, constituímos um *corpus* de 120 títulos de notícias jornalísticas publicados em dois periódicos pernambucanos, ao longo dos anos 2006, 2007 e 2008 e analisamos as expressões ocupantes do lado esquerdo do verbo (processo). Para discussão dos resultados obtidos procedemos, metodologicamente, da seguinte forma: apresentamos o número de ocorrências dos processos, levando em conta a freqüência de determinado tipo presente em nosso *corpus*; verificamos os participantes *ator, beneficiário, experienciador e dizente*, a fim de averiguar de que forma esses participantes representam a entidade referida na posição de sujeito em determinada área temática: *política, economia e vida urbana* e, por fim, categorizamos a representação do primeiro participante (P1) que, sintaticamente, expressa o sujeito, conforme Souza (2006, p. 165), como sintagma nominal (SN) de dois tipos: “o SN lexical (SNL), tendo como núcleo um substantivo, modificado ou não; o SN individualizado (SNi), subtipo do SNL, aquele que tem como núcleo um indivíduo. Para evidenciar tal posicionamento, fundamentamo-nos em pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1985), Halliday & Mathiessen (2004), Souza (2006) e Furtado da Cunha & Souza (2007). Constatamos que os sintagmas nominais (SNs) que ocupam a posição de sujeito nos títulos jornalísticos cumprem as mais variadas formas de representatividade e que esses sintagmas representam comportamentos semântico-pragmáticos determinados pelo contexto temático.

Palavras-chave: Linguística sistêmico-funcional; sujeito; aspectos sintático-semânticos.

ABSTRACT

This research proposes a study of the syntactic- semantic dimensions of the lexical items that, syntactically, exercise a function of subject in journalistic titles. Still it investigates the configuration of verbal constructions, observing its pragmatic- ideological motivations subjacent to the journalistic context. Our investigation starts from the principle that, in the titles sentence type (SVO- SV), for example *Justice limits liberty of the supporters*, the position of the subject is occupied by expressions that assume metonymically the paper of controller of the dynamic process expressed by the verb, as in these enunciates there are a kind of configuration of sense of the subject, as its main characteristic prototypical characteristic of agentivity is frequently dissociated. To the realization of the analysis, we constituted a *corpus* of 120 journalistic news published in two periodic from Pernambuco, through the years 2006, 2007 and 2008 and analyzed the expressions from the left side of the verb (process). To the discussion of the obtained results we proceeded, methodologically, as follows: we presented the occurrences number of the processes, taking into account the frequency of determined kind present in our *corpus*; we verified the participants *actor, beneficiary, experiencer and teller*, to verify in which way these participants represent the referred entity in the position of subject in a determined thematic area: *politics, economy and urban life* and, to finish, we categorized the representation of the first participant (P1), that, syntactically, expresses the subject, according to Souza (2006, p. 165), as nominal syntagmas (SN) of two kinds: the lexical SN, having as a centre a noun, modified or not; the individualized SN (SNI), subtype of SNL, that that has as a centre a being. To evidence such position, we fundament in the pretext of Systemic-Functional Linguistic of Halliday (1985), Halliday & Mathiessen (2004), Souza (2006) and Furtado da Cunha & Souza (2007). We observed that the nominal syntagmas (SNs) that occupy a position of subjects in the journalistic titles accomplish the most varied forms of representativity and that these syntagmas represent semantic-pragmatic behaviours determined by the thematic context.

Key-words: Linguistic systemic-functional; subject; syntactic-semantic aspects.

LISTA DE SIGLAS

ACD – Análise Crítica do Discurso

A1 – Argumento 1

A2 – Argumento 2

A3 – Argumento 3

A4 – Argumento 4

DP – Diário de Pernambuco

GT – Gramática Tradicional

JC – Jornal do Commercio

LSF – Linguística Sistêmico-Funcional

P1 – Participante 1

P2 – Participante 2

P3 – Participante 3

SN – Sintagma nominal

SNL – Sintagma Nominal Lexical

SNLi – Sintagma Nominal Lexical individualizado

GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de ocorrências da distribuição dos tipos de processos verbais nos títulos jornalísticos.....	89
Gráfico 2: Distribuição dos tipos de processos verbais nos títulos	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Seleção e organização temática dos títulos jornalísticos	29
Quadro 2: Aspectos composicionais dos títulos no gênero notícia	41
Quadro 3: Definições da categoria sujeito nas gramáticas.....	52
Quadro 4: Definições da categoria sujeito nos manuais didáticos	55
Quadro 5: Ocorrências dos critérios de identificação do sujeito, segundo as gramáticas normativo-prescritivas.....	58
Quadro 6: Ocorrências dos critérios de identificação do sujeito, segundo os manuais didáticos	58
Quadro 7: Critérios da identificação da categoria sujeito	59
Quadro 8: Classes de verbos/ predicções segundo as relações contraídas entre predicado e argumentos.....	70
Quadro 9: Metafunções da linguagem e a representação no nível léxico-gramatical	78
Quadro 10: Comportamento sintático-semântico do participante sujeito na LSF	85
Quadro 11: Número de ocorrências dos tipos de processos no corpus	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I – Entre títulos e notícias: determinando os procedimentos metodológicos	22
1.1. Dimensionando as questões da pesquisa	22
1.2. Objetivos	24
1.3. Hipóteses	25
1.4. Títulos jornalísticos, para que os quero?	26
1.4.1. Construindo um <i>corpus</i>	26
1.4.2. A organização e seleção do <i>corpus</i>	28
1.4.3. Por uma escolha teórica: os princípios da gramática funcional	29
CAPÍTULO II – No foco das notícias: linguagem, gêneros e títulos	31
2.1. Noticiando os fatos	31
2.2. Os títulos e o propósito comunicativo	42
2.2.1. A tipologia dos títulos	46
CAPÍTULO III – Sujeito: na sintaxe e no discurso	48
3.1. Sobre o sujeito	48
3.2. Quem é o sujeito? Definições e critérios de identificação	51
CAPÍTULO IV – Por uma compreensão sintático-semântica da gramática	61
4.1. As determinações de significado nas construções lingüísticas	61
4.2. A estrutura argumental e a centralidade do verbo nas predicções	64
4.2.1. A semântica dos verbos	68
4.3. A semântica dos verbos e o sistema de transitividade, segundo a lingüística norte-americana	72
4.4. A Lingüística Sistêmico-funcional	76
4.4.1. Sobre o sistema de Transitividade	79
CAPÍTULO V – O comportamento da categoria sujeito: o que nos revela o <i>corpus</i> de análise?	88
5.1. A distribuição dos tipos de processos nos títulos	89
5.2. Quando o sujeito faz algo acontecer: os processos materiais	93

5.2.1. A representação do <i>Ator</i>	95
5.3. Quando o sujeito experimenta: os processos mentais	105
5.3.1. A representação do <i>Experienciador</i>	106
5.4. Quando o sujeito diz: os processos verbais.....	108
5.4.1. A representação do <i>Dizente</i>	109
CONCLUSÕES	112
REFERÊNCIAS	116
ANEXOS	121
<i>Notícias do Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio</i>	122
<i>Processos verbais por área temática</i>	166

INTRODUÇÃO

Uma confusão de critérios (mórficos, sintáticos e semânticos) para a definição e classificação de muitos fenômenos lingüísticos tem sido, de modo geral, a causa maior de contradições, desencontros teóricos entre lingüísticas e, sobretudo, de mal-entendidos identificados nas gramáticas normativas tradicionais e no ensino da língua portuguesa. Uma observação mais cuidadosa de como os elementos da *gramática* de uma língua se efetivam no uso pode nos revelar definições mais precisas e coerentes no tocante às suas regras de funcionamento.

A conceituação de sujeito na gramática tradicional, por exemplo, é um dos tantos pontos que merecem uma maior apreciação por parte dos que trabalham tentando descrever aspectos das estruturas lingüísticas. Tem-se pouca evidência acerca de um tratamento diversificado, ou pelo menos, mais criterioso quanto à abordagem desse fenômeno na escola e nos manuais escolares. Isso significa, de modo geral, que o ensino de português nas escolas ainda está por demais associado a uma gramática de orientação normativo-prescritiva, deixando de lado noções gramaticais que deveriam estar atreladas a situações reais de utilização da língua. A consideração de análise lingüística a partir das reais situações de uso da língua poderia instigar melhor nosso olhar de investigação perante aos fenômenos da linguagem.

Quanto à noção de sujeito, por exemplo, várias são as formas de tratamento dispensado a esse fenômeno lingüístico, uma vez que as encontramos desde a definição morfosintática do sujeito até a definição semântica. Em relação ao critério semântico, por exemplo, alguns gramáticos (cf. SANTOS, 2003 e CUNHA & CINTRA, 1985), para conceituar o sujeito, tomam como ponto de partida os verbos de ação. De modo geral, o sujeito é definido como aquele que pratica ação contida no significado do verbo. Nessa

definição, esquece-se de que nem todos os verbos da língua que recebem o rótulo de ação possuem essa característica – há sensíveis diferenças entre os verbos que nem sempre são detectadas – ou nem todos vêm acompanhados de um “agente”. Isto é, o estudo neste âmbito é fragmentado e, por vezes, inconsistente o modo de tratar aspectos da gramática de uma língua. O que queremos salientar é que, muitas vezes, a gramática que aprendemos ou até mesmo ensinamos costuma ser desassociada da construção dos significados.

Esta pesquisa, é um trabalho descritivo e interpretativo, trata do comportamento de estruturas gramaticais no seu *habitat* (cf. SARDINHA, 2004), buscando oferecer uma análise qualitativa. Procuramos realizar um estudo da função sintática do sujeito numa perspectiva mais ampla e, sobretudo, mais coerente do que aquela proposta pela maioria dos gramáticas didáticas.

O resultado desse processo de investigação está distribuído em cinco capítulos. Na parte I, *Entre títulos e notícias: determinando os procedimentos metodológicos*, apresentamos as linhas gerais da pesquisa, contemplando itens, como: objetivos, justificativa, *corpus*, metodologia e a escolha da fundamentação teórica.

No capítulo II, *No Foco das notícias: linguagem, gêneros e títulos*, apresentamos algumas idéias sobre linguagem e gramática, os princípios da análise de gêneros a partir de Fairclough (2001), a percepção composicional da notícia veiculadas nos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio e a tipologia dos títulos proposta por Travassos (2003).

O capítulo III, *Sujeito: na sintaxe e no discurso*, contemplamos a categoria gramatical de sujeito, sendo esta contemplada pela ótica da abordagem tradicional e das abordagens lingüísticas. Além disso, apresentamos algumas reflexões dos critérios de

identificação do sujeito e, por fim, mostramos a idéia de prototipicidade desta categoria na língua.

Por uma compreensão sintático-semântica da gramática é o quarto capítulo desta dissertação, na qual discorremos sobre o sistema de transitividade na língua portuguesa, delimitando nosso foco para a categoria gramatical investigada: o sujeito. Para tanto, apresentamos as idéias da Lingüística Sistemico-Funcional, representada por Halliday (1985) e Halliday & Matthissen (2004).

O comportamento da categoria de sujeito: o que nos revela o corpus de análise?, nosso V capítulo, analisamos os dados e discorremos sobre o papel dos itens lexicais que ocupam a posição de sujeito nos títulos dos jornais, visando demonstrar como a combinação de processos verbais e participantes estão diretamente representados nestes enunciados e como esses elementos contribuem para a expressão dos pontos de vista ideológicos dos eventos sociais das instituições jornalísticas. Por fim, mostramos, na conclusão, as considerações finais do trabalho, compreendendo uma discussão dos resultados obtidos.

CAPÍTULO I

Entre títulos e notícias: determinando os procedimentos metodológicos

A pesquisa é um trabalho em processo não totalmente controlável ou previsível. Adotar uma metodologia significa escolher um caminho, um percurso global do espírito. O percurso, muitas vezes, requer ser reinventado a cada etapa. Precisamos, então, não somente de regras e sim de muita criatividade e imaginação. (SILVA, 2001, p. 9-10).

Neste capítulo, apresentamos dados gerais da pesquisa: o fenômeno a investigar, objetivos, hipóteses, razões e procedimentos metodológicos que permearam nossa observação e permitiram, de alguma maneira, considerar certas decisões na investigação.

1.1. Dimensionando questões da pesquisa

Não é de hoje que se discute o papel da gramática nas aulas de língua portuguesa. Pesquisas e as nossas experiências têm mostrado o quanto são insatisfatórios os resultados de práticas pedagógicas centradas em exercícios de classificação morfossintática das categorias estruturais da língua.

A crítica aos estudos gramaticais em nossas escolas fundamenta-se no fato de ser fragmentado o modo de conceber a gramática e de praticá-la com nossos alunos. Na prática escolar tradicional, trabalha-se, em geral, com frases soltas, descontextualizadas ou com fragmentos de obras literárias, pouco adequadas aos propósitos, tendo em vista seu caráter subjetivo. Os gêneros textuais normalmente não têm espaço no desenvolvimento de atividades relacionadas à gramática normativa.

Na verdade, não existe propriamente uma só concepção servindo de base às noções, conceitos, relações e funções com que se operam as análises e descrições feitas na escola e nos livros didáticos em relação à gramática. Há, de fato, falta de reflexão sobre o que realmente se está fazendo, quando estamos “fazendo gramática” do modo que fazemos.

Quanto à categoria gramatical de sujeito, por exemplo, entre outras definições, tem sido descrita em nossas gramáticas como “*o elemento que pratica ou recebe a ação expressa pelo verbo*”, conforme Santos (2003, p. 16). No entanto, como acontece no domínio das descrições lingüísticas, em muitos casos, essa definição não é absoluta e muito menos uma definição que contemple outros aspectos que envolvam a identificação de sujeito numa língua.

Muitos exemplos podem ser aqui explicitados em que a identificação do sujeito exposta acima não se aplica efetivamente. Porém, considerando a natureza das práticas discursivas da linguagem, acreditamos que, nos enunciados por nós analisados, os termos ocupantes da posição de sujeito se reconfiguram do sentido prototípico do sujeito “agentivo”, uma vez que a característica primeira é desassociada das restrições semânticas impostas pelo verbo.

Partindo dessa perspectiva, buscamos aprofundar e buscar respostas, para questões, tais como:

- a) Quais os critérios utilizados para a identificação de sujeito nas gramáticas tradicionais?
- b) Qual o(s) critério(s) que predomina(m) nos exercícios de identificação de sujeito nesses compêndios ?
- c) Existem determinações sintático-semânticas para o preenchimento do argumento sujeito nos enunciados da língua?

- d) Em determinados domínios discursivos, as motivações pragmático-ideológicas sobrepõem-se as semântico-sintáticas?
- e) Há mudanças significativas de sentido na preferência dos usuários por determinados participantes nas extensões oracionais¹?

Para tentar responder a essas questões, explicitaremos os princípios básicos da lingüística funcional que orientarão nossas análises, a saber: a abordagem da transitividade postulada por Givón e os princípios da Lingüística Sistêmico-Funcional, de orientação hallidayana, a fim de situar nossas discussões na idéia de que as palavras e as construções em uso da língua representam significações dos indivíduos sociais. Para encontrarmos justificativas que evidenciem tal idéia, é importante salientar que as observações partem de uma análise sintática. Dessa forma, embora nos referindo às nomenclaturas e às funções sintáticas da descrição lingüística, ater-nos-emos à observação das formas lingüísticas, em função dos significados representados nos enunciados.

1.2. Objetivos

Baseados nos pressupostos teóricos do Funcionalismo, pretendemos observar o comportamento sintático-semântico da categoria sujeito em títulos jornalísticos, investigando as formas lingüísticas em consonância com as funções e os papéis que essas formas ocupam no discurso.

Constituem propósitos específicos desta investigação: (i) averiguar os critérios de identificação da categoria sujeito na gramática normativa; (ii) analisar as dimensões

¹ Consideramos extensão oracional a organização do verbo com seus argumentos.

sintático-semânticas dos itens lexicais que, sintaticamente, exercem a função de sujeito em títulos jornalísticos e, ainda; (iii) verificar as motivações pragmático-ideológicas dos itens lexicais em posição de sujeito e como se realiza a construção de sentido nesses enunciados.

1.3. Hipóteses

Nos enunciados em que o verbo é o núcleo e que os termos lingüísticos que aparecem neles são dependentes do predicador, os vazios a serem preenchidos correspondem a nossa escolha, e essa escolha estará, inevitavelmente, impregnada de experiências pessoais, visões de mundo, historicidade e de posicionamentos ideológicos. Portanto, a pesquisa parte das seguintes hipóteses:

- a) Os verbos, a partir de sua estrutura argumental, determinam escolhas sintáticas e, sobretudo, semânticas dos itens que aparecem a sua esquerda e a sua direita.
- b) Nas gramáticas tradicionais e nos manuais didáticos de língua portuguesa, a categorização do sujeito ocorre por critérios meramente sintático-semânticos. São desconsiderados, portanto, os aspectos semântico-pragmáticos envolvidos no ato da atualização lingüística .
- c) Em situações enunciativas, como por exemplos, nos emprego de títulos jornalísticos do tipo oracional, a posição do sujeito é ocupada por expressões que assumem, metonimicamente, o papel de controlador do processo dinâmico expresso pelo verbo. A característica prototípica – sujeito agente – das orações é freqüentemente desassociada.

1.4. Títulos jornalísticos, para que os quero?

O conjunto de títulos que constitui o *corpus* de análise do fenômeno em estudo compõe-se de 120 (cento e vinte) títulos e *lead* de notícias jornalísticas, o que correspondeu para análise um total de 136 orações, publicados em dois jornais pernambucanos: Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio, ao longo dos anos 2006, 2007 e 2008. Ao lado desse material, há a escolha, para contrastar nossas análises, de dez (10) livros de consulta gramatical que compreendem cinco manuais didáticos e cinco gramáticas de língua portuguesa, destinados ao Ensino Médio, publicado por editoras diversas e disponíveis no mercado editorial.

Justificadas as motivações que nos conduziram à eleição de alguns procedimentos metodológicos nos quais se assentam o processo de investigação, passamos, neste momento, a fazer algumas considerações relevantes que conferem à objetividade da pesquisa.

1.4.1. Construindo um *corpus* de análise

A utilização de um *corpus* constitui uma tentativa de conferir fundamentação empírica às conclusões a que toda pesquisa aplicada se propõe apresentar. Assim, na perseguição da confirmação de nossas hipóteses, previamente definidas em nosso trabalho, pretendemos, tanto quanto possível, emprestar à investigação um grau maior de objetividade e consistência em nossas observações. Mais especificamente, pretendemos que nossas análises possibilitem o confronto, na perspectiva da atividade verbal contextualizada, de princípios teóricos da lingüística com a prática de um determinado uso

da língua, com a intenção de realizar uma abordagem que, de fato, seja significativa quanto à compreensão e significação do fenômeno sujeito.

Atendendo aos propósitos desta investigação, pretendemos nos afastar de uma análise lingüística baseada na prática de exemplos pré-fabricados, constituídos de frases descontextualizadas, que, nem sempre, podem trazer à tona a complexidade e a dinamicidade (da gramática) de uma língua. Por isso, embora estejamos nos atendo à manifestação de material escrito, considerando como *corpus* um gênero discursivo (neste caso a notícia) limitar-nos-emos à análise de apenas um componente estrutural desse texto: o *título* ou o *lead* da notícia. Apenas esses serão nossos objetos de investigação até porque eles servem como pistas, indícios para a construção dos sentidos do texto pelo leitor .

Cumprе salientar ainda que, mesmo centrados nos elementos sintáticos da superfície do texto, não nos afastamos, totalmente, dos outros elementos que integram à materialidade lingüística dessas notícias. Sendo assim, deixamos declarado o quanto de implícito à realização do evento comunicativo pode atuar nas análises aqui apresentadas, uma vez que nossa pretensão é também de fazer uma análise pragmática.

Para nos auxiliar nessa tarefa, adotamos uma proposta de análise baseada nos fundamentos da lingüística funcional: Halliday (1985) e Halliday e Mathiessen (2004), os quais consideram, além dos elementos gramaticais, as motivações semântico-pragmáticas envolvidas no complexo jogo de realização social da linguagem.

1.4.2. A organização e a seleção do *corpus*

O *corpus* de nossa pesquisa foi construído a partir de 120 (cento e vinte) títulos de notícias jornalísticas publicadas em dois jornais pernambucanos e de 10 (dez) livros didáticos de Português. A escolha dos nossos dados de investigação ateu-se aos seguintes critérios:

1) Quanto aos manuais didáticos, consideramos:

- manuais didáticos e gramáticas do Português disponíveis no mercado editorial para o Ensino Médio.

2) Quanto aos títulos jornalísticos, consideramos :

- O ano de publicação: 2006, 2007 e 2008.
- A tipologia do título segundo Travassos (2003);
- A centração temática da notícia.

Quanto a esse último critério (centração temática), organizamos nosso material em três categorias semânticas mais específicas, a saber: política, economia e vida urbana. Dessa forma, acreditamos que é possível cercar com mais precisão nossas observações, a fim de comprovar as hipóteses da pesquisa. Nesse caso, podemos identificar qual representação é possível atribuir a um grupo, a uma entidade ou até mesmo a um evento social, na medida em que se interpretem os papéis temáticos que eles assumem (cf. MELO, 2007). A partir de tal procedimento, o *corpus* dos enunciados jornalísticos ficou assim dividido:

Quadro 01: Seleção e organização temática dos títulos jornalísticos

CENTRAÇÃO TEMÁTICA	DIÁRIO DE PERNAMBUCO	JORNAL DO COMMERCIO
Política	20	20
Economia	20	20
Vida urbana	20	20
TOTAL	60	60

Diante do nosso objetivo, qual seja o de verificar de que maneira os títulos dos textos jornalísticos representam e constroem significados sobre os eventos e entidades sociais sobre os indivíduos interlocutores, a partir da posição de sujeito nos enunciados, identificamos os tipos de processos usados nesses títulos de notícias e categorizamos os papéis dos participantes relacionados no sistema da transitividade.

1.4.3. Por uma escolha teórica: os princípios da gramática funcional

Para compreendermos e analisarmos a categoria gramatical de sujeito é necessária uma revisão de conceitos. Dessa forma, nos fixamos nas abordagens teóricas da linguagem como uma atividade essencialmente social e a gramática de uma língua como uma rede de significados. É impraticável, portanto, a idéia de que o código lingüístico é arbitrário². A língua está para o falante, assim como a gramática está para o discurso (cf. FURTADO DA CUNHA & TAVARES, 2007).

² A idéia primeira sobre o caráter arbitrário do código lingüístico foi concebida por Saussure no âmbito pólo formalista. No funcionalismo, a estrutura é não-arbitrária, motivada e icônica. Segundo essa perspectiva, há uma correlação natural entre forma e função, entre o código e seu conteúdo. Assim, defende-se a idéia de que a estrutura da língua reflete a estrutura da experiência.

Através desse pressuposto, nossa análise parte do viés do Funcionalismo, investigando as formas lingüísticas em consonância com a função e com os papéis que essas formas ocupam no discurso, percebendo suas motivações semântico-pragmáticas e ideológicas subjacentes ao contexto jornalístico.

A escolha dessa orientação teórica está relacionada ao grande insucesso, por demais constatado, do ensino de língua em sala de aula, no tocante à subcategorização verbal (cf. DUARTE, 2007). Como dissemos é o ensino de língua ainda bastante, associado a uma gramática de orientação normativo-prescritiva, deixando de lado noções que deveriam estar atreladas a situações reais de utilização da língua.

Acreditamos que a observação dos fundamentos da Lingüística Funcional, principalmente os princípios aplicados pela corrente da Lingüística Sistêmico-Funcional, vemos que podem contribuir para a compreensão do funcionamento da língua, sobretudo no que diz respeito ao fenômeno da categoria de sujeito gramatical.

Concluída esta descrição dos procedimentos gerais do nosso processo investigativo, na próxima seção, discutiremos a noção do gênero notícia e a importância dos títulos para a compreensão dos significados gerados pelas formas gramaticais.

CAPÍTULO II

No foco das notícias: linguagem, gêneros e títulos

A influência exercida pela língua sobre a realidade circundante, concretizada através da formalização dos mais diversos enunciados, ocorre num movimento dialético que provoca alterações na própria linguagem, em consequência de situações pragmáticas. Bakhtin (1997, p. 282) tece referências expressas a essa interação: “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”. (SILVA, 2005, p. 31)

Neste momento, discutiremos brevemente a noção de gênero do discurso, recorrendo aos estudos de Fairclough (2001) — este último propõe estudo do gênero a partir da representatividade social dos enunciados — e traçaremos um perfil composicional das notícias pertencentes ao *corpus* desta pesquisa. Vale salientar que apenas apresentamos o *layout* do gênero em questão, uma vez que, de fato, este não constitui objeto desta investigação. O que nos interessa, no entanto, são os enunciados que nomeiam os textos jornalísticos: os títulos. Por fim, discorreremos sobre a tipologia dos títulos e sua importância para a compreensão e a produção dos mais variados gêneros produzidos socialmente.

2.1. Noticiando os fatos...

A todo momento, produzimos textos que garantem nossa sociabilidade nas diversas situações de utilização da língua. Desse modo, podemos compreender que “os textos são produtos da atividade humana e [...] estão articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no seio das quais são produzidos”,

BRONCKART, (1999, p.72). Isso quer dizer que as pessoas não contam histórias simplesmente por falar, tampouco falam para contar histórias ou dar conta, de algum modo, das circunstâncias do mundo.

Compreendemos, assim, que a interação pela linguagem constitui a realidade fundamental da língua. Em outras palavras, comunicamos e interagimos socialmente por meio de um gênero de texto que se define por um tipo de ação tipicamente cultural, que se realiza através de ação lingüística. Por sua vez, os “gêneros textuais são, por definição, específicos da cultura e cada língua e cultura têm uma variedade enorme de gêneros distintos” (DOOLEY & LEVINSOHN , 2003, p.20).

Esses gêneros são práticas sócio-históricas, profundamente vinculadas à vida cultural e social e que contribuem para ordenar e estabilizar as nossas atividades comunicativas do dia-a-dia. Podemos entender, assim, que os gêneros tratam de textos da vida diária com *padrões sócio-comunicativos característicos* definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilo, realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas (cf. MARCUSCHI, 2002).

Fairclough (2001) usa o termo gênero para determinar “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com contexto e, parcialmente, realiza um tipo de atividade socialmente aprovado, como a conversa informal, a compra de produtos em uma loja, uma entrevista de emprego, um documentário de televisão, um poema ou um artigo científico” (*apud* MEURER 2005, p. 81).

Ainda para o autor, os gêneros não implicam, necessariamente, um tipo particular de texto; eles determinam processos particulares de produção e consumo de textos. Assim, cada gênero ocorre em determinado contexto e envolve diferentes agentes que o produzem

e consomem. Quer dizer, estudar um gênero é possibilitar a interação dos agentes produtores com as estruturas sociais (cf. MEURER, 2005).

Em seu estudo sobre os gêneros, desenvolvido sob o cerne da Análise Crítica do Discurso (ACD), Fairclough ensaia uma proposta de análise a partir das representações sócio-culturais da linguagem em geral. Segundo o autor, as estruturas sociais moldam e determinam os textos, assim como esses atuam sobre as estruturas sociais.

Diante disso, Fairclough (2001) fundamenta-se em sete princípios, a saber:

- 1) A linguagem é uma forma de prática social, sendo que há sempre uma relação bidirecional entre textos e sociedade, i. é, as formas discursivas e as estruturas sociais se influenciam mutuamente;
- 2) A linguagem, em suas diferentes manifestações discursivas, tem poder constitutivo, ou seja, o discurso cria, reforça, ou desafia as formas de conhecimento ou crenças; relações sociais e identidades ou posições sociais;
- 3) Os textos contêm traços e pistas (FAIRCLOUGH, 1991, p. 100) de rotinas sociais complexas. A ACD investiga tais traços e pistas com o objetivo de tornar visíveis as relações entre linguagem e outras práticas sociais, que, muitas vezes, são naturalizadas e opacas e, portanto, muitas vezes não percebidas pelos indivíduos;
- 4) Os textos são permeados por relações de poder. Uma preocupação central da ACD é investigar como a linguagem é usada para manter ou desafiar tais relações no mundo contemporâneo;
- 5) As formas de poder se articulam com o “trabalho ideológico” (FAIRCLOUGH & WODAK, 1997) realizado em diferentes discursos. A ACD dá ênfase à explicação da interligação entre poder e ideologia, considerando que, geralmente, um está a serviço do outro nos mais variados textos usados nas mais variadas práticas sociais;

- 6) Todo texto se acha em uma corrente contínua de outros textos e é localizado historicamente. Cada texto responde a – e pode provocar ou coibir – outros textos;
- 7) A ACD cultiva, também, uma perspectiva emancipatória: busca conscientizar os indivíduos a respeito das características apontadas acima. A questão emancipatória tem uma função muito importante em sua intenção de alertar os indivíduos sobre possíveis mudanças sociais que resultam do poder constitutivo do discurso, mudanças muitas vezes para o benefício de uns, em detrimento de outros.

De acordo com a proposta de Fairclough (*op.cit.*), é inevitável desassociar a forma do texto e a função que essa forma desempenha num contexto. Logo, a língua precisa ser vista como uma atividade essencialmente social, “manifestada estruturalmente, através da fala e da escrita, mas carregada de significados sociais que são definidos pelo modo como são organizados os textos e pela relação que estes mantêm com o contexto sócio-histórico e cultural em que estão inseridos” (MELO, 2007, p. 35).

Considerando esses princípios, passamos a entender o gênero notícia como também forma de representação discursiva que deve ser estudada como um discurso público que pode compreender dimensões social, cultural e lingüística (cf. VAN DIJK, 1988).

Para Adam (*apud* CUNHA 2002, p. 170), as classificações dos textos que circulam na imprensa, apresentadas nos manuais de jornalismo e em trabalhos da área, foram feitas com base em critérios variados, sem ter uma teoria dos gêneros como base. Este autor também estabelece, numa relação dicotômica, dois grandes *gêneros redacionais*³: o de informação e o de comentário. Os textos de informação objetivam informar fatos e acontecimentos, como é o caso da notícia e da reportagem, enquanto os de comentários

³ Termo designado por Cunha (2002), em seu texto intitulado “O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião”, cuja referência pode ser obtida na indicação bibliográfica desta dissertação.

visam fazer valer um julgamento, um ponto de vista, como é o caso de um editorial, um artigo de opinião.

De acordo com essas definições, os textos informativos apresentam uma estrutura textual do tipo narrativo, com verbos no passado e em terceira pessoa e precisam responder às questões determinadas, a saber: o quê? quem? quando? e onde? Em determinados casos, dependendo do suporte, como as revistas semanais ou até mesmo os jornais e pelo caráter eminentemente explicativo e objeto do gênero, outras perguntas também podem ser respondidas: como? por quê?

Evidentemente, essas descrições não se aplicam a todos os textos pertencentes à mídia impressa. Há notícias, por exemplo, que não apresentam essa estrutura canônica postulada pelos manuais de redação dos jornais brasileiros, nem são puramente informativas (cf. CUNHA, 2002), como vemos no exemplo abaixo.

Exemplo (01)



Fonte: Jornal do Commercio, outubro de 2007.

Nesta notícia, publicada no Jornal do Commercio, em 28 de outubro de 2007, notamos o título, o subtítulo (*lead*), o fato evidenciado “Democratas discutem a atuação do Partido na área de educação” e uma possível apreciação do autor da matéria.

A notícia inicia com a finalidade do evento (uma movimentação voltada para as eleições do próximo ano). Depois é anunciado (o quê?): “DEM vai defender uma das principais bandeiras do partido na área da educação: as escolas em tempo integral”. Em seguida, há informação do local e período do evento (quando) e (onde): “[...] amanhã, às 18h30, no auditório do Senac, no Bairro da Boa Vista, área central do Recife”. Posteriormente, é informado que o ex-governador e presidente do DEM vai destacar os Centros de Ensino Experimental implantados em sua gestão.

Observa-se que o *como* é constituído de um outro discurso: o jornalista relata o ato de fala realizado pelo político “*queremos discutir com a sociedade a educação pública a partir de uma experiência concreta*”. Seguidamente, são cedidos, várias vezes, espaços ao ex-governador para destacar os benefícios de seu mandato “*Segundo Mendonça, atualmente há 20 centros em Pernambuco, com quase 20 mil alunos beneficiados*”. A introdução de outro discurso como, por exemplo, o do presidente do Instituto Frei Caneca serve como reforço da posição de louvor ao ato de Mendonça Filho, ao se preocupar com o tema *educação* em seu mandato.

Vê-se que, embora a notícia tenha o principal objetivo de fazer saber um evento novo, esse gênero pode, implicitamente, ter um caráter também apreciativo, a partir do seu funcionamento dialógico. Assim, a representação de outros discursos também pode constatar uma estratégia de aliado ideologicamente (cf. CUNHA, 2002).

Essa posição nada mais evidencia a posição de Fairclough (2001) sobre as nossas práticas discursivo-textuais, pois este autor caracteriza a utilização da linguagem como um

processo de produção, de consumo e de organização discursiva de natureza essencialmente social. A maneira como representamos os objetos do mundo não ocorre por acaso. De acordo com este lingüista, quando falamos ou escrevemos sobre algum objeto, construímos sentido e assumimos uma postura política diante dele.

Numa perspectiva teórica diferente, sobre o aspecto estrutural do gênero, Van Dijk afirma que as notícias são gêneros com estrutura global diferente das outras narrativas, tendo em vista que, ao contrário destas, tem um estilo específico de organizar os tópicos temáticos no texto. Cunha (2002, p.170), baseada nas considerações de Van Dijk (1992), destaca que

na maior parte dos casos, as estruturas temáticas no discurso noticioso obedecem a uma ordem, têm uma estrutura de relevância que indica ao leitor qual a informação ou o tópico mais importante. Os tópicos de nível superior ficam em primeiro lugar, anunciados nos títulos ou lide.

O autor ainda postula que a notícia, um gênero que objetiva informar imparcialmente um fato social, divide-se em três etapas: sumário (título e lide), evento principal (narrativa sobre o fato) e *background* (informações sobre as circunstâncias do fato).

Vejamos duas notícias seguintes que foram publicadas no jornal Diário de Pernambuco, em 05 de maio 2006 e no dia 05 de maio de 2007, respectivamente.

Exemplo (02)

Política Recife, sábado, 5 de maio de 2007 - DIÁRIO DE PERNAMBUCO - A.7

INFIÉIS // PSDB, DEM e PPS recorrem ao Supremo para reaver vagas de parlamentares que entraram para a base governista após a eleição

Oposição busca mandatos

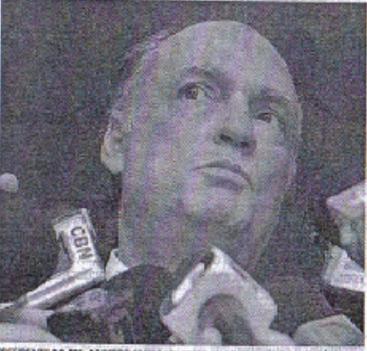
Brasília - Os três principais partidos de oposição ingressaram ontem no STF (Supremo Tribunal Federal) com mandatos de segurança para tentar reaver 23 vagas perdidas na Câmara dos Deputados com a ida de seus parlamentares para legendas da base governista. PSDB, DEM (ex-PP) e PPS - os três primeiros beneficiários do trocador partidário na época do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) - usaram como principal argumento a interpretação adotada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

em 27 de março segundo a qual os mandatos pertencem aos partidos e não aos políticos.

Os mandatos de segurança, que têm o efeito de liminar (decisão provisória, que pode valer até a definitiva, só o ítem, na prática, que o Supremo casse o mandato daqueles que trocaram de legenda após as eleições de 2006 e, em seu lugar, como que os suplentes. "É inaceitável que um parlamentar abandone o partido pelo qual foi eleito e carregue consigo o patrimônio eleitoral da legenda abandonada", diz o texto do PPS. O presidente da legenda, Roberto Freire, foi pessoalmente ao STF protocolar o mandato de segurança.

"A permanência de tal situação está conduzindo o quadro político brasileiro a um verdadeiro caos", afirma o texto do PSDB, que foi assinado e entregue pelo advogado José Eduardo Alderini. "Estamos confiantes e otimistas em relação à decisão do Supremo", afirmou a senadora Kátia Abreu (UD), que protocolou o texto do DEM. O PSDB (66 deputados eleitos) e o PPS (22 deputados eleitos) perderam oito deputados cada um para partidos da base de sustentação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O DEM elegeu 65 deputados e perdeu sete. Até março, 36 deputados federais (de total de 513) tinham trocado de legenda.

Antes de ingressarem no STF, os oposicionistas pediram ao presidente da Câmara, o pefilista Afonso Chiarelli (SP), que convocasse os suplentes tendo como base na interpretação da TSE. Sem sucesso. No mandato de segurança, os partidos argumentam que Chiarelli cometeu uma "ilegalidade" ao indenir o pedido.



PRESENTE DO PPS, ROBERTO FREIRE FOI PESSOALMENTE AO STF ONTEM À TARDE

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

Podemos perceber, no exemplo acima, a forma composicional do gênero em questão. Há o título (*Oposição busca mandatos*), o lide (*INFIÉIS: PSDB, DEM e PPS recorrem ao Supremo para reaver vagas de parlamentares que entraram para a base governista após a eleição*), o evento social noticiado (*Os três principais partidos de oposição ingressaram ontem no STF - Supremo Tribunal Federal - com mandato de segurança para tentar reaver 23 vagas perdidas na Câmara dos Deputados com a ida de seus parlamentares para legendas da base governista*) e as informações sobre as circunstâncias dos fatos.

Exemplo (03)



Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

Neste último exemplo (03), novamente encontramos o título (*Lula quebra patente de pílula anti-Aids*), o lide (*SAÚDE – Remédio é consumido por 75 mil pacientes na rede pública e medida vai representar economia de cerca de R\$ 61 milhões*), o evento social noticiado (*pela primeira vez, o governo decidiu concluir o processo de quebra de patente de um medicamento de laboratório multinacional. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, decreto de licenciamento compulsório do Efavirenz, do norte americano Meck Sharp & Dohme, usado por 75 mil pacientes da rede pública no tratamento de pacientes com Aids*).

Há notícias, no nosso *corpus*, que se distanciam em alguns dos aspectos formais descritos. Algumas, por exemplo, não apresentam o lide. Essa variação do gênero parece ser determinada pelo destaque a ser noticiado pelo jornal, ou pela atualidade, ou, ainda,

pelo interesse dos fatos por parte do leitor. Vejamos, no exemplo abaixo, texto publicado no Jornal do Commercio, em 09 de novembro de 2007:

Exemplo (04)

Recife, 9 de novembro de 2007, sexta-feira
www.jc.com.br/economia

» MATERNIDADE Comissão aprova emenda que amplia licença

BRASILIA — A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem Proposta de emenda à Constituição (PEC) que aumenta de 120 para 180 dias a licença-maternidade. A PEC é mais rigorosa que outra proposta de base semelhante, aprovada no último dia 18 pela Comissão de Direitos Humanos do Senado. Na proposta da Câmara, os 60 dias à mais na licença é obrigatório e serão custeados pela Previdência Social, enquanto no do Senado, a extensão do prazo é facultativa.

A autora da emenda, que tramita na Câmara, Angélica Freitas (PP-RR) defende a ampliação do prazo como tempo necessário para que a mãe cuide do bebê e se recupere plenamente. A relatora da proposta na CCJ, deputada Maria do Rosário, defendeu no debate de ontem que a mulher tenha mais tempo se o bebê for prematuro e precisar de cuidados na UTI. Os seis meses só seriam contados depois que o bebê tiver alta.

O deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) apresentou voto contrário, argumentando que a emenda faz o princípio da igualdade de condições competitivas entre o homem e a mulher no mercado de trabalho.

Sem acordo, oposição admite lançar nome

BRASILIA — Os rumores sobre a renúncia de Renan Calheiros (PMDB-AL) à presidência do Senado já provocaram uma corrida pelo cargo entre partidos da base governista e da oposição, que promete lançar um nome na disputa se o PMDB apresentar um candidato que não aceita a seu aval. "Caso o PMDB mande um nome que não nos interessa, vamos lançar um nome nosso para competir. Tem que ser alguém com a noção de instituição que a Casa merece", disse o líder do PSD no Senado, Arthur Virgílio (AM).

O PSEB e o DEM apóiam o nome dos senadores Jarbas Vasconcelos (PE), Gerson Camata (PS) e Pedro Sartori (RS) — já que os três têm postura independente em relação ao governo e base aliada, no entanto, rejeita os nomes dos três parlamentares. Sem acordo, os governistas também se articulam para lançar um nome alinhado com o Palácio do Planalto caso um dos dissidentes do PMDB seja apresentado pelo partido na disputa.

Em conversas informais, o PT não desista brigar pela permanência de Tião Viana (PT-AC) no co-

mando da Casa — mas admite que a estratégia poderá mudar a votação da CPME porque precisa do apoio do PMDB para a sustentação da matéria.

O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), deve renunciar ao posto na próxima semana. Aliados do petrodemocrata lhe teriam aconselhado a deixar o cargo antes de quinta-feira (22), quando o plenário vai votar o pedido de destituição aprovado esta semana pelo Conselho de Ética da Casa.

A renúncia, na avaliação do grupo dos Renan, poderia ajudar a preservar o mandato — mesmo afastado da presidência da Casa. Senadores governistas e da oposição avaliam que não há mais chance política para Renan retornar ao cargo mesmo que seja absolvido pelo plenário no processo em que é acusado de usar baranjas para estorpar um grupo de comunicação em Alagoas.

Se a renúncia for confirmada na semana que vem, Viana terá o prazo de cinco dias para convocar novas eleições para a presidência do Senado.

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

Em nosso *corpus*, a presença do título e do lide foi verificada em algumas notícias. Percebemos que o lide pode aparecer ou não nesse gênero e que esse recurso tem a função de destacar um aspecto importante ou de dá maior relevância ao fato noticiado. Vejamos, no quadro abaixo, em termos de porcentagem, a vinculação do lide no *corpus* de 120 notícias:

Quadro 2: Aspectos composicionais do título no gênero notícia

	NOTÍCIA	
	<i>Lide + título</i>	<i>Apenas título</i>
Diário de Pernambuco	56.5%	43.5%
Jornal do Commercio	58.5%	41.5%

Diante do quadro acima, podemos verificar que, dentre as 60 notícias vinculadas no jornal Diário de Pernambuco, cerca de 34 textos foram nomeados a partir da estrutura título e lide, enquanto 26 notícias tiveram publicação apenas com o título. No Jornal do Commercio, pouco se diferenciou estatisticamente: 35 textos apresentaram o título e o lide e 25 sem o lide.

Diante do exposto, podemos dizer que há divergência, embora que tímida, quanto à estrutura composicional do título do gênero notícia, como se esperava, já que os gêneros são relativamente estáveis (BAKTHIN, 1992). Entretanto, fica evidenciado, diante das duas concepções apresentadas / expostas, que os gêneros devem ser analisados, conciliando a forma e a função das manifestações lingüísticas, pois eles obedecem a determinados propósitos, a partir do contexto sócio-cultural.

Como nosso interesse, nesta pesquisa, se restringe a um aspecto do gênero ora focalizado, na próxima seção, estudaremos os títulos, apresentando sua relevância para as operações cognitivas, no que tange à recepção de textos e sua estruturação lingüística.

2.2. Os títulos e o propósito comunicativo

O *título* exerce um papel importante na organização textual dos mais variados gêneros. Este componente textual, além de ser uma parte privilegiada do texto, pois é o primeiro elemento a ser processado e lido, nomeia textos e desperta o interesse do leitor para o tema. Travassos (cf. 2003) explicita que o título também pode estabelecer vínculos com informações textuais e extratextuais.

Quanto à função, podemos perceber que o *título* tem o propósito de ativar, na memória do leitor, o conhecimento necessário para a recepção do texto e de resumir o que o autor considera como a mensagem mais importante. Este componente funciona como uma espécie de anunciador temático, uma vez que mantém, na maioria das vezes, relações semânticas com a progressão textual. Se tomarmos como pressuposto o fato de que todo gênero é marcado por uma unidade temática (cf. ANTUNES, 2005), pois é uma condição natural de sua coerência, é quase que incompreensível acreditar que haja títulos sem relação direta com as idéias presentes nos textos, mesmo que essa relação seja implícita. Por isso, a informação que o título veicula é usada pelo leitor como princípio de organização geral para a representação do evento na memória, conforme postula Van Dijk (1990, *apud* Travassos, 2003). Vejamos o texto abaixo:

Exemplo (05)⁴

Latido Milionário

Tina e Kate estão ricas. Herdaram de uma viúva inglesa de 89 anos uma mansão de US\$ 12 milhões de dólares e US\$ 830 mil em dinheiro. Detalhe: Tina e Kate são duas cadelas da raça *collie*. Ganharam a fortuna de sua dona, a milionária Nora Hardwell. O dinheiro que sobrar depois da morte dos animais será doado a instituições de caridade.

Fonte: Revista Isto é, agosto de 2004.

No exemplo acima, percebemos a relação semântica que há entre o título “Latido milionário” e as informações apresentadas “herança de uma mansão e US\$ 830 mil e as cadelas da raça *collie*”. Claramente, a idéia (informação central) está sintetizada no título “Latido milionário”, corroborando com a posição de Guimarães (1997) *apud* Travassos (2003), quando afirma que os *títulos* não são meros artificios dos textos; são “gatilhos” que são acionados para a construção de sentido, quando propostos adequadamente, ou seja, os títulos funcionam como esquemas que ativam expectativas relacionadas com a base temática.

Van Dijk (1988), numa tentativa de categorizar os títulos, subdivide-os em temáticos e não-temáticos. Os títulos considerados temáticos são aqueles que apontam, de maneira explícita, o tema principal do texto. Quer dizer, são títulos que correspondem a expectativas sobre o conteúdo do texto.

O texto apresentado anteriormente, por exemplo, confirma a informação captada através do título *Latido* milionário. Todo o texto apresenta marcas que ativam o *frame*⁵

⁴ Os textos (05) e (06) são exemplares de textos jornalísticos que não fazem parte do *corpus* de nossa investigação. Apenas apresentamo-los para fim de ilustração dos títulos que se apresentam como temáticos e não-temáticos.

antecipado pelo título. Podemos, assim, destacar vários itens lexicais que retomam a idéia expressa pelo título e que compõem a tessitura do texto. Tudo está relacionado semanticamente.

Os títulos não-temáticos, categoria postulada por Van Dijk (1990 *apud* Travassos, 2003), são os que não correspondem à expectativa do *frame* na base temática do conteúdo do texto. É o que ocorre com o título *Extraterrestres?*, no exemplo abaixo.

Exemplo (06)

Extraterrestres?

Já imaginou você morando em outro planeta, sendo cuidado por uma série de extraterrestres? Como você iria se sentir? Será que não iria ter saudades da sua casa, da sua família, de comer as comidas próprias dos seres humanos? Pois é exatamente isso que acontece e é assim se sentem muitos animais silvestres, como papagaio, arara, tucano e micos quando vivem num ambiente inadequado para eles, como, por exemplo, na casa de uma família. Esses animais, diferente do gato, do cachorro, do coelho e do peixe de aquário, não são acostumados a conviverem com seres humanos, por mais engraçado que possa parecer.

Os animais silvestres que, alguns estão até em extinção, devem ficar no seu *habitat* natural, na natureza, e não nas grandes cidades. Mesmo que o guardião cuide bem do animal, não é a mesma coisa dele estar na sua própria casa.

A analista ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marisol Pessanha, dá o exemplo do papagaio. “Ele até pode ser bem cuidado na casa da família. Na questão da alimentação, ele só irá comer sementes todos os dias. Na natureza, o papagaio é quem escolhe o que vai comer. E ele não se alimenta apenas de sementes”.

É como se todos os dias você só comesse feijão e nada mais. E você sabe que é preciso comer vários tipos de alimentos, afinal cada um deles oferece um tipo de nutriente que ajuda no nosso desenvolvimento e na nossa saúde. Se o papagaio só come semente, terminam faltando outros nutrientes importantes para o crescimento dele. Além da questão

⁵ Termo utilizado por Marcuschi (1986) para designar “enquadre”.

alimentar, os animais silvestres podem pegar doenças que são comuns para os seres humanos como a gripe, mas que para eles podem causar a morte.

Vale lembrar que a venda desses animais silvestres é proibida por lei. Apenas em alguns casos é possível comercializá-los, mas para isso o proprietário deve estar cadastrado no Ibama e obedecer a vários critérios.

Ah, além de ser ruim para o animal silvestre viver dentro de uma casa, para o ser humano também pode ser. Muitos desses animais têm contato com várias bactérias que nem os cientistas conhecem e quando eles entram em contato com os seres humanos, terminam transmitindo várias doenças.

Então, antes de querer ter um animal, silvestre em casa, reflita um pouco, se colocando no lugar dele. Será que você gostaria de viver longe da sua família, comendo a mesma coisa todos os dias e, acima de tudo, sem estar livre?

Fonte: Jornal do Commercio, maio de 2008.

Ao ler o texto correspondente a esse *título*, esperamos encontrar informações sobre extraterrestres, seres de outro planeta ou algo parecido. Porém, isso não é confirmado no decorrer do texto.

Ao desenvolver a leitura do texto, percebemos que a escolha da palavra *extraterrestre*, no *título*, refere-se ao sentimento dos animais silvestres criados como animais domésticos. Trata-se, portanto, de um título *não-temático*, porque a sua leitura vai exigir do leitor um processo de ajustamento de *frame*.

Diante dessa classificação, pudemos constatar, na organização do nosso *corpus*, que os títulos tidos como não-temáticos não se apresentaram em número representativo que merecessem um destaque especial. Por isso, categorizamos, para fins investigativos, apenas os títulos temáticos, porque são comuns no universo discursivo das instituições jornalísticas. Esse fato talvez derive do caráter objetivo e, relativamente, informativo dos gêneros vinculados nos jornais.

2.3.1. A tipologia dos títulos

Travassos (2003) postula seis categorias de títulos inspiradas nos termos oracionais. Essas categorias são: 1) títulos nominais ou substantivais; 2) títulos verbais ou oracionais; 3) títulos preposicionais; 4) títulos adverbiais; 5) títulos adjetivais e 6) títulos interjetivais.

Em 577 títulos veiculados em revista na área de Educação, a pesquisa em tela identificou pelo menos duas categorias mais recorrentes nesse universo discursivo: os títulos substantivais e os verbais/oracionais. Na primeira categoria, os títulos, em geral, são um substantivo que nomeia e sintetiza os gêneros textuais. Na segunda, apresentam a construção lingüística a partir das relações sintagmáticas entre o sujeito e o objeto. São títulos que se constituem da organização típica das sentenças no português (SVO), como, por exemplo, *O mercado **inicia** um movimento de revisão*.

Devido à possível objetividade e à dinâmica dos textos jornalísticos, parecem ser os *títulos* nominais e os oracionais os mais apropriados para veicularem informações que expressem a macroestrutura textual: o tema principal.

Diante da categorização proposta por Travassos (2003), elegemos os *títulos* oracionais/ verbais como objeto de nossa pesquisa, porque acreditamos que a organização lingüística entre o verbo e seus argumentos regula construções de sentidos dos textos, a partir das escolhas lexicais na posição esquerda e direita do verbo. Quanto a isso, Van Dijk (1990, *apud* TRAVASSOS, 2003, p. 66) chama a atenção para a importância da escolha das palavras usadas nas manchetes e títulos, “quando uma palavra é escolhida em detrimento de outra, para expressar quase a mesma coisa [...], “o escritor está indicando suas opiniões, posições políticas ou sociais e não apenas sumarizando o evento”.

Feitas nossas observações sobre a importância e o estabelecimento de uma categoria de análise dos títulos, passaremos para a seção, a seguir, intitulada “Sujeito: na sintaxe e no discurso”, a fim de revisar alguns conceitos formais da função de sujeito nos enunciados.

CAPÍTULO III

Sujeito: na sintaxe e no discurso

Os conceitos gramaticais com os quais lidamos – “sujeito”, “verbo”, “substantivo”, “oração” etc. – são entidades hipotéticas, criadas pelos gramáticos em sua tentativa de descrever a língua. Os fatos da língua são coisas que se pode observar, e que podem ser reconhecidas sem se saber lingüística. [...] a gramática {...} é um conjunto de hipóteses. A função dessas hipóteses é fornecer uma imagem compacta da língua, de maneira que se possa, até certo ponto, prever o que os falantes aceitam e o que eles não aceitam. (PERINI, 2006, p.31)

Neste capítulo, a partir das gramáticas selecionadas para o *corpus* desta pesquisa, apresentaremos os vários conceitos de sujeito e verificaremos quais os critérios adotados nestes manuais para determinar a categoria gramatical de sujeito. Discorreremos, ainda, sobre as imprecisões desses critérios para definir o fenômeno aqui destacado, recorrendo às idéias de Perini (1991, 1996, 2006) e de Pontes (1986). Ainda discutiremos, na última seção do capítulo, a idéia prototipicamente pensada do sujeito (cf. PONTES, 1986) que pode gerar uma compreensão equivocada deste fenômeno gramatical.

3.1. Sobre o sujeito

Entre outras definições, a categoria de sujeito tem sido descrita nas gramáticas⁶ como *o elemento que pratica ou recebe a ação expressa pelo verbo* (cf. SANTOS, 2003). No entanto, como acontece no domínio das descrições lingüísticas, em muitos casos, essa definição não é absoluta e, muito menos, é uma definição que contempla outros aspectos que envolvem a identificação de sujeito numa língua.

⁶ Neste trabalho, estamos usando os termos ‘gramática’ e ‘manual didático’ distintamente. O primeiro refere-se à gramática de cunho normativo-prescritivo ou de livros destinados a revisão mais crítica dos aspectos gramaticais como termos Pontes (1986) e Perini (2001), e o segundo, à gramática de uso didático-pedagógica.

Muitos exemplos⁷ podem ser aqui explicitados em que essa identificação não se aplica efetivamente a todas as ocorrências da língua portuguesa.

(01) Denúncia **leva** pai que abusou da filha (JC, Brasil, p. 22 – 28/10/2007)

(02) Lei **cria** cadastro de celulares roubados. (DP, B4 – 13/12/2006)

(03) **Havia** muitos bois na rua.

(04) **Fez** muito frio neste ano.

Certamente, numa análise da Gramática Tradicional⁸, dir-se-ia que em (01) e (02) os sujeitos são “Denúncia” e “Lei”, enquanto que em (03) e (04), configura-se nos enunciados “uma oração sem sujeito”, por apresentar verbo considerado impessoal que representam fenômeno natural na oração (04), e na oração (03), tem-se um verbo impessoal, haver, no sentido de existir.

Ao analisar a primeira declaração sobre o sujeito, Perini (1991) observa que, em orações como “Em Belo Horizonte chove um bocado”, a oração que é classificada pela GT como oração sem sujeito, não deveria estar declarando nada sobre coisa alguma. No entanto, a oração exprime, claramente, uma declaração sobre Belo Horizonte. Isso demonstra uma contradição bastante clara entre a definição explícita de sujeito e a prática de identificação de sujeitos, tal como se encontra quando da análise de casos concretos. O autor conclui, em suma, que a oração em pauta não tem sujeito porque o verbo chover não concorda com nenhum dos termos nela presentes. Logo, a definição mais coerente de sujeito segue o critério sintático, o qual diz seria: “o sujeito é o termo com o qual o verbo concorda”.

⁷ Os exemplos utilizados neste capítulo fazem parte do nosso *corpus* de análise, com exceção dos exemplos com verbos impessoais e outros tipos de verbos que foram retirados de SANTOS (2003), PERINI (2001) e PONTES (1986).

⁸ Passaremos, neste momento, a referenciar à Gramática Tradicional com a abreviação GT.

Outros conceitos são formulados para a noção de sujeito. Define-se, por exemplo, que sujeito *é o termo sobre o qual se faz uma declaração* (cf. CUNHA & CINTRA, 1985; TAKAZAKI, 2002 e SANTOS, 2003)⁹ e *que concorda o verbo* (cf. PERINI, 1996; BECHARA, 2002; ABAURRE, 2003 e SANTOS, 2003).

Essas definições, por vezes, não dão conta da identificação do sujeito em enunciados abaixo:

(05) A Rosa eu falei com ela ontem.

(06) A Vanda eu acho que tá dando aula.

Quem é o sujeito em (05)? ‘Rosa’ ou ‘eu’? E em (06), o sujeito identificado é ‘Vanda’? E o pronome ‘eu’, como fica? Tais interrogações parecem evidenciar uma certa confusão dos fundamentos que orientam a análise da GT.

A explicação está no critério utilizado pela gramática. Escolhe-se, por exemplo, talvez por inevitável herança gramatical, a definição que se estabelece do ponto de vista discursivo (cf. PONTES, 1986), uma vez que os termos em (05) e (06), respectivamente ‘Rosa’ e ‘Vanda’, são elementos deslocados à esquerda, na tentativa de referenciar o termo sobre o qual se dá a importância no enunciado. Nos exemplos acima teríamos ‘Rosa’ e ‘Vanda’ como elementos topicalizados na estrutura superficial e não na condição de sujeito. Mas, ao se deslocarem à esquerda, talvez pudessem ser interpretados como sujeito em Português por se apresentarem inicialmente na superfície lingüística com a ordem SVO.

⁹ Apresentaremos e discutiremos mais adiante cada definição explicitada nas gramáticas normativo-prescritivas e nas de uso didático-pedagógicas.

Nestes casos, a identificação do sujeito é confundida com a construção de tópico¹⁰. Pontes (1986) fundamenta nossa percepção e mostra uma alternativa, postulando uma análise pautada na teoria do discurso e pragmática, porque, para a autora, interpretar uma construção desse tipo é uma tarefa complexa e o ouvinte ou o leitor precisará, certamente, de usar seu conhecimento tanto de regras do discurso, quanto da situação em que tal discurso está envolvido (contexto situacional). A GT, certamente, não explicita ou, pelo menos, não considera a situação discursiva em suas análises.

Essa confusão de conceitos, de fato, evidencia uma contradição bastante clara entre a definição explicitamente nas GTs e a prática que, naturalmente, se tem para identificar o sujeito tal como se encontra nesta análise que fizemos. Quanto a isso, Perini (2006, p. 17) diz que toda essa confusão ocorre porque a aprendizagem da gramática acontece a partir de suas tarefas não relacionais.

Primeiro, é preciso aprender, entre outras coisas, a identificar o sujeito de uma oração; depois é preciso aprender a definição de sujeito. Mas [...] a identificação dos sujeitos não se faz com base na definição aprendida; faz-se com base em alguma outra definição, nunca exteriorizada. [...] identificamos o sujeito da maneira que sentimos ser a mais adequada.

Diante disso, na próxima seção, tentaremos explicitar as definições de sujeito nas gramáticas, analisando-as e confrontando com as posições lingüísticas.

3.2. Quem é o sujeito? Definições e critérios de identificação

O estudo das definições de sujeito, proposto neste trabalho, partiu da análise de vários materiais disponíveis em Língua Portuguesa que tratam do assunto. Assim, foram

¹⁰ Definimos **tópico** como um recurso lingüístico que é utilizado para dar relevo/ ênfase, para centrar o foco de atenção no discurso.

examinadas gramáticas normativo-prescritivas, como as de BECHARA (2002); CUNHA & CINTRA (1985) e ROCHA LIMA (1989); uma gramática descritiva PERINI (1996); e cinco manuais didáticos disponíveis no mercado editorial, dentre os quais os de ABAURRE (2003); FARACO & MOURA (2003); TAKAZAKI (2002); TERRA & CAVALLETE (2005); e SANTOS (2003).

Nos materiais analisados, percebemos que várias são as formas de conceituação do sujeito. Encontra-se desde a definição baseada no critério morfossintático até aquela baseada no critério semântico. Em síntese, vejamos nos quadros (3) e (4), a seguir, as abordagens encontradas em algumas gramáticas de uso pedagógico e nas gramáticas de orientação normativo-prescritiva.

Quadro 3: Definições da categoria de sujeito nas gramáticas

AUTOR	DEFINIÇÃO
CUNHA & CINTRA (1985, p.137.)	“o sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração”.
ROCHA LIMA (1989, p. 205)	“o sujeito é expresso por substantivo, ou equivalente de substantivo. Às vezes, um substantivo sozinho exprime o sujeito da oração”.
BECHARA (1999, p.410)	“o sujeito tem a especificidade de ser preenchido por um substantivo ou um pronome, que deve estar em consonância formal com o núcleo do predicado”
BECHARA (2002, p.409)	“chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração. É, na realidade, uma explicitação léxica do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal”.

Na primeira tentativa de conceituar a função sujeito, Bechara (1999) aborda o fenômeno da classe gramatical que caracteriza, para o autor, a objetividade da função de sujeito. Ele faz uma descrição gramatical, escolhendo o traço, supostamente, discursivo, ‘*a especificidade de ser preenchido por um substantivo ou um pronome*’ para definir o sujeito da língua, embora tenha optado por uma análise em frases sem contexto.

Em situações como (09) “Universitários fazem o Enade hoje”, o sujeito ‘universitários’ poderia ser substituído por um pronome ‘Eles fazem o Enade hoje’. Teríamos, assim, o sujeito. No entanto, nessa definição, esquece-se de que, simplesmente, o elemento que figura na função de sujeito só pode ter significação quando estiver associado a um certo contexto específico (contexto discursivo). Sendo assim, “Eles fazem o Enade hoje” tem uma representação diferente de *Universitários fazem o Enade hoje*.

Basicamente, o autor utiliza-se do critério sintático de uma noção abrangente de ‘classe’ e ‘função’. Isto é, as classes ‘substantivos’ e ‘pronomes’ têm em comum traços sintáticos, porque são núcleos de sintagmas nominais. Todas podem exercer a função sintática de sujeito, embora os ‘substantivos’ também possam ser objetos diretos, e os ‘pronomes’, necessariamente, só ocuparão o papel de sujeito quando estiverem em situações discursivas, evidenciando, portanto, sua característica anafórica. Dessa forma, os exemplos explicitam o desencontro entre a afirmação de sujeito e a prática efetiva de identificação desse fenômeno, tal com se encontra em casos concretos.

Assim como Bechara, Rocha Lima (1989) compreende a função de sujeito, de certo modo, com os mesmos critérios quando afirma que *o sujeito é expresso por substantivo, ou equivalente de substantivo*. Quer dizer, utiliza-se dos mesmos princípios que norteiam o primeiro conceito, embora a definição de Bechara, mais adiante, se ocupe do critério que aponta para a flexão, portanto, para o critério morfossintático (o sujeito *deve estar em*

consonância formal com o núcleo do predicado). Ou seja, afirma que o sujeito pode ser explicitado por “formas léxicas que guardam [...] a relação gramatical de concordância em número e pessoa” (2002, p.409). Assim, numa construção do tipo “eu *estudei a noite toda*” o pronome de 1ª. pessoa do singular se acomoda à indicação do morfema – *ei*, indicador da 1ª. pessoa do singular no pretérito perfeito do indicativo. Isso também aconteceria nos exemplos em que o sujeito não estivesse explícito, como “*Estudamos a noite toda*”. Sendo assim, a rigor, não se pode falar de elipse do sujeito ou sujeito oculto, quando aparece apenas o núcleo verbal da oração (cf. BECHARA, 2002). Nesse aspecto, converge para o conceito de Perini (1996) que conceitua da seguinte maneira: “o sujeito é o termo da oração que está em relação de concordância com o Ndp”.

Essa confusão persiste também nas gramáticas pedagógicas, como mostram as definições no quadro a seguir:

Quadro 4: *Definições da categoria de sujeito nos manuais didáticos*

AUTOR	DEFINIÇÃO
TERRA & CAVALLETE (2005, p. 47-49)	Não há definição sobre o sujeito. Apenas os autores o classificam em simples, composto, indeterminado, inexistente.
FARACO & MOURA (2003, p.288)	Não há definição sobre o sujeito. Apenas os autores o classificam em simples, composto, indeterminado, inexistente.
TAKAZAKI (2002, p. 231)	“é o termo sobre o qual se diz algo”.
SANTOS (2003, p. 16)	1) o elemento sobre o qual se declara alguma coisa; 2) o elemento que pratica ou recebe a ação expressa pelo verbo; 3) o termo com o qual o verbo concorda e, finalmente, 4) termo que pode ser substituído por um pronome do caso reto”.
ABAURRE (2003, p. 233)	“o termo reconhecido como sujeito de uma oração é aquele com o qual concorda o verbo da oração, em número e pessoa”

Constatamos, nestas definições que, da forma como é explorada a categoria gramatical de sujeito nesses livros, não há possibilidades de uma reflexão mais significativa das representações discursivas trazidas nesses compêndios. Em alguns textos, os autores preferem apenas determinar orientações de classificação desse fenômeno, conforme percebemos em Terra & Cavallette (2005) & Faraco & Moura (2003) ou seguem as mesmas tendências das gramáticas de cunho normativo-prescritivo.

Outro critério que fundamenta outras definições do sujeito nas gramáticas é o semântico (cf. CUNHA & CINTRA, 1985; SANTOS, 2003; TAKAZAKI, 2002). É comum encontrarmos o *sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração* ou ainda *o elemento que pratica ou recebe a ação expressa pelo verbo*. Tentando apresentar contra-argumentos em desfavor esses conceitos. Vejamos o seguinte título de um dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, publicado no Diário de Pernambuco em 2006:

(10) Reciclagem **reduz** custo.

Numa análise de perspectiva totalmente formalista da língua, dir-se-ia que a ação de ‘reduzir’ é exercida pelo sujeito ‘reciclagem’ e ‘custo’. O enunciado, nessa análise, não manifesta nenhuma significação do acontecimento que se anuncia. Em análises desse tipo, que se fazem também presentes em gramáticas prescritivas e nos manuais didáticos, o que é referendada é apenas a relação estabelecida entre o verbo (seja de ação ou não) e os participantes (sujeito e objeto) ligados a ele. O que, de fato, comprova-se com o exemplo (10) é que o termo ocupante de sujeito (reciclagem) não é agente, *não é o elemento que pratica nem recebe a ação expressa pelo verbo*.

Para a análise simplesmente sintática, não importa o que a presença ou até mesmo a ausência do sujeito nas estruturas lingüísticas pode representar na manifestação discursiva.

Quer dizer, deixam-se de lado a significação e a funcionalidade dos elementos gramaticais de uma língua.

Para Perini (2001), o sujeito pode ser identificado pela relação morfossintática⁷, ou seja, define-se pela relação paradigmática que as classes gramaticais mantêm com o verbo (o núcleo do predicado).

O autor apresenta a propriedade de o sujeito estar em consonância com o núcleo verbal ou concordância verbal (CV), caracterizada pelo traço de dependência sintática que o constituinte tem na oração. Isso quer dizer que o sintagma nominal (SN), na estrutura superficial, é mais marcado (+ CV) quando apresenta relações de concordância com o verbo, e assim poderá facilmente ser identificado como sujeito da oração. Por sua vez, os termos que não estiverem nessa relação, se apresentam com o traço (- CV), logo não poderia ser relacionado como sujeito. Considerando esse critério de traços para a identificação do sujeito, segundo o autor, teríamos a eliminação, por completo, das imprecisões gramaticais na compreensão desse fenômeno.

Em outras palavras, tudo isso se trata de uma definição estritamente formal e nada diz respeito ao papel semântico ou discursivo do elemento na função de sujeito. De acordo com Perini (1996, p. 77), não há preocupação nessa definição com o termo que *“exprime o agente de uma ação, nem com o termo que exprime a entidade sobre a qual se faz uma declaração. Trata-se simplesmente de um dos constituintes da oração vinculado a ela através de uma relação formal bem definida”*.

Ainda para esse autor (2006, p. 39), o sujeito *“é uma função, isto é, um dos aspectos da organização formal da oração”*. Portanto, a noção de sujeito deve ser definida de acordo

⁷ Esta definição é apresentada na obra *“Para uma nova gramática do Português”* (cf. 1991) e depois retomada e rediscutida na *“Gramática Descritiva do Português”* (cf. 1996). O autor, nestes dois livros, justifica seu posicionamento e apresenta argumentos para uma revisão do conceito de sujeito por parte das gramáticas.

com as relações sintagmáticas entre os diversos termos da oração. Desse modo, a ordem das palavras, a concordância das formas e a regência é que determinarão certas funções na oração.

No percurso ora apresentado, é visivelmente discutido o quanto de incoerência encontramos nos compêndios gramaticais. Não se chega a um consenso do que realmente se define como sujeito no português brasileiro, embora se perceba, na análise que fizemos, um dado em comum em alguns gramaticass: o critério morfossintático. Nesta pesquisa, estamos nos referindo a definição de sujeitos em três critérios:

- a. **Morfossintático** – é o critério que marca as relações paradigmática e sintagmática das palavras com o verbo. No exemplo, *as casas serão destruídas*, o sujeito “as casas” é substantivo que mantém uma correspondência que evidencia a concordância com o verbo “serão”, existe no verbo o morfema de plural –s no sujeito que marca tal relação morfossintática.
- b. **Semântico** – é o critério que evidencia o papel temático do SN no enunciado. Em, “o gato arranhou as meninas” o sintagma nominal “o gato” é ocupante do papel temático de agente (o elemento que praticou a ação). Os SN também podem ocupar o papel temático de paciente.
- c. **Discursivo** – é o critério que determina a capacidade de referenciação dos SN na posição de sujeito em contextos discursivos. Isto é, um termo que funciona como expressão referencial e serve para transformar em objeto de discurso uma pessoa ou objeto da realidade. (PERINI, 2006)

No corpus analisados, há significativas ocorrências da adoção desses critérios para caracterizar a função de sujeito na língua. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 5: Ocorrências dos critérios de identificação do sujeito, segundo as gramáticas normativo-prescritivas

GRAMÁTICA	Critérios de identificação do sujeito		
	Morfossintático	Semântico	discursivo
BECHARA (2002)	X	X	
CUNHA & CINTRA (1985)		X	
ROCHA LIMA (1989)	X		

Quadro 6: Ocorrências dos critérios de identificação do sujeito, segundo os manuais didáticos

MANUAIS DIDÁTICOS	Critérios de identificação do sujeito		
	Morfossintático	Semântico	discursivo
ABAURRE (2003)	X		
FARACO & MOURA (2003)	-	-	-
TAKAZAKI (2002)		X	
TERRA & CAVALLETE (2005)	-	-	-
SANTOS (2003)	X	X	

Observamos que nos dados analisados, o critério mais recorrente nas definições apresentadas nas gramáticas de cunho normativo-prescritivo (cf. BECHARA, 2002, ROCHA LIMA, 1986), é morfossintático. Esses estão mais próximos da discussão de Perini (1996) na sua Gramática Descritiva do Português. Nas gramáticas de uso pedagógico, o critério morfossintático é igualmente o mais utilizado quando há explicitação do conceito do sujeito.

Nos manuais de Faraco & Moura (2003) e Terra & Cavallette (2005), em nenhuma parte do manual, a definição do sujeito se apresentou. Nestes dois últimos exemplares, pudemos constatar que os autores apenas classificam o sujeito em simples, composto, determinado, indeterminado, inexistente e apresentam uma série de exercícios para classificação.

Percebemos que a noção de sujeito é compreendida por uma série de características de forma e sentido (cf. PERINI, 2001) que podem dificultar uma análise satisfatória dos fenômenos da linguagem. O quadro abaixo sintetiza os critérios gerais que determinam as definições de sujeito e que orientam sua identificação nas gramáticas e nos manuais didáticos.

Quadro 7: Critérios de identificação da categoria gramatical de sujeito

FUNÇÃO SINTÁTICA	CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DO SUJEITO	CONCEITO
Sujeito	a) morfossintático	“o termo reconhecido como sujeito de uma oração é aquele com o qual concorda o verbo da oração, em número e pessoa”
	b) semântico	“o elemento que pratica ou recebe a ação expressa pelo verbo”.
	c) discursivo	“o sujeito tem a especificidade de ser preenchido por um substantivo ou um pronome [...]” “o elemento sobre o qual se declara alguma coisa”

Assim, de fato, o que geralmente se apresenta como sujeito é: (i) uma forma nominal que precede o verbo e acarreta nele fenômenos de concordância (traço de

concordância verbal); (ii) um termo que funciona como expressão referencial, isto é, serve para transformar em objeto de discurso uma pessoa ou objeto da realidade; (iii) um elemento que ativa *frames* e sugere pistas ao leitor, além de identificar o assunto da oração e (iv) uma expressão que nomeia quem pratica a ação do predicador.

Após a discussão sobre o conceito de sujeito nas gramáticas da língua portuguesa, passaremos para o próximo capítulo cujo objetivo é apresentar um modelo de análise lingüística, baseado no sistema de transitividade da língua, a partir dos mecanismos discursivos.

CAPITULO IV

Por uma compreensão sintático-semântica da gramática

Nós usamos a linguagem para interagir com o outro, para construir e manter nossas relações interpessoais e a ordem social em que elas ocorrem; fazendo isso, nós interpretamos e representamos o mundo do outro e de nós mesmos. A linguagem é uma parte natural de nossas vidas e também é usada para *contar* as experiências construídas individual e coletivamente; é um meio de representar o conhecimento e de construir significados (HALLIDAY & MATTHIESSEN, *apud* Souza, 2006, p. 41).

Neste capítulo, teceremos comentários sobre a possibilidade de se fazer representação discursiva através da gramática. Em seguida, discorreremos sobre os pressupostos iniciais dos estudos funcionalistas, baseando-nos nas considerações sobre as manifestações semânticas (teoria dos casos), proposta por Fillmore (1971). Posteriormente, apresentaremos, à luz dos estudos funcionalistas da linguagem, as idéias sobre a transitividade, de Givón (1995), Halliday (1985) e Halliday & Mathiessen (2004).

4.1. As determinações de significados nas estruturas lingüísticas.

A estrutura da língua pode nos evidenciar diversas relações que o “*sujeito do discurso*” mantém com um mundo de significações. Por exemplo, uma sentença dita em determinadas circunstâncias discursivas pode configurar um posicionamento ideológico. Acredita-se que o enunciado de uma língua revela, de certa forma, as significações de outros que se constituem nos nossos dizeres.

Nesses processos de uso da linguagem, entretanto, também deixamos transparecer nossas experiências de mundo para descrever estados, eventos e objetos envolvidos nessas

experiências, ressignificando e reconstruindo, de alguma maneira, esses elementos, mesmo que “*as coisas a saber*” coexistam, assim como os objetos, a propósito dos quais ninguém pode estar seguro e ‘saber do que se fala’, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são produtos de uma aprendizagem..

A título de exemplo, vejamos os enunciados, a seguir: (11) *Lula quebra patente de pílula anti-Aids*¹¹ e (12) *Quebra de patente*¹². Nestas ocorrências, vê-se claramente a nomeação de um mesmo acontecimento que não constrói as mesmas significações. A materialidade lingüística, portanto, num mesmo domínio discursivo, é construída por experiências ideológicas diferentes. Dito de outra forma: percebe-se que a ordem escolhida dos constituintes – principalmente a que caracteriza a função de sujeito do enunciado, em (11), não acontece por acaso. Há pertinência na forma como são dispostos os termos do período. Afirmar que “*Lula quebra patente*” [...] não é o mesmo que “*Quebra de patente*”.

Compreende-se que a escolha da materialidade lingüística evidencia que a ordem pode indicar que o elemento apresentado no início do enunciado é aquilo a que o falante busca dar mais relevo. Além disso, percebemos que o sujeito, em (11), se configura como uma entidade individual que representa uma coletividade organizacional, um poder público que é responsabilizado pelo ato socialmente louvável e que pode ilustrar mais um grande efeito de um governo que administra para o “povo” e que acredita no programa comum para todos os “sujeitos” (indivíduos).

Já em (12), o sujeito é apagado, objetivando certa indefinição da ação de “quebrar”, ou seja, deixa em suspenso enunciativo a designação da identidade de quem *quebrou*. Seria

¹¹ Título de notícia veiculado no jornal Diário de Pernambuco, em edição do dia 05/05/2007 sobre o fato de o governo brasileiro possibilitar e dominar a fórmula para a produção de medicamentos contra a Aids no país.

¹² *Lead* de notícia publicado no Jornal do Comércio (Pernambuco), em 05/05/2007, sobre o mesmo fato anunciado no Diário de Pernambuco.

apenas uma indefinição do real agente da linguagem? Ou seria um posicionamento discursivo que representa aqueles que deveriam ser, concretamente, responsabilizados pelo ato enunciativo, que traz benefícios aos indivíduos sociais? Enfim, a não explicitação do agente, neste enunciado, induz a um complexo efeito de retorno, misturando ou excluindo diversas posições de vozes com participação ativa ou passiva, já que certos tipos de enunciados não licenciam os indivíduos a se representarem a certas doutrinas.

Numa análise de perspectiva totalmente formal da língua para esses enunciados, dir-se-ia, por exemplo, que a ação de **‘quebrar’** é praticada pelo sujeito Lula, ou seja, os enunciados dessa natureza não manifestam nenhuma significação do acontecimento que se anuncia. Numa análise como essa, o que é mostrada é a relação estabelecida entre o verbo (seja de ação ou não) e os participantes (sujeito e objeto) ligados a ele, constituindo, assim, subcategorização verbal.

Em outras palavras, o que compreendemos é que essas definições não dão conta dos aspectos como, por exemplo, os pragmático-ideológicos que podem marcar, lingüisticamente, uma intenção discursiva nos enunciados. Não podemos compreender o enunciado apenas como uma relação com a sintaxe, mas compreendê-lo como uma apresentação de uma visão semântica sobre o que é dito. Souza (2006, p.58) afirma que

as escolhas lingüísticas realizadas por um usuário para fazer referência a algo do mundo ou para focalizar um aspecto qualquer, embora limitadas, revelam significações que podem estar encapsuladas na própria construção sintática. A opção pelo uso de uma sentença transitiva que externa uma ação que passa de um participante para outro já carrega um tipo de significado, o mesmo se dando com as intransitivas e com as passivas, dentre outras.

Portanto, compreendemos a gramática de uma língua como sistema que constrói um espaço semiótico contínuo, em que a linguagem é utilizada e organizada em configurações semânticas que fornecem modelos ou esquemas para construir nossas experiências do que acontece ao nosso redor (cf. HALLIDAY, MATTHISSEN, 2004).

4.2. A estrutura argumental e a centralidade do verbo nas predicções

A predicação é um processo básico da constituição dos enunciados (cf. NEVES, 2006). Isso significa dizer que todos os predicados básicos de uma língua se compõem do seu léxico. Portanto, todos os itens lexicais de uma língua se analisam dentro da predicação.

Dik (*apud* Neves, 2006, p.37), seguindo seu modelo de análise da predicação, prevê a descrição de uma expressão lingüística a partir da construção de uma predicação subjacente, que é projetada por meio de regras que determinam a forma e a ordem dos constituintes dessa predicação subjacente. Assim, para esse autor, a oração é vista como uma organização em diferentes níveis: sintático, semântico e pragmático. O primeiro permite a organização estrutural; o segundo aponta para as relações semânticas entre os termos participantes do nível sintático; e o último estabelece relações semântico-pragmáticas entre as escolhas do falante a partir de sua enunciação.

Essa projeção, portanto, é acionada pelo verbo ou nomes predicativos, que são responsáveis por especificar a estrutura argumental dos enunciados. Nesta proposta, determinadas classes de palavras (principalmente os verbos) de uma língua abrem, em torno de si, espaços vazios a serem preenchidos (cf. NEVES, 2006). Em *ele matou um*

professor...”¹³, o verbo *matou* projeta dois argumentos. O primeiro corresponde, tipicamente, a um sujeito (*ele*), que é expresso por um pronome cuja distribuição é pré-verbal e desempenha o papel semântico de agente. O segundo argumento é preenchido por um SN (*um professor*), que corresponde a um objeto prototípico, disposto pós-verbalmente, que constitui o foco do enunciado e desempenha o papel semântico de paciente.

A estrutura argumental, segundo DUBOIS (2003 *apud* FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007) é, do ponto de vista cognitivo, uma estrutura que desencadeia expectativas, porque é um dado verbo que especifica as relações gramaticais¹⁴ (sujeito, objeto direto, etc.), quantos nomes vão acompanhá-lo e que papéis semânticos vão desempenhar na oração (agente, paciente, objeto, beneficiário, etc.). Essa noção parte de Tesnière (1959 *apud* Souza, 1999), com a gramática de dependência, cuja proposta é divulgada na obra *Elements de syntaxe structurale*. Esta teoria preocupa-se em destacar as relações de dependência gramatical e semântica entre os elementos que compõem uma oração (os circunstâncias, os actantes e o verbo). Para esse autor, a oração é uma unidade hierárquica, cujos elementos mantêm uma relação de dependência com o verbo.

Desse modo, a concepção tradicional de oração gramatical, que identifica a proposição lógica como ato comunicativo lingüístico e que apenas considera uma construção bipartida entre o sujeito e o predicado, é abandonada. Com essa concepção, nivelam-se todos os elementos, subordinados ao verbo. Até o sujeito, que antes tinha primazia, desde a tradição aristotélica, em que se dividia a oração em sujeito e predicado, agora é considerado como mais um dos complementos. Sujeito, objeto direto, objeto indireto etc. são denominados todos como actantes, participantes da “cena lingüística”, não

¹³ Exemplo extraído de Furtado da Cunha (2006).

¹⁴ Na gramática de valência a relação entre verbo e seus argumentos é denominada de valência quantitativa, semântica e sintática (cf. BORBA, 1996).

havendo, portanto, uma posição especial para o sujeito em relação aos demais actantes. O que está em questão, segundo aponta Neves (2006, p.42), é que todos os argumentos (sujeito e complementos) ocupam lugares abertos por um “nó central que dá unidade estrutural à frase e que todos estão “em conexão”, que se fazem segundo relações de dependência e segundo hierarquização”.

Em desenvolvimento com essa proposta, está a chamada gramática de valências Helbig (1971; 1978; 1982), Engel (1969, 1977), Vilela (1986) em Portugal e Neves (2002), Borba (1996), no Brasil, à qual se ligam os estudos da Gramática de Casos Profundos, postulada, principalmente, por Chafe (1970), Anderson (1977), Fillmore (1971, 1979) e Cook (1979).

O conceito de valência é entendido, segundo Vilela (1986, p. 12) como “[...] o número de lugares vazios previstos e implicados pelo significado do (lexema)”. Portanto, é a partir da relação do verbo com os argumentos que ele seleciona, que se pode estabelecer a sua valência. Isso significa que, dependendo do verbo, a estrutura básica de uma língua pode se estabelecer através de Verbo > A1 + A2 + A3 + A4.

No entanto, apesar de parecer uma operação meramente sintagmática do falante, ao construir enunciados, o processo verbal antes descrito, estabelece, em geral, uma relação muito mais semântica. Isso significa dizer que os termos que preenchem os espaços vazios (argumentos) carregam restrições do verbo que determina quais as classes de itens co-ocorrem ou, até mesmo, se excluem em relação aos outros argumentos. Chafe (1970) e Fillmore (1971 e 1979) denominam este processo de Gramática dos Casos. Para este último autor, há uma relação muito mais semântica do que sintática na dependência da estrutura argumental com o verbo. Ele formaliza as noções de caso, as quais são compostas de

conceitos universais que determinam certos tipos de julgamentos que os seres humanos têm capacidade de fazer acerca dos acontecimentos.

Desse modo, os casos são os papéis que as entidades exercem na proposição e indicam relações semânticas subjacentes, a que ele chama de estrutura profunda. Num primeiro modelo, Fillmore (1968) atribui vários casos aos argumentos do processo verbal (agentivo, instrumental, dativo, objetivo, locativo e factativo).

A Teoria dos Casos, posteriormente, é revisitada por ele e por outros seguidores como Chafe (1970), que chegam a apresentar outros papéis participantes da “cena oracional”. Essas noções serão, mais adiante, importantes para a construção da teoria funcionalista, na proposta de Halliday (1985), Halliday & Mathiessen (2004) e Givón (1995), que serão discutidas na próxima subseção deste capítulo.

Estabelecendo a teoria dos casos, Fillmore (1979) reavalia as funções sintáticas de objeto direto, de objeto indireto e, principalmente, de sujeito. Souza (1999) ressalta que, na perspectiva da teoria dos casos, a noção de sujeito não é uma relação conceptual, mas apenas uma relação sintática da estrutura superficial e, como tal, pode representar diversos casos ou papéis temáticos, como em: *o livro (Objetivo) foi comprado hoje; Carlos (Beneficiário) recebeu um prêmio; Paulo (Experienciador) assustou-se; João (Agentivo) abriu a porta; A porta (instrumental) abriu; Recife (Locativo) está muito quente.* Outros papéis são apresentados, como: Causativo, Meta, Origem, Resultativo, Temporal.

Percebemos, nestes exemplos, nos quais os diferentes casos ocupam a posição de sujeito, que a relação sintática é a mesma, mas não a semântica, porque essa muda de acordo com as estruturas superficiais apresentadas (cf. SOUZA, 1999).

Por considerarmos essa análise sintático-semântica do sujeito, como sugere a teoria dos casos, bastante adequada para uma melhor percepção acerca da organização semântica

dos participantes (sujeito, objeto etc.), resolvemos aplicá-la às construções envolvendo títulos jornalísticos, objeto de estudo desta pesquisa. Por isso, na subseção seguinte, tentaremos tecer considerações sobre a transitividade, tomando como base as abordagens lingüísticas funcionalistas, de Givón (1995), Halliday (1985) e Halliday & Mathiessen (2004) que podem fundamentar nossas análises quanto a este assunto.

4.2.1. A semântica dos verbos

Como já afirmamos anteriormente, existe uma associação entre verbo e um nome que resulta um caso para o nome e uma classe para o verbo. Esta categoria, em geral, é o núcleo de predicado caracterizada de acordo com a natureza dos papéis semânticos desempenhados pelos argumentos que contraem. Segundo Neves (2006, p.49), mantêm “relação com o predicado e que, na oração realizada, se apresentam como funções do verbo”. Por esse critério, identificam-se quatro tipos de verbos (cf. CHAFE 1970, FILLMORE 1968, BORBA, 1996):

1. **Verbos de ação** – são verbos que expressam uma atividade realizada por um sujeito agente. Indicam, portanto, um fazer por parte do sujeito. O A1, estruturalmente, se codifica na função de sujeito-agente (ex.: “*O pai bateu no garoto*”).
2. **Verbos de processo** – são verbos que indicam um evento ou sucessão de eventos que afetam um sujeito paciente ou experimentador. O A1, estruturalmente na função de sujeito, é afetado. Por isso, traduzem quase sempre um acontecer ou um experimentar (ex.: “*Noronha ganha destaque como destino turístico*”). [6/5/2007].

3. **Verbos de ação-processo** – são verbos que expressam uma ação realizada por um sujeito agente ou um causador de um evento. Esses verbos têm, portanto, dois argumentos, no mínimo: um argumento (A1) na função de sujeito agente/causativo e outro que codifica o objeto afetado/efetuado (A2) [ex.: *A costureira **estragou** o pano*].
4. **Verbos de estado** – são verbos que indicam uma propriedade (estado, condição, situação) localizada no sujeito, que é um suporte predicativo de valor. O argumento A1, estruturalmente na função de sujeito, não é agente nem causativo, nem afetado, portanto, inativo (cf. BORBA, 1996) [ex.: *Carlos **permaneceu** em silêncio.*]

De acordo com a consideração das estruturas conceituais dos verbos, em geral, percebe-se que essa taxionomia fornece papéis semânticos. Quer dizer, esta taxionomia prevê determinações combinatórias dos componentes, segundo a constituição do sujeito ou a do sujeito mais os complementos, porque “é a relação do predicado com os argumentos que condiciona o valor significativo dos verbos...”, conforme Neves (2006, p. 50).

O quadro abaixo, elaborado por Neves (*op.cit.*), a partir das idéias de Chafe (1970), apresenta as classes de verbos e essas relações contraídas entre o verbo e seus os participantes.

Quadro 8: Classes de verbos/ predicções, segundo as relações contraídas entre predicado e argumentos.

CLASSES		RELAÇÕES ENTRE PREDICADO E ARGUMENTO			
Verbo	Oração	A1 (sujeito)		Outros argumentos	
I Ação	Ativa	Agente - fazer -		A2 - não-afetado -	(A3) - não-afetado -
II Processo	processiva	Afetado/ experimentador - acontecer -	Forma de expressão	(A2) não-afetado	(A3) não-afetado
			1. verbo		
			2. cópula + predicativo	-	-
III Ação- processo	Ativo- processiva	Agente/ causativo - fazer/ causar -		A2 - afetado/ efetuado -	(A3) não-afetado
IV - Estado	Estativa	Inativo/ Experimentador	Forma de expressão	-	-
			1. cópula +		
			Predicativo 2. verbo	(A2) não-afetado	(A3) Não-afetado

Fonte: Neves (2006)

Com efeito, os verbos têm aspectos semânticos comuns. Assim, todo verbo de processo tem um argumento (Objeto), (Experimentador) ou (Beneficiário); todo verbo de ação-processo tem dois argumentos: um (Agente)/ (Causativo) e o outro, afetado/efetuado. Entretanto, a observação do uso mostra que é muito difícil encontrar sempre uma realização única dos verbos. De acordo com Borba (1996, p. 68) “o próprio jogo metafórico e metonímico dá, para cada verbo, pelo menos mais uma possibilidade de realização” (grifos do autor). Desta forma, podemos perceber que, a partir dos exemplos: *Ontem choveu/ Choveram aplausos ao orador* e *O bebê chora/ O tronco da seringueira chora (= verte) um leite grosso pegajoso*, no primeiro caso, o verbo não seleciona argumentos, mas em

“Choveram aplausos”, por ser uma possibilidade metafórica de realização do verbo, este codifica um argumento sujeito na posição de argumento interno; caso idêntico acontece no segundo caso com “*O bebê chora*” e “*O tronco da seringueira chora*”.

Devido à variedade de uso de um mesmo item que a língua permite, é natural que este adquira valor semântico-contextual específico. Borba (1996) salienta ainda que, cada matriz¹⁵ valencial, fornece valor semântico fundamental que pode se realizar como tal ou se especializar, conforme um jogo de elementos contextuais de propriedades e funções sintático-semânticas. Os exemplos que mostramos anteriormente comprovam esta relação contextual do verbo com seus argumentos. Em “*o tronco da seringueira chora um leite grosso pegajoso*”, o primeiro argumento, do lado esquerdo do verbo “chorar”, codifica a posição de sujeito, mas não carrega traços semânticos restringidos pela matriz valencial. Em outras palavras, os verbos podem se apresentar variavelmente, porque o contexto de uso da língua faz com que aconteçam alterações no sistema, mesmo que seja por extensão metafórica; por isso, o “tronco chora...”.

Explicitadas essas relações do verbo com seus elementos na oração, na subseção seguinte, discutiremos também a semântica dos verbos, porém com base na perspectiva da transitividade, proposta por Givón (1995) e Halliday & Mathiessen (2004)

¹⁵ Matriz valencial é a configuração sintático-semântica dos verbos. Por exemplo, a matriz valencial de **criar** é **verbo de** ação-processo + (agentivo) + (objeto afetado). Assim, temos “Lei cria cadastro de celulares roubados”.

4.3. A semântica dos verbos: o sistema de transitividade, segundo a Linguística Norte-Americana

Como já foi dito anteriormente, o verbo é o ponto de partida da descrição da gramática de um língua (cf. CHAFE, 1970) e, portanto, a oração é, para esse autor, um verbo isolado ou um verbo acompanhado por um ou mais nomes. Nessa idéia, podemos concluir que descrever orações é descrever também todos os tipos de verbos, os quais constituem o centro semântico, o esquema proposicional da oração.

Givón (2001), numa noção ampliada da relação dos verbos com seus argumentos em manifestações mais contextuais dos textos produzidos socialmente, afirma que a transitividade é um fenômeno complexo que envolve, sobretudo, os componentes sintáticos e semânticos. Este autor formula a idéia de eventos verbais prototípicos. Nesse sentido, uma oração prototípica de um evento transitivo é definida pelas propriedades semânticas dos argumentos de agente, paciente e verbo na oração. Uma oração será prototípica quando envolver dois participantes, um sujeito agente, que é responsável pela ação, e outro participante, um paciente semanticamente afetado pela ação do agente e que é codificado na função sintática de objeto.

Segundo Givón (2001), um evento é prototípico transitivo quando:

- a. *Agentividade*: tem um agente intencional, ativo;
- b. *Afetamento*: tem um paciente afetado, concreto;
- c. *Perfectividade*: envolve um evento concluído, pontual.

Givón enfatiza que esses traços semânticos, em geral, marcam a transitividade por uma questão de grau. Nesse sentido, “os verbos podem ser subclassificados de acordo com a mudança física discernível registrada no estado do paciente” (FURTADO DA CUNHA E SOUZA, 2007, p. 32).

Os exemplos seguintes retirado de Givón (1984, *apud* Furtado da Cunha e Souza, 2007, p. 32) representam, em geral, esta subclassificação:

(1) Objeto criado:

- a. ‘Ele construiu uma casa’ (*He built a house*)
- b. ‘Ela fez um vestido’ (*She made a dress*)

(1) Objeto totalmente destruído:

- a. ‘Eles demoliram a casa’ (*They demolished the house*)
- b. ‘Eles evaporam a água’ (*They evaporated the water*)

(2) Mudança física no objeto:

- a. ‘Ela fatiou o salame’ (*She sliced the salami*)
- b. ‘Eles tingiram o cabelo dele’ (*They bleached his hair*)

(3) Mudança de lugar do paciente:

- a. ‘Eles mudaram o celeiro’ (*They moved the barn*)
- b. ‘Ele empurrou o carrinho de mão’ (*He rolled the wheelrow*)

(4) Mudança superficial:

- a. ‘Ela lavou a camisa dele’ (*He washed his shirt*)
- b. ‘Ele banhou o bebê’ (*He bathed the baby*)

(5) Mudança interna:

- a. ‘Eles esqueceram a solução’ (*They heated solution*)
- b. ‘Eles resfriaram a carne’ (*He chilled the meat*)

(6) Mudança com um instrumento implicado:

- a. ‘Ele martelou o prego (martelo)’ (*He hammered the nail – hammer*)
- b. ‘Ela chutou a parede (pé)’ (*She kicked the wall – foot*)

(7) Mudança com modo implicado:

- a. ‘Eles a assassinaram (matar com intenção)’
They murdered her (kil with intention)
- b. ‘Ela espatifou a xícara (quebrar completamente)’
She smashed the cup (break completely)

Há outros verbos que pertencem às subclassificações propostas por Givón (2001) que apresentam sujeito e objeto modificados. No entanto, existem verbos que podem desviar-se do evento transitivo prototípico, em função do objeto ou em função do agente-sujeito.

A título de ilustração, vejamos, no nosso *corpus*, alguns casos de desvio que envolvem o sujeito, ocorridos, em geral, com verbos de cognição, sensação ou volição (cf. FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007):

- (01) EUA **vivem** celebração da virgindade. (DP, 06/05/2007)
- (02) Jobim **teme** ataques a reserva de petróleo. (JC, 16/11/2007)
- (03) Igreja **teme** banalização do casamento e família. (JC, 28/10/2007)
- (04) Indígenas **querem** direito exclusivo de exploração. (JC, 18/11/2007)
- (05) EUA **criticam** ação. (DP, 05/05/2007)
- (06) Noronha **ganha** destaque como destino turístico. (DP, 06/05/2007)

Nas orações, os verbos (*vivem, teme, querem, criticam, ganha*), de fato, registram alguma mudança interna cognitiva no sujeito, tornando-o um sujeito-experienciador. Esses verbos, semanticamente, se aproximam mais de um verbo de estado do que de ações; por isso, temos “Igreja teme...”; “Indígenas querem”, mas, por algum motivo, esses verbos codificam um objeto, metaforicamente interpretado como afetado (banalização do casamento e família e ataques a reserva de petróleo) pela ação verbal e, assim, esses verbos, do ponto de vista da transitividade, são compreendidos como eventos prototípicos.

Diante desse modelo de análise, o desvio da transitividade está associado à semântica lexical dos verbos. Segundo Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 36), “a proposta de Givón concebe a transitividade como uma noção gradiente e não dicotômica, como na Gramática Tradicional”. Ainda para essas autoras, baseadas em Givón (1995), a transitividade reflete o afetamento total do objeto e esse está centrado no significado lexical do verbo. “Os verbos cujo significado não implica mudança de estado ou localização do objeto se afastam do padrão prototípico e, conseqüentemente, exibem menor grau de transitividade” (*idem, ibidem*)

Na próxima seção, a transitividade será concebida como as representações da linguagem. Abordaremos, a partir de agora, o posicionamento de Halliday (1985) e Halliday e Matthiessen (2004), que fundamentará nossas análises, uma vez que parece atender melhor aos objetivos desta investigação. Por uma questão de objetividade, mostraremos, ao longo deste capítulo e do próximo, os resultados encontrados no estudo em tela.

4.4. A Lingüística Sistêmico-Funcional

Nas correntes lingüísticas de base funcionalista, a linguagem é percebida como um sistema que é concebido a partir da necessidade de comunicação entre os membros de uma comunidade, é “um instrumento de interação social, com propósitos comunicativos, sendo as expressões lingüísticas analisadas em circunstâncias efetivas de interação verbal”, conforme PEZATTI (2004, p. 179).

Esta visão marca uma franca oposição aos formalistas, que concebem a língua como um *objeto autônomo* (cf. BORGES NETO, 2004), diferentemente dos funcionalistas, para os quais a linguagem é um fenômeno social. Adotar essa concepção permite, portanto, ultrapassar a abordagem modular e possibilita, dessa maneira, a integração dos diversos componentes lingüísticos.

Para Halliday (1985) e Halliday e Matthiessen (2004) , a gramática sistêmico-funcional, uma teoria de descrição lingüística, cujo objetivo é desenvolver um sistema de interpretação e análise textual em que o analista considere a estrutura lingüística sob um viés sintático-semântico, concebe a linguagem como um sistema sócio-semiótico estratificado, simultaneamente, em níveis (fonológico/ortográfico, léxico-gramatical e semântico).

O modelo analítico da gramática sistêmico-funcional, além de estabelecer e relacionar princípios gerais relacionados ao uso da linguagem, investiga a interface entre as funções e o sistema interno das línguas. Este sistema é visto como uma rede de opções, cujas funções controlam as operações de escolhas e arranjos (cf. HALLIDAY, 1985). Assim, a língua é uma rede “de opções que o falante faz, no contexto das situações de fala, para comunicar-se”. Usamos a linguagem para interagir com o outro, para construir e

manter nossas relações interpessoais e a ordem social das coisas em que elas ocorrem; fazendo isso, interpretamos e representamos o mundo do outro e de nós mesmos. (cf. FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007). Desse modo, a proposta da Linguística Sistêmico-Funcional, doravante LSF, é compreender as implicações das funções sociais na gramática, de modo que se perceba a multifuncionalidade do sistema lingüístico-discursivo.

Halliday e Matthiessen (2004) registram três macrofunções que constituem os propósitos principais da linguagem e que atuam, simultaneamente, nos significados. São essas as funções: *a ideacional, a interpessoal e a textual*.

A metafunção *ideacional* está relacionada à representação que construímos dos significados a partir de nossa experiência do mundo exterior ou interior. Essa função, no nível léxico-gramatical, é realizada pelo sistema de transitividade. A função *interpessoal* é aquela que expressa as interações e os papéis assumidos pelos usuários para estabelecer e manter relações sociais, influenciando ou não o comportamento alheio, expressando nossos significados sobre o mundo. No nível léxico-gramatical, esta função é realizada por meio do sistema de modo e modalidade. A metafunção *textual*, por sua vez, está ligada ao fluxo de informação e organização da textualização do que é dito, cuja realização acontece por meio do sistema de tema. Em síntese, cada metafunção – que é estabelecida no nível semântico – é abordada por um sistema no nível léxico-gramatical, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 9: Metafunções da linguagem e a representação no nível léxico-gramatical

SEMÂNTICO	LÉXICO-GRAMATICAL
Ideacional	Transitividade
Interpessoal	Modalidade
Textual	Tema

Nessas três metafunções, a oração é a unidade básica para a análise léxico-gramatical. Nessa unidade, acontece a realização simultânea de três significados (cf. SOUZA, 2006, p. 39): “uma *representação* (significado, no sentido de conteúdo); uma *troca* (significado como forma de ação); e uma *mensagem* (significado como relevância para o contexto)”. Dessa maneira, todas as línguas são organizadas em torno de dois significados principais: o ideacional e o interpessoal. Esses componentes, a que se associa um terceiro, o textual, são as manifestações, no sistema lingüístico, dos dois propósitos mais gerais que fundamentam os usos da linguagem: entender o ambiente e influir sobre os outros.

Segundo Souza (2006, p. 40), “cada elemento de uma língua é explicado por referência a sua função no sistema lingüístico total”. Assim, os elementos lingüísticos não significam isoladamente, mas são codificados em um enunciado como um todo integrado. Os significados que fazemos a respeito do mundo são, assim, alcançados por meio de escolhas que nós, falantes, fazemos frente às outras escolhas, vejamos o que diz Halliday.

a língua se organiza com duas possibilidades alternativas, que são a cadeia (o sintagma) e a escolha (o paradigma); uma gramática sistêmica é, sobretudo, paradigmática, isto é, coloca as unidades sintagmáticas apenas como a realização e as relações paradigmáticas como o nível profundo e abstrato. A consideração

do nível sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma com a idéia de que cada escolha produz significados. (*apud* SOUZA, 2006, p.36).

A escolha de um item lingüístico pode representar uma coisa na oração; sua posição no sintagma, outra; e sua combinação (relação) com outro elemento, outra coisa (cf. SOUZA, 2006). Para a LSF, a gramática é funcional porque é um sistema de escolhas.

Como nosso interesse nesta dissertação é verificar as possibilidades de realização do significado do verbo com os seus participantes, a seção subsequente versará sobre o sistema léxico-gramatical da transitividade, norteado pela LSF, no qual a representatividade do nível semântico *ideacional* da língua é acionado.

4.4.1. Sobre o sistema de transitividade

Na perspectiva hallidayana, as pessoas utilizam a língua para representar seus mundos externo (coisas concretas, etc) e interno (emoções, sentimentos, pensamentos, entre outros), ou seja, a língua é uma representação da experiência humana. Essa representação acontece através do sistema de transitividade, como falamos anteriormente. Souza (cf. 2006) destaca que, nesse sistema, a oração assume uma função fundamental no discurso (HALLIDAY, 1985; HALLIDAY e MATHIESSEN, 2004) porque ela representa a realidade das pessoas (fazer, sentir, ser, dizer, comportar-se e existir) através de tipos de (sub)processos.

Nesta concepção, a transitividade é entendida como a gramática da oração, porque constitui uma unidade estrutural para expressar uma gama particular de significados ideacionais ou cognitivos (cf. SOUZA, 2006). Essa gramática permite, assim, identificar as

ações e atividades humanas que são expressas no discurso. São atividades e experiências que falam de pessoas, de objetos, de qualidades, de abstrações e de relações existenciais. Essa identificação se realiza através dos principais componentes da transitividade funcionalista: *processos* (atividades realizadas, em geral, por verbos), *participantes* (entidades representadas por substantivos ou até adjetivos), e *circunstâncias* (componentes codificados por advérbios ou expressões adverbiais) e permitem analisar *quem faz o quê, a quem e em que circunstâncias* (cf. SOUZA, 2006).

(07) Detran **vai fiscalizar** com câmeras nas ruas do Recife.

P1¹⁶ (processo) P2 P3

Esses componentes equivalem, na postura formalista, a quatro elementos básicos da oração: o sujeito, o verbo, o objeto e o adjunto adverbial (optante). Na transitividade, segundo a LSF, os componentes correspondem aos significados que geramos a partir do discurso. Os participantes são os determinadores do sentido no contexto em que o enunciado está inserido. Assim, no exemplo anterior, podemos dizer que P1 é apenas um sujeito formado por um núcleo, um sujeito simples. Este participante constitui, principalmente, um agente de representação coletiva de uma ação que integra um processo dinâmico. Não podemos dizer que P2 é apenas um objeto direto, pois este participante, também significa um objeto da ação do “Detran”, nas ruas do Recife.

Numa abordagem mais abrangente, o enunciado é uma representação de uma instituição reguladora do poder público que fiscaliza e que pode determinar ações dos outros nas ruas da cidade. Nesta perspectiva, dá para perceber um sutil propósito do

¹⁶ As abreviações P1, P2 e P3 equivalem a Participante 1, 2 e 3 respectivamente.

deslocamento de *referência*¹⁷ de sentido do termo “Detran”, que chega a camuflar a identidade dos reais “agentes” dos eventos comunicativos. Essa perspectiva de entender o enunciado em um contexto mais amplo, envolvendo os participantes, não está comprometida apenas com a sintaxe, como propõe, geralmente, a gramática normativa, mas vem apresentar também uma visão semântico-pragmática sobre as coisas que são ditas.

Na LSF, a transitividade é compreendida como a gramática da oração e esta tem como participante mais importante o verbo (processo), que, no dizer de Halliday e Mathiessen (2004, p. 170) “pode representar um determinado modelo ou esquema para uma construção de um domínio específico de experiência como uma figura de um tipo particular”.

No sistema de transitividade, podemos classificar esses processos em três tipos principais (materiais, mentais e relacionais) e três subprocessos (verbais, comportamentais e existenciais). A cada um desses processos estão associados participantes específicos determinados pela semântica dos verbos. Os *processos* são os elementos responsáveis para representar e codificar ações, eventos, estabelecer relações, experimentar sentimentos, construir imagens dos objetos do mundo exterior e dizer coisas. Os *participantes* são os termos que estão envolvidos, de forma obrigatória ou não, com os processos e esses se configuram à esquerda ou à direita do processo, codificando, portanto, em termos sintáticos, sujeito e objeto da oração. As *circunstâncias* são expressões que apresentam informações adicionais atribuídas aos diferentes processos.

¹⁷ Compreendemos a idéia de referência como uma relação sintática que o verbo mantém com um argumento solicitado por sua transitividade. Em outras palavras, é uma entidade que faz referência ao papel semântico de agente do evento comunicativo.

Em síntese, cada processo geralmente apresenta três componentes básicos: *o próprio processo*, que se desenvolve ao longo do tempo, *os participantes* envolvidos no processo e *as circunstâncias* associadas ao processo. Os participantes assumem natureza variada, dependendo do tipo de processo no qual estão envolvidos. Por esse motivo, são como o centro experiencial de uma oração. Tanto as categorias dos participantes, como as das circunstâncias contribuem para mudanças temporárias ou permanentes dos eventos discursivos. A partir de agora, para atender às expectativas de nossa pesquisa, optamos por apresentar apenas os processos verbais e seus participantes no sistema de transitividade proposto por Halliday (1985), Halliday & Matthiessen (2004).

De acordo com Furtado da Cunha e Souza (2007), os processos materiais referem-se às ações físicas e concretas, isto é, eles descrevem um processo de “fazer algo” que constituem ações de mudanças externas, físicas e perceptíveis. Estes são classificados em dois subtipos: os criativos (*criar, compor, construir, pintar, abrir* etc.) e os transformativos (*colorir, destruir, quebrar, cortar, reduzir, iluminar*, dentre outros). Nesses processos, os participantes podem ser:

1. *Ator*: é o participante inerente a qualquer oração, seja transitiva: (08) Empresa do Estado criará chip inédito (JC, 17/11/2007); ou intransitiva, *como*: (09) BC age, mas dólar supera (DP, 12/12/2006). Este é responsável pela execução da ação do processo verbal e codifica, sintaticamente, o participante sujeito.
2. *Meta*: é aquele para quem o processo é direcionado. Este é diretamente afetado pelo ator do processo material e codifica, em geral, o objeto. (10) Comida a crédito ameaça orçamento (JC, 18/11/2007).

3. *Extensão*: é o participante especificador que complementa ação do processo.
(11) *Justiça denuncia regalias de policiais na prisão* (DP, 05/05/2007). Em alguns casos, pode ser um prolongamento do processo quando este é lexicalmente vazio, como no exemplo extraído de FURTADO DA CUNHA & SOUZA (2007): (12) *O episódio da fuga de Menen da derrota inevitável contrasta fortemente com o atual, que deu um exemplo impecável de alternância de poder em 2002.*

4. *Beneficiário*: é aquele participante que se beneficia da ação verbal, como em:
(13) *Noronha ganha destaque como destino turístico* (DP, 06/05/2007). Este participante codifica, em termos sintáticos, também o sujeito, mas não como o agente, como acontece com o participante ator.

Os processos mentais ressaltam o pensar, o saber, o entender, o perceber (denominados de processos mentais cognitivos), o amar, o detestar, o gostar, o ter medo (chamados de processos mentais afetivos) e o ver, o perceber, o ouvir (nomeados como processos mentais de percepção) etc. Esses processos lidam com a apreciação humana do mundo e têm como participantes o *Experienciador* (participante consciente que experimenta um sentir e se apresenta sintaticamente como sujeito), como no exemplo (14) *Jobim teme ataques à reserva de petróleo* (JC, 18/11/2007); o *Fenômeno* — fato que é percebido, compreendido ou sentido — expresso em (15): *Indígenas querem direito exclusivo de exploração* (JC, 18/11/2007).

Segundo Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 58), “os processos relacionais são aqueles que estabelecem uma conexão entre entidades, identificando-as ou classificando-as, na medida em que classificam a experiência de um a outro”. Esses processos são categorizados como Atributivos e Identificadores. No primeiro tipo, os participantes são denominados de Atributo e Portador. Nós podemos perceber, no exemplo seguinte, em que o portador está sublinhado e o atributo está em negrito: (16) Chinês é **preso** por passar e-mail (JC, 18/11/2007). Já nos identificadores, “há a definição ou identificação de uma entidade através de uma outra”, de acordo com Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 59). Os participantes desse processo podem ser chamados de *Valor* (o termo definidor ou identificador) e *Característica* (a entidade definida).

No caso dos processos verbais, esses consistem basicamente em verbos que se referem ao dizer, ao comunicar, ao apontar, tendo como participantes o *Dizente*, o Receptor (participante opcional) e a *Verbiagem*. Ilustram esses conceitos os exemplos seguintes, em que o *dizente* está sublinhado: (17) [...] Sindicato do Comércio de Derivados de Petróleo da Paraíba diz que é **cedo para acreditar em cartel nos postos** (DP, 05/05/2007).

Os processos comportamentais “são responsáveis pela construção de comportamentos humanos, incluindo atividades psicológicas, atividades fisiológicas como ouvir, assistir, respirar, dormir, conversar, entre outros” (FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007). Seus participantes são o *Comportante*, componente obrigatório deste processo; e o *Comportamento*, participante opcional que estende o processo, o qual também pode ser chamado de *Behaviour*. São exemplos deste processo os seguintes enunciados¹⁸:

¹⁸ Os exemplos (18), (19) e (20) foram retirados de Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 60), proque no nosso *corpus* de investigação não foi possível identificá-los.

(18) *Daniel* assistiu ao jogo São Paulo e Liverpool; (19) *Eu* conversei bastante ontem; (20) *Pedro* dormiu um **sono tranqüilo** ontem após noites de insônia.

Os processos existenciais referem-se a algo que ocorre com o único participante desse tipo de processo: o *Existente*. Nestes, os verbos representam algo que existe, acontece ou se constrói. São representativos, no português, os verbos *existir* e *haver*, como nos seguintes exemplos: (21) *Afinal existe coisa mais fantástica do que pegar na mão do gato...*; e (22) *O estoque de riqueza no planeta cresce e há uma diminuição das desigualdades*.

Como visto no sistema de transitividade, os processos verbais determinam e codificam os participantes porque esses representam nossas experiências e identificam as atividades humanas. Esses participantes, que adquirem *status* semânticos em cada processo, codificam uma função sintática no enunciado. No quadro seguinte, mostraremos essa relação sintático-semântica dos processos (verbos) com os participantes, destacando os participantes que adquirem *status* de sujeito na “cena oracional”.

Quadro 10: Comportamento sintático-semântico do participante sujeito na LSF

Processos	Significado	Participantes	Codificação sintática
Material	Fazer	Ator	Sujeito
		Beneficiário (<i>opcional</i>)	Sujeito, objeto
	Ganhar	Meta (<i>opcional</i>)	Objeto
		Extensão (<i>opcional</i>)	Adjunto adverbial
Mental	Querer	Experienciador	Sujeito
		Fenômeno	Objeto
		Portador	Sujeito

Relacional <i>atributivo</i> <i>identificador</i>	Estar	Atributo	Predicativo do sujeito
		Característica	Sujeito
		Valor	Predicativo do sujeito
Verbal	Dizer	Dizente	Sujeito
		Verbiagem	Objeto
		Receptor <i>(opcional)</i>	
Comportamental	Comportar-se	Comportante	Sujeito
		<i>Behaviour</i> <i>(optante)</i>	Objeto ¹⁹
Existencial	Existir e haver	Existente	verbo impessoal

Como uma abordagem funcionalista consiste, entre outras coisas, numa maneira de entender a relação entre forma e função, percebe-se que a forma sintática de sujeito desempenha comportamentos semanticamente diferentes de acordo com o processo. O sujeito, então, se comporta como: *ator*, *beneficiário*, *experienciador*, *portador*, *características*, *dizente*, *comportante* e, às vezes, *existente*.

Em virtude de, nesta dissertação, nosso objetivo ser o de verificar de que maneira a forma “sujeito” é referida e adquire função na construção dos sentidos nos títulos de notícias ligados a áreas temáticas (política, de economia e vida urbana), elegemos, a partir do sistema de transitividade da LSF, os participantes: *ator*, *beneficiário*, *experienciador* e *Dizente* para compor nossa categorização de análise, que será discutida no próximo capítulo. Optamos por analisar esses participantes porque foram os que mais se evidenciaram em nossos dados. Assim, na seção seguinte, identificamos os tipos de

¹⁹ O participante *Behaviour* é codificado como objeto direto ou indireto interno. Melo (no prelo) chama os verbos que tem essa codificação de verbos com argumentos lexicalmente implícitos.

processos usados nos títulos das notícias que coletamos, categorizamos os papéis dos participantes relacionados aos processos verbais e observamos a quantidade de ocorrências de cada tipo nos dois jornais que selecionamos.

CAPÍTULO V

O comportamento da categoria sujeito: o que nos revela o *corpus* de análise?

Os elementos lingüísticos não significam isoladamente. Os significados estão presentes como um todo integrado e são alcançados por meio das escolhas que os falantes fazem frente às escolhas que poderiam ter sido feitas (HALLIDAY, 1985).

Neste capítulo, faremos uma apreciação acerca dos papéis desempenhados pelos participantes que cumprem a função de sujeito nos títulos jornalísticos, a partir do sistema de transitividade proposto por Halliday e Matthiessen (2004). Para tanto, apresentaremos, como ponto de partida, o número de ocorrências dos processos, levando em conta a frequência de determinado tipo presente em nosso *corpus*. Após esta verificação, analisaremos os participantes *ator*, *beneficiário*, *experenciador* e *dizente*, a fim de averiguar de que forma representam a entidade referida na posição de sujeito em determinada área temática: *política*, *economia* e *vida urbana*.

Para garantir a objetividade desta investigação, explicitaremos alguns procedimentos metodológicos adotados:

1. A opção por títulos do tipo oracional se justifica em razão de eles preencherem, pelo menos, os três lugares (participante 01, processo e participante 02), que, segundo Halliday e Matthiessen (2004), são necessários para representar, completamente, as ações de um grupo ou de um indivíduo.

2. A representação do primeiro participante (P1) que, sintaticamente, expressa o sujeito, será feita, conforme Souza (2006, p. 165), como sintagma nominal (SN) de dois tipos: “o SN lexical (SNL), tendo como núcleo um substantivo, modificado ou não; o SN

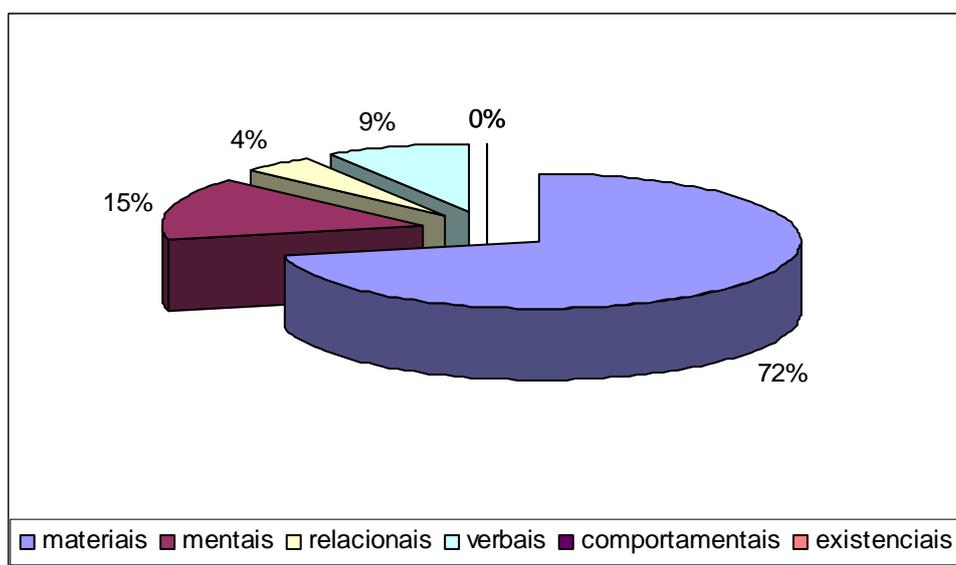
individualizado (SNI), subtipo do SNL, aquele que tem como núcleo um indivíduo. Quanto ao segundo participante (P2) e ao terceiro (P3), quando houver, a apresentação e as análises serão referidas de modo generalizado.

3. Embora apresentemos nossa análise dos dados a partir das construções lingüísticas dos títulos das notícias, faremos, por vezes, referência ao conteúdo informacional do gênero, situando e contextualizando nossa interpretação.

5.1. A distribuição dos tipos de processos nos títulos

Apresentaremos, no **Gráfico 1**, uma visão quantitativa dos tipos de processo encontrados nos nossos dados, traçando um perfil da distribuição daqueles que têm mais incidência nos títulos investigados.

Gráfico 1: *Distribuição dos tipos de processo nos títulos*



Neste Gráfico, toma-se evidente que os processos materiais atingem 72% das ocorrências, tendo sido configurados como os mais freqüentes, enquanto que, para os comportamentais e existenciais, não há número de ocorrências no *corpus* (0,0%).

Através desses números, observamos, devido à maior incidência dos processos materiais, a relevância desse tipo de verbo para expressar ações, acontecimentos e mudanças perceptíveis do mundo externo. Esses processos materiais compõem as experiências de mundo retratadas comumente no gênero tipicamente narrativo, a notícia. Esse fato pode comprovar a idéia de Halliday & Matthiessen (2004), quando postulam que, em textos de caráter geralmente narrativo, há uma predominância de tais processos.

Ocupando a segunda posição, os processos mentais aparecem com 15% na escala de ocorrências. Com esses processos (responsáveis pela apreciação humana do mundo), é possível detectar as crenças, valores e desejos representados nos textos. Vemos que, embora exista uma tendência para o gênero notícia apresentar uma certa objetividade frente aos fatos, o percentual demonstrado no Gráfico 1, acima, contudo, não parece evidenciar tal característica, talvez pelo fato de, subjacente ao texto, haver apreciações de caráter ideológico.

Os processos verbais, com 9% de freqüência, correspondem ao ato de *dizer* (chamados verbos de DIZER ou *dicendi* e seus vicários), que trazem um caráter dialógico do gênero notícia. Apesar de serem analisados apenas nos títulos, esse tipo de ação verbal é recorrente no desenvolvimento da notícia, nesses gêneros é comum trazer a voz do outro sobre o fato noticiado, até para ‘desresponsabilizar’ o jornalista ou a entidade institucional. Já os processos relacionais, os quais estabelecem conexões para classificar e identificar entidades, apresentaram-se em 4% dos dados coletados, tendo em vista que servem apenas

para dar o estatuto de oração, ou seja, são os chamados verbos de ligação (também denominados de porta-tempo ou copulativos). Em números de ocorrências, o quadro abaixo mostra a quantidade exata desses processos no *corpus*.

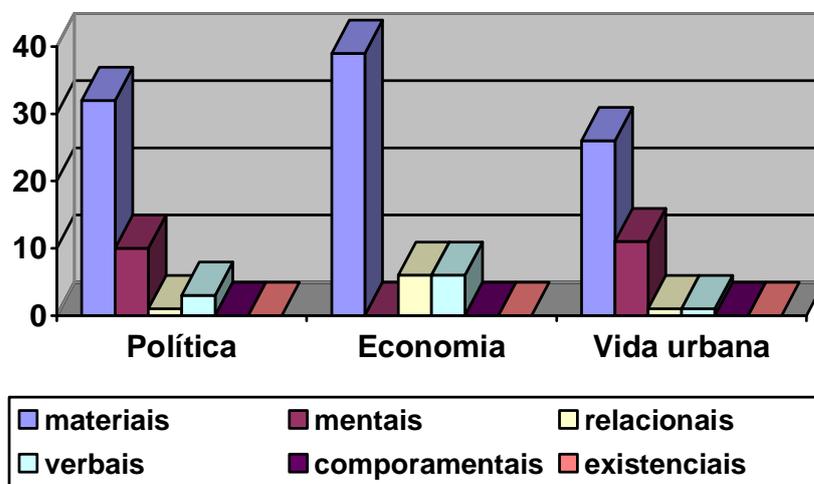
Quadro 11: Número de ocorrências dos tipos de processos no corpus:

PROCESSOS	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIAS
Materiais	97
Mentais	22
Relacionais	6
Verbais	13
Comportamentais	0
existenciais	0

Após essa visão panorâmica dos tipos de processos nos dados, analisemos o **Gráfico 2**, em que a distribuição dos tipos de processo está associada às áreas temáticas: política, economia e vida urbana.

No Gráfico abaixo, os processos materiais compõem a maioria dos enunciados nos títulos na área política (33%), economia (40%) e vida urbana (27%). A frequência desse tipo de processo é bem maior em relação aos outros, como era de se esperar, porque os processos materiais são os mais acessíveis a nossa reflexão consciente (cf. HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004).

Gráfico 2: Distribuição dos tipos de processo por área temática



Quanto aos processos mentais, podemos verificar que esses têm perfil semelhante em termos de distribuição, (55%) e (45%) nos títulos políticos e sobre vida urbana, respectivamente. Todavia, nenhuma ocorrência desse tipo de processo foi registrada em títulos da área de economia. Esse fato fará a diferença na análise do funcionamento dos processos nas orações, correlacionados aos seus participantes e ao seu contexto.

No painel de distribuição dos tipos de processos, os verbais têm maior incidência nos enunciados na área de economia (9%), tendo em vista que é comum nas notícias dessa área o discurso reportado, em que outras vozes especializadas se apresentam para definir, explicar e, até simplificar certos conceitos que podem parecer difíceis ao leitor.

Completando o painel de distribuição, os processos relacionais estão em maior número também na área de economia, com 4% de ocorrência, enquanto nas áreas política e vida urbana aparecem apenas uma única vez (0,1%).

A materialidade dos números ora apresentados espelha a composição lingüística dos enunciados jornalísticos, no que se refere aos tipos de processos utilizados para construir o

sentido no gênero notícia. Assim, os tipos de processos selecionados dos jornais investigados correspondem a 136 sentenças analisadas, com o objetivo de investigar o papel dos participantes no sistema de transitividade.

Na próxima subseção, faremos apresentação dos tipos de processo e seus participantes na posição de (P1) presentes no nosso *corpus*. Iniciamos pelos verbos do tipo materiais, porque são aqueles que têm maior incidência nos dados investigados. Em seguida, trataremos dos mentais e dos relacionais, completando, dessa forma, os tipos principais (cf. HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004). Na sequência, analisaremos os processos verbais, o de menor frequência nos títulos. Em nossos dados, não encontramos ocorrência do processo comportamental e existencial; por essa razão, esse tipo de processo não constará da análise desta dissertação.

5.2. Quando o sujeito faz algo acontecer: os processos materiais

Os títulos das notícias “BC **age**, mas dólar supera”, “Postos **vendiam** gasolina com preço abaixo do custo” e “PF **prende** empresário por cartel” são descrições de processos materiais, cuja significação representa ações ou eventos dinâmicos de nossa experiência.

Nesse tipo processo, a ação é um conceito subjacente (cf. FURTADO DA CUNHA & SOUZA, 2007) e pode envolver, no mínimo, um participante que será o Ator, codificado nas orações intransitivas. Nessas ocasiões, a ação vai do participante ao verbo (processo), representando, pois, um evento, como no caso do verbo *agir*. Quando o processo envolve dois participantes inerentes, Ator e Meta ou Extensão, as ações se estendem do primeiro participante para o segundo, afetando ou modificando, como acontece com o processo

vender. Essas ações são codificadas em enunciados transitivos e representam, portanto, *o fazer algo*.

Nos dados analisados, o processo material apareceu constantemente, como foi mencionado no perfil das distribuições desse fenômeno, na seção anterior. Das 136 construções, 72% das orações apresentam esse tipo de processo nas áreas de política, economia, principalmente, e vida urbana. Essa frequência pode mostrar a importância dos materiais para a construção das experiências de mundo tematizadas nas notícias, cujo objetivo é narrar fatos e acontecimentos do mundo social. Encontramos, entre outros os verbos que indicam esse processo: *entregar, buscar, vender, reagir, estudar, liberar, crescer, mirar, pressionar, fazer, subir, agir, gerar, oferecer, inspecionar, iniciar, prender, usar, chegar, ganhar, ganhar, decidir, matar, fiscalizar, estimular, viver, denunciar, quebrar, levar, reduzir, furar ignorar, ajudar, ameaçar, brigar*, entre outros.

Em se tratando das construções que se apresentam no mundo das ações do participante *Ator* para o processo, esse tipo de oração se apresentou 15 vezes em nossos dados, como podemos mostrar nos exemplos a seguir:

(01) Aliança **crece**u só no segundo turno. (DP, 06/05/07)

(02) Gasolina e gás não **sobem** mais este ano, diz Copom. (DP, 01/08/08)

(03) IPVA **sobe** 1,1% e deve ser pago até junho. (DP, 12/10/2006)

E as construções em torno de dois participantes ou mais se configuraram em 82 títulos, conforme ilustramos em (04), (05) e (06).

(04) Lula **cria** fundo para a Amazônia e critica G-8. (DP, 26/07/08)

(05) Ação do BC **faz** o dólar **subir**. (JC, 17/11/07)

(06) OAB **lança** campanha contra a corrupção. (JC, 18/11/07)

Os exemplos mostram claramente o mundo dos acontecimentos [(01), (02) e (03)] e o mundo do *fazer algo* [(04), (05) e (06)]. Percebemos, nestes últimos exemplos, que o (P2) “*fundo para a Amazônia*”, “*o dólar*” e “*campanha contra corrupção*” é afetado pelo processo do Ator (P1), “*Lula*”, “*Ação do BC*” e “*OAB*”.

Passemos à investigação desse tipo de processo nos dados, observando os participantes envolvidos nas ações.

5.2.1. A representação do sujeito Ator

Nos títulos oracionais transitivos, houve frequência do processo material, conforme destacamos anteriormente. O participante Ator (P1) desse ato, localizado, geralmente, ao lado esquerdo do verbo, é representado por sintagmas nominais (SNs). O participante Ator tem papel fundamental no processo material, porque “o fluxo de atenção na sentença transitiva parte do agente (origem) para o paciente (meta)” (PEZATTI 2004, p. 189).

Tendo, em princípio, que a função primordial do sintagma nominal (SN) é a de representar um referente, muitas e diversificadas são as entidades referendadas que compõem os títulos jornalísticos, variando de acordo com o assunto discutido. Nos nossos dados, encontramos referentes que atuam no papel do Ator e são representados por *sintagmas nominais lexicais*. Esses sintagmas são responsáveis por identificar como núcleos entidades, através de substantivos, modificando-os ou não. Ilustram essa representação os seguintes exemplos:

(07) Noronha **ganha** destaque como destino turístico. (B10 06/05/07)

(08) Sem acordo, oposição **admite** lançar nome. (JC, 09/11/07)

(09) Comissão **aprova** emenda que amplia licença. (JC, 09/11/2007)

(10) Operação **apreende** combustível irregular. (JC, 07/12/07)

(11) Receita **libera** consulta ao IR (JC, 09/11/2007)

Nestas orações, o Ator dos processos de *ganhar*, em (07), tem como extensão *destaque como destino turístico*. Os processos *admitir*, *aprovar*, *apreender* e *liberar* se conectam aos argumentos Meta para representar ações dos atores *oposição*, *comissão*, *operação* e *Receita*, que expressam movimentos positivos do desenvolvimento do país no cenário político e econômico. Observamos que (P2) é afetado pelos verbos. Logo, são ações e respondem a expectativas de representantes sociais, como em *Oposição* (08) e *Comissão* (09), ou representantes institucionais, como em *Operação* (10) e *Receita Federal*, em (11).

(12) Suape **negocia** fábrica de U\$\$ 29 milhões (JC, 17/11/07)

(13) Petrobrás **vai elevar** reservas em 50% (JC, 17/11/07)

(14) Suape **gera** 190 mil vagas indiretas (DP, 06/05/07)

(15) BB **oferece** nova linha de crédito (DP, 06/05/07)

Os títulos (12) a (15) são exemplos em que os SN's por representação lexical têm como Atores entidades referenciais do cenário econômico. Esses participantes têm como extensão "*fábrica de U\$\$ 29 milhões*", "*reservas em 50%*" e "*190 mil vagas indiretas*",

que representam eventos positivos do avanço da economia brasileira. Em (15), o processo *oferecer*, mesmo que implicitamente, também aciona um movimento positivo na área econômica, uma vez que participam dessa ação (P1), expresso por *nova linha de crédito* (Meta) e Beneficiário não-expresso no título, mas sim no desenvolvimento da notícia, *o cliente do Banco do Brasil*.

(16) Produção da indústria **crece** 3,8% no trimestre (05/05/07)

(17) Pequenas **brigam** pelo mercado (JC, 18/11/07)

(18) Indústrias **pedem** crédito de R\$ 460 milhões ao BN (DP, 15/08/2006)

Assim como os anteriores, os exemplos (16) a (18) também estão ligados ao crescente setor econômico. No entanto, os sintagmas lexicais agora são Atores “genéricos” que nomeiam um conjunto de atividades econômicas (ex.: “*produção da indústria*”, “*indústrias*” e “*pequenas empresas*”). Vale ressaltar que, em (16), o processo *crecer* tem como participantes informações acrescidas por número percentual. Percebemos que trazer dados percentuais são recursos muito comuns em notícias que têm como tema a economia. Ao apresentar percentuais nos títulos, os jornais tentam credenciar as informações contidas no gênero, que são geralmente dados oficiais que dimensionam as pesquisas divulgadas.

Da mesma forma que os processos podem representar positivamente atividades econômicas, outros evidenciam mudanças de enfraquecimento, como temos nos títulos abaixo:

(18) Tarifas **sobem** mais que a inflação. (DP, 08/06/06).

(19) IPVA **sobe** 1,1% e deve ser pago até junho (DP, 07/03/06)

(20) Inflação **sobe...**

(21) A ação do BC **faz** o dólar subir (JC, 17/11/07)

(22) Gasolina e gás não **sobem** mais este ano... (DP, 01/08/08)

Observamos que os sintagmas nominais lexicais (doravante SNL's) na posição de sujeito (“*tarifas*”, “*IPVA*”, “*inflação*” e “*ação do BC*”) se conectam aos outros participantes circunstanciais (“*inflação*”, “*1,1%*” e “*dólar*”), com exceção de (20), para marcar certa instabilidade dos fatores econômicos. Essa volatilidade dos Atores é confirmada pela frequência com que o processo *subir* acontece no tema economia. Vale comentar que os exemplos (18) - (20) foram publicados em 2006, momento em que a economia brasileira ainda estava se estabilizando no cenário mundial. Em (21), o processo *fazer* foi utilizado com a acepção de *causar*, fato que justifica o afetamento do (P1), “*A ação do BC*”, causador, no (P2), “*dólar subir*”.

Nos nossos dados, o processo *fazer* ainda é realizado como verbo transitivo, com acepções de *obrigar*(23) e *realizar* (24).

(23) MPPE **faz** recomendações (DP, 05/05/07)

(24) Universitários **fazem** o Enade hoje. (JC, 11/11/07)

Em (24), a acepção do processo é utilizada na sua relação mais prototípica dos participantes, o papel Ator tem significação mais *agentiva* do verbo, diferentemente do uso em (21) e (23). Cabe ainda destacar que o Ator, em (23) – abreviação do *Ministério Público de Pernambuco* –, confirma o sentido *obrigar* do título, pois a entidade, na posição de (P1),

é uma instituição pública capaz de regulamentar e criar regras de conduta social. A entidade Ator, portanto, é um sujeito representacional.

Essa ocorrência de acepções diferentes não é uma exclusividade do verbo *fazer*. A transitividade destacada em (21), (23) e (24) do processo enfatiza a complexidade da análise da transitividade da língua quando verdadeiramente analisada em situações reais de uso.

No Dicionário *Houaiss de Língua Portuguesa* (2001), o processo *fazer*, como verbo transitivo, já confirma as variadas acepções como: *criar, produzir, realizar, causar, obrigar, preparar, obter, atingir, haver (no sentido de tempo decorrido), percorrer e estar (indicando temperatura)*.

Em outros momentos, os SNL's são utilizados para expressar a preocupação com o cenário de crescimento da economia. Contextualizam essa informação os títulos (25) e (26). Observamos que os SN lexicalizados são substantivos que identificam ações relacionadas ao comércio; por isso, temos como os Atores da cena *o mercado, parcelamento de compras no cartão*. Os (P2) – *um movimento de revisão e a 60% no NE* – dos processos *iniciar e chegar* se conectam para mostrar uma reação, pelo menos de cautela, no cenário econômico. Mostram, por exemplo, que os nordestinos devem tomar cuidado com as compras parceladas no cartão de crédito e o mercado está cuidadosamente atento aos fatores do mercado financeiro. Em (27), isso também acontece, apesar de não apresentar o Ator (*Decreto*), semanticamente, associado à área da economia. O processo *ameaçar*, conectado ao segundo argumento (*investimento de R\$ 1,9 bilhão*), remete ao fator que pode ser considerado negativo para o mercado financeiro de Pernambuco.

(25) O mercado **inicia** um movimento de revisão. (DP, 05/08/06)

(26) Parcelamento de compras no cartão **chega** a 60% no NE. (DP, 31/07/08)

(27) Decreto **ameaça** investimento de R\$ 1,9 bilhão no Estado. (JC, 17/11/07)

Ainda nos referindo ao tema economia, destacamos processo, como *vender*, em que o Ator é um SNL nominalizado, em razão de se apresentar como sujeito responsável por instituições, organizações ou empresas. Verificamos, em (28), que o Ator (*postos*) é caracterizado como responsável pelo ato economicamente inviável da venda de gasolina abaixo do preço de custo, a notícia focaliza principalmente a formação de cartel por um grupo de empresários.

(28) Postos **vendiam** gasolina com preço abaixo do custo. (DP, 05/05/2007)

Em outros contextos, os sintagmas nominais lexicais (SNL) como Atores são substantivos representativos de classes ou organizações políticas capazes de atuarem a favor de seus princípios ideológicos, como ocorre em (29), (30), (31) e (33).

(29) Oposição **busca** mandatos (DP, 05/05/2007)

(30) Entidades **reagem** e **atacam** proposta. (DP, 26/07/08)

(31) Aliança **creceu** só no segundo turno. (DP, 06/05/2007)

(32) Cúpula tucana **participa** do seminário no Recife. (JC, 28/10/2007)

(33) Cidades **ignoram** alerta de dengue

Em (33), o participante “Cidades”, semanticamente sujeito, pode ser uma tentativa também de ‘desresponsabilizar’ os reais agentes do processo *ignorar*. Neste caso, os

responsáveis pelos futuros surtos de dengue nas cidades pernambucanas seriam os “prefeitos” e não “Cidades”, conforme foi sugerido na notícia. Em outras palavras, as expressões — que são o objeto de referência nos títulos — são entidades abstratas, não-individuais e que assumem, metonimicamente, o papel de controle do processo dinâmico expresso pelo verbo (cf. ANTUNES, 2002).

Dando continuidade à análise dos processos materiais selecionados nas fontes de pesquisa e seus participantes, observamos que, por vezes, os processos *limitar*, *denunciar*, *fiscalizar*, *votar*, *inspecionar*, *estudar*, *prender*, *decidir* se ligam com os Atores para reafirmar significativa importância de controle das instituições nas instâncias sociais e políticas. Por isso, temos a conexão do processo *votar* com Governo, do verbo *limitar* com *Justiça*, e do *denunciar* com *Justiça*, entre outros.

(34) Governo **vota** CPMF na terça. (JC, 07/12/07)

(35) Justiça **limita** liberdade de torcedores. (DP, 06/05/2007)

(36) Justiça **denuncia** regalias de policiais na prisão. (DP, 05/05/2007)

(37) Detran **vai fiscalizar** com câmeras. (DP, 12/08/2006)

Nessas análises, podemos compreender que os enunciados não estão comprometidos apenas com a sintaxe, mas vêm apresentar uma visão semântica sobre o que é dito, e, além disso, suscitam uma análise pragmática, pois podemos interpretar o significado social da ação como uma atividade de poder, que representa, por exemplo, em (34), (35), (36) e (37), entidades autônomas, por terem assumido papel de agente, porque é um “ser” de vontade, de decisão própria e de qualidades típicas de seres animados.

(38) MPPE **inspeciona** escolas do Recife. (DP, 05/05/2007)

(39) CPI **estuda** 29 requerimentos. (DP, 05/05/2007)

(40) PF **prende** empresário por cartel. (DP, 05/05/2007)

(41) STJ **decidiu** por unanimidade que empresa é obrigada a repassar 11% à Previdência. (DP, 06/05/2007)

(42) GOE **prende** 4 por seqüestrar médica. (DP, 05/05/2007)

Em (38) – (42), constatamos que, muitas vezes, os Atores dos processos apresentados nos dados de análise são realizados por *siglas* dos SNL's. Essas siglas substituem, geralmente, expressões já cristalizadas, socialmente, por razão política (como em CPI), ou por razões jurídicas (MPPE e STJ) e, por isso, são agentes dos processos *inspecionar, estudar, prender e decidir*. Esse recurso de utilizar as siglas como Atores materiais é um procedimento bastante recorrente em nosso *corpus*, principalmente nas áreas de economia e política. Entra aqui o fator pragmático: o sujeito que escreve parte do pressuposto de que seu interlocutor conhece tais siglas. Esse tipo de criação lexical é bastante produtivo em qualquer língua. Essas reduções são práticas tão comuns e eficientes que personalidades da História do Brasil também tiveram seus nomes reduzidos a simples abreviações ou siglas como: ACM, FHC, JK, PC, JQ, entre outros. Também nas esferas política, econômica e social são inúmeras as siglas utilizadas, entre elas: CPI, FARC, IR, CPMF, PIB, IPTU, GLS etc.

Outra forma de representar o Ator dos processos materiais é pelo uso freqüente de SNL's generalizadores. Esses termos são encapsulados por uma coletividade representativa de um conjunto de vontades individuais; por isso, temos os Atores *recifense, celebridades,*

universitários, católicos e ortodoxos e índios dos processos *usar, fazer, brigar, iniciar e aliar-se*, conforme os dados a seguir:

(43) Recifense **usa** 13°. na reforma da casa. (DP, 06/12/07)

(44) Universitários **fazem** o Enade. (JC, 17/11/07)

(45) Celebridades **brigam** por lugar na Sapucaí. (18/11/07)

(46) Católicos e ortodoxos *iniciam* reconciliação. (16/11/07)

(47) Índios se **aliam** a garimpeiros para **explorar** diamante. (JC, 18/11/07)

Em todos os títulos mostrados anteriormente, o Ator tem como núcleos substantivos capazes de generalizar classes e indivíduos sociais. Em (47), vale mencionar que os processos *aliar* e *explorar*, ‘extensionados’ ao participante Meta (*garimpeiros*), conectados ao sujeito Ator *índio*, podem representar uma visão, de certa forma, negativa para o *índio*, já que, comumente, a imagem deste está associada a um indivíduo incapaz de explorar a terra, de forma agressiva, como os garimpeiros. Talvez, neste caso, a notícia veiculada no jornal tenha o objetivo de evidenciar esta nova representatividade dos “nativos” brasileiros.

Como mostramos até agora de (01) a (42), os Atores dos processos materiais se realizam por SNL’s. Porém, verificamos que, por vezes, esses participantes também se materializam, lingüisticamente, como sintagmas nominais lexicais individualizados (doravante SNi), ou seja, são SNLs representantes de pessoas físicas, indivíduos, por assim dizer.

Embora em número de ocorrências menor do que os SNL’s, decidimos apresentar essa sub-especificação, por dois motivos: primeiro, porque esse tipo de participante está presente nos processos mentais, verbais e, principalmente, materiais; segundo, porque

tentamos compreender o funcionamento do papel de um SN com o princípio da individualização de ações, de atitudes nos títulos e notícias de vários temas.

Tiveram ocorrências os Atores representados por SNi nos títulos com processos materiais das áreas política e vida urbana, conforme mostram os casos abaixo:

(48) **Lula pressiona** equipe. (JC, 28/11/07)

(49) Presidente interino do Senado **admite** que o Congresso fracassou ao não avançar a reforma política. (JC, 28/10/07)

(50) PCR **vai assumir** a obra do Chanteclair: Prefeito João Paulo **assinou**, ontem, decreto que transforma prédio, no bairro do Recife, em imóvel de utilidade pública. **Garantiu**, ainda, que manterá uso cultural da edificação, como estava previsto. (JC, 28/10/07)

A observação do uso dessas orações em suas respectivas notícias mostra que, em (48) e (50), são empregadas como uma espécie de argumento de autoridade ou de afirmação de um ato político; daí o uso dos verbos *admitir*, *assinar* e *garantir*, são verbos que impressionam por sua precisão, por sua certeza e assim imprimem um certa responsabilidade de seus atores. Ou seja, os títulos recorrem a declarações do *Presidente interino do Senado* e do *Prefeito João Paulo* como subsídio para ratificação dos fatos: o fracasso do Congresso nacional e a reforma do prédio Chanteclair. Nota-se que o processo *vai assumir* aparece com aceção de tomar para si a responsabilidade de continuidade das obras do edifício Chanteclair; por isso, o processo aparece como Ator PCR (Prefeitura da Cidade do Recife) e, posteriormente, retomado pelo sujeito individualizado (Prefeito João Paulo). Em (48), o Ator *Lula* aparece como entidade

individual que pressiona sua equipe por resultados, a fim de mostrar um governo preocupado com o desenvolvimento econômico e social.

Nesta amostra, os processos materiais, ora apresentados, que compõem os títulos, representam 72% das orações em nosso *corpus*, de um conjunto de 136. Nossa investigação, nesta seção, partiu de 75% desse conjunto para demonstrar que há um alto índice de sentenças transitivas em oposição às intransitivas e que os participantes, principalmente o Ator, desempenham um papel significativo em função do contexto de cada título.

O predomínio das sentenças transitivas pode ser explicado por essas estruturas apresentarem a visão de mundo a ser retratada. Observamos que os títulos localizam-se “na transição de uma força, no *agir / fazer* de *alguém* sobre um *objeto* ou um *fato*; é uma descrição de impactos que se expressa na língua pelas orações transitivas”, (cf. SOUZA, 2006).

5.3. Quando o sujeito experimenta: os processos mentais

Em número bem menor do que os processos materiais, em média de 15% das orações, os processos mentais aparecem nos títulos, por nós analisados, como aqueles através dos quais é possível identificar crenças, desejos, valores e expressam as experiências de *alguém* sentir *algo*. Os verbos que denotam essas acepções têm como principais participantes um Experienciador (um ser consciente) que *sente* um Fenômeno (que *é sentido*). São exemplos de verbos mentais os apresentados nas orações abaixo:

(51) Minc **quer** redução de enxofre. (DP. 26/07/2007)

- (52) Indígenas **querem** direito exclusivo de exploração. (18/11/07)
- (53) Governo **quer regularizar** a posse de terras na Amazônia. (DP, 26/08/07)
- (54) Igreja **teme** banalização do casamento e família. (JC, 28/10/07)
- (55) Estados Unidos **temem** desvio de armas nucleares. (JC, 18/11/07)
- (56) Jobim **teme** ataques a reserva de petróleo. (JC, 16/11/07)

Nos títulos (51) – (53), “*Minc*”, “*indígenas*” e “*Governo*” são experienciadores dos Fenômenos “*redução de enxofre*”, “*direito exclusivo de exploração*” e “*posse de terras na Amazônia*”. Entre os verbos tidos com mentais, destacamos, em nossos dados, os processos *querer* e *temer* como os mais freqüentes. Esses verbos, conforme constatamos, são mais usados em títulos da área de economia e política. Embora haja mais ocorrências dos verbos citados, há outros usos tidos como processos mentais, como *pretender* e *avaliar*.

O fato de esse tipo de processo estar presente nos títulos das notícias surpreende-nos um pouco, pois, pela natureza do gênero, seria pouco provável ou menos recorrente a apreciação humana em textos que tendem a ser mais objetivos. Todavia, como a língua/gramática é adaptável às necessidades dos falantes, esses processos servem para expor os anseios e os desejos dos sujeitos envolvidos nos acontecimentos do mundo, focalizados nas notícias.

5.3.1. A representação do sujeito Experienciador

Percebemos que, nos títulos (51), (52) e (53), o uso do processo *querer* se dá com um Experienciador (P1) externo do *sentir*. O ato de experienciar, nestes exemplos, é sempre associado a uma entidade que faz parte do que é exposto como tema no desenvolvimento

do texto. Portanto, não é um ato atribuído ao leitor ou ao autor do texto (cf. SOUZA, 2006). São outros participantes que estão experienciando, o que demonstra uma forma diferente de uso desse tipo de processo. Esse uso não habitual do verbo *querer* também é evidenciado nos títulos (54), (55) e (56).

Quanto à representação do participante Experienciador nos casos abaixo, verificamos que estes aparecem, assim como os processos materiais, em SNL que podem encapsular uma coletividade representativa de um conjunto de vontades individuais.

Observamos que, na seqüência acima, os Experienciadores são SNLs, ora para ilustrar uma coletividade humana “indígenas”, em (51), ora para ilustrar uma coletividade governamental, institucional ou política, como temos em (52), (53), (54), em que os experienciadores são “Governo” e “Estados Unidos” (uma organização política); e “Igreja” (uma organização social e dogmática).

Em outros títulos, os Experienciadores são apresentados em sintagmas nominais individualizados (SNi) dos processos *querer*, *temer*, *pretender*, *avaliar* e *prometer*.

(55) Minc **quer** redução de enxofre. (DP, 26/07/2007)

(56) Jobim **teme** ataques à reserva de petróleo. (JC, 16/11/07)

(57) Lula **pretende agilizar** PAC. (DP, 05/05/06)

(58) Renan **avalia** renúncia para não ser cassado. (JC, 17/11/07)

(59) Lula **pretende ajudar** UNE. (JC, 18/11/2007)

Nestes casos, os participantes atuam como entidades individuais que se apresentam como representantes do *Governo* e como participantes externos dos processos. Os títulos são experiências de uma entidade de administração pública atribuídas às entidades

envolvidas na temática a ser abordada, como temos “Minc”, “Jobim”, representante do Ministério do Meio Ambiente e da Justiça; “Renan”, representante, na época, da Casa Civil, e “Lula”, Presidente do Brasil. Todos os experienciadores são termos focalizadores da temática dos fatos expostos.

O Experienciador, em (56), é SNI, que generaliza a preocupação do Governo com a questão das reservas de petróleo. Em (57) e (58), “Lula”, o Experienciador, juntamente com o processo *pretender*, indicam uma vontade de realizar alguma coisa, uma *pretensão*, um agir para assumir compromissos em benefício do “povo brasileiro”. Nesse exemplo, *pretender* sinaliza um fator favorável do jornal em relação ao tema que está noticiando.

O uso dos processos mentais, ilustrados na seqüência de (51) a (57), demonstram a imensa variedade de escolhas significativas de que o usuário dispõe para construir o sentido de seu texto (cf. SOUZA, 2006). Embora não muito comum, os processos mentais aparecem, em geral, nos títulos sob análise, como um recurso sutil de apreciação e representação dos acontecimentos do mundo.

5.4. Quando o sujeito diz: os processos verbais

Com um número também menor em relação ao processo material, os verbais foram constatados em 9% das orações. Os verbos desta categoria assumem a acepção de *dizer*, também chamados de verbos de comunicação lingüística²⁰. Os verbos típicos desses processos apresentam como participante, os verbos: *negar*, *afirmar*, *dizer*, *discutir*, *debater* e *explicar*.

²⁰ Termo utilizado por MELO (cf. 1995) para categorizar dos verbos de DIZER e seus vicários, definidos como aqueles que envolvem um emissor (que, sintaticamente, exerce função de sujeito), um receptor (que exerce função sintática de objeto) e uma mensagem.

Esses processos, segundo Halliday e Matthiessen (2004), são expressões que contribuem para a criação de narrativas e diálogos, tornando possível estabelecer, portanto, ao longo do texto, passagens dialogadas.

Apesar de ter esta característica, nem sempre os verbos de comunicação lingüística se organizam para a construção de diálogos e narrativas. A análise dos títulos jornalísticos parece apontar para o fato de que, não raro, esses processos têm significação de ratificar informações, comprovar dados e, até, ‘desresponsabilizar’ ações, como mostra o exemplo abaixo:

(60) Sindipretro **nega** combinação: Sindicato do Comércio de Derivados de Petróleo da Paraíba **diz** que é cedo para acreditar em cartel nos postos. (DP, 05/05/2007)

Em (60), o Dizente (*Sindipretro*) surge como entidade controladora e reage contra a suspeita de cartel, como divulgado nos jornais. Neste caso, os processos (*negar* e *dizer*) são utilizados no sentido de ‘desresponsabilizar’ as entidades “sujeito”, os postos de gasolina que vendiam gasolina abaixo do preço de custo.

5.4.1. A representação do sujeito Dizente

Os títulos, a seguir, são ilustrações de orações organizadas a partir dos processos verbais *discutir*, *debater*, *explicar* e *dizer*, que apresentam como sujeitos os participantes Dizentes (“*Congresso*”, “*DEM*”, “*BC*” e “*Copom*”) e Verbiagem, o fenômeno informado (“*profissionalização*”, “*educação*”, “*funcionamento*” e “*gasolina e gás não sobem*”). Nas orações investigadas, o participante opcional Receptor não foi informado. Este participante

responde à pergunta *a quem diz?* Verificamos, nesta seção, que todos os processos apresentam a seguinte estrutura sintagmática: Dizente + Processo + Verbiagem.

(61) Congresso **discute** profissionalização. (DP, 07/10/2006)

(62) DEM **debate** educação. (JC, 28/11/2007)

(63) BC **tenta explicar** funcionamento. (DP, 06/05/07)

(64) Gasolina e gás não sobem mais este ano, **diz** Copom. (DP, 01/08/08)

Os Dizentes desses processos se organizam, sintaticamente, em SNLs, assim como nos outros processos anteriormente analisados, seguindo, de certa forma, um padrão de representação. Observamos que estes participantes apresentam-se para representar instituições governamentais, como “Congresso”, “DEM” e “BC”. Os fatos codificados como Verbiagem desses atos de “dizer” aparecem como eventos ou fatos concretos.

O uso da organização sintagmática, ora expresso nesses títulos, parece conferir às notícias um certo grau de responsabilidade ou ‘desresponsabilidade’ do DIZER. Assim, em (64), caso o aumento de preço do gás e da gasolina ocorra em 2008, o jornal que veiculou a notícia não será responsabilizado pelo fato (*verbiagem*). Haverá outro Dizente a ser responsabilizado, o *Copom*. A mesma explicação também pode ser aplicada ao exemplo (65). O que é afirmado pelos referentes, tal como podemos conferir nos exemplos (64) e (65), possui mais probabilidade de ser aceito pelos leitores.

(65) Anti-semitismo renasce na Argentina – Relatório **afirma** que número de ações quase dobrou em 2006 e violência ameaça maior colônia judaica da América do Sul.
(DP, 06/05/07)

Podemos notar que os Dizentes, até então, são entidades e não seres humanos, talvez em virtude de os processos envolvidos denotarem certas experiências da esfera pública, ou seja, em tema de interesse coletivo que, em algum momento, pode representar certo distanciamento, envolvimento das instituições que veiculam a notícia. Em (64) e (65), por exemplo, as ações de *dizer* e *afirmar* quase que configuram, nestes títulos, argumentos de autoridade, como se JC quisesse se distanciar das afirmações, responsabilizando as instituições governamentais.

Em outros contextos, os processos verbais cumprem, a partir de nomes metonímicos, a função apenas de anunciar eventos do mundo público, como podemos verificar em (66) e (67).

(66) Encontro **discutirá** parques tecnológicos. (JC, 18/11/07)

(67) Evento **discute** turismo em Gramado. (JC, 11/11/07)

De uma maneira ou de outra, todos os Dizentes e as mensagens que compõem a Verbiagem são SNLs, fazendo parte dos fatos noticiados. Podemos ainda notar que os Dizentes ilustrados até então são entidades e não seres humanos, talvez em virtude de os processos envolvidos denotarem certas experiências de interesse coletivo.

CONCLUSÕES

Estudar a gramática de uma língua é, antes de tudo, compreender as possibilidades que este sistema permite ao falante para descrever ações, narrar acontecimentos e manifestar desejos e anseios. A gramática, como vimos no percurso deste trabalho, não entra em nossas atuações discursivas, por acaso, porque queremos.

Nessa perspectiva, a língua é uma rede de opções, de escolhas que o falante faz para comunicar-se. Usamos a linguagem para interagir com o outro, para construir e manter relações interpessoais; fazendo isso, interpretamos e representamos o mundo do outro e de nós mesmos.

Pensar desta maneira é admitir que os elementos lingüísticos não significam isoladamente. Estes são codificados em um enunciado como um todo integrado. Por isso, que o sistema de transitividade de uma língua deve ser compreendido a partir das relações dos verbos com os outros elementos que aparecem próximos a ele. Assim, os significados que fazemos a respeito do mundo são alcançados por meio de escolhas que fazemos frente às outras escolhas.

Diante disso, a presente pesquisa buscou compreender as dimensões sintático-semânticas da língua portuguesa a partir das relações estabelecidas entre o verbo e seus participantes nas orações transitivas, sob a abordagem funcionalista. Tentamos compreender a organização lingüística como uma rede de significados.

Os resultados encontrados nos permitem afirmar que, no sistema de transitividade, o verbo é elemento central das construções lingüísticas, confirmando nossa primeira hipótese de que *os verbos, a partir de sua estrutura argumental, determinam escolhas sintáticas e, sobretudo, semânticas dos itens que aparecem a sua esquerda e a sua direita*. Esses

elementos determinam restrições dos participantes, principalmente, na posição de argumento interno, neste caso o sujeito.

Ainda sobre o sistema de centralidade verbal, constatamos que, segundo a Gramática de Valências, o sistema de transitividade segundo a Lingüística Funcional norte-americana e Lingüística Sistemico-Funcional, os predicadores codificam participantes oracionais que cumprem a variados papéis sintático-semânticos. Todas as correntes de investigação ora apresentadas classificam ou categorizam os verbos e seus participantes. Por atender os objetivos traçados, delimitamos a observação da LSF que classificam os verbos como processos que atuam na “cena oracional”. Esses podem funcionar como processos materiais, mentais, relacionais, verbais, comportamentais e existenciais. Cada tipo de processo codifica seus participantes que, em síntese, assumem a posição sintática de sujeito e, semanticamente, se comportam como *Ator*, *Beneficiário*, *Experienciador*, *Portador*, *Característica*, *Dizente*, *Comportante* e *Existente*.

O uso de determinado processo conectado com seus participantes constroem experiências de mundo, atribuem valores, externam ponto de vista e classificam as coisas do mundo social, porque todos os processos têm uma função que lhes é própria. Os processos materiais, por exemplo, foram os que mais apareceram em nossos dados, com 72% de ocorrências. Esse uso, talvez se deva ao fato de que esse tipo de processo esteja relacionado, primordialmente, às nossas ações dinâmicas que representam o agir e o fazer algo. Essa constatação corrobora com a nossa segunda hipótese levantada em nossa pesquisa: *em situações enunciativas, como por exemplos, nos títulos jornalísticos do tipo oracional, a posição do sujeito é ocupada por expressões que assumem, metonimicamente, o papel de controlador do processo dinâmico expresso pelo verbo. A característica prototípica – sujeito agente – das orações é freqüentemente desassociada*

Verificamos que os itens lexicais ocupantes do lado esquerdo do verbo e que fazem a função sintática de sujeito (P1) são organizados, na maioria dos casos, por SNLs representativos de entidades da esfera pública, por isso temos os sujeitos como *Governo*, *Justiça Federal*, *Mistério Público* entre outros. Mas, em outras vezes, também são organizados, em menor escala, por SNI, representativos de entidades individuais, mas que representam entidades públicas, como encontramos em nossos dados *Lula*, *Jobim*, *Presidente do Senados*.

Quanto à análise das Gramáticas de orientação normativo-prescritiva e dos livros didáticos (gramáticas pedagógicas), comprovamos nossa terceira hipótese: a categorização do sujeito ocorre por critérios meramente sintáticos e, nestes casos, são desconsiderados aspectos semântico-pragmáticos envolvidos no ato da enunciação.

Vimos, no capítulo III, que a classificação de formas de preenchimento da categoria do sujeito por critérios puramente sintáticos constitui-se em uma redução do fenômeno lingüístico. Os autores das gramáticas pedagógicas propõem a classificação do sujeito quanto à forma de sua ocorrência, que pode ser: simples, composto, desinencial (oculto) e indeterminado.

As gramáticas de cunho normativo-prescritivo (cf. BECHARA, 2002, ROCHA LIMA, 1986), o critério mais recorrente foi o morfossintático. Estes autores estão mais próximos da discussão de Perini (1996) na sua Gramática Descritiva do Português. Nos manuais didáticos, esse critério também é igualmente o mais utilizado quando há explicitação do conceito do sujeito. Os manuais de Faraco & Moura (2003) e Terra & Cavallette (2005), em nenhuma parte do manual, a definição do sujeito se apresentou. Percebemos que a noção de sujeito é compreendida por uma série de características de

forma e sentido (cf. PERINI, 2001) que podem dificultar uma análise satisfatória dos fenômenos da linguagem.

Sendo assim, chegamos a tese de que considerando os critérios meramente sintáticos na classificação do sujeito, podemos deixar de lado aspectos importantes quanto à experiência lingüística, na verdade, como diz Antunes (2002:217) é “obscurecer a motivação pragmático-ideológica subjacente à escolha de um termo que vai funcionar como argumento-sujeito dos enunciados que proferimos.”

Acreditamos, portanto, que esses resultados comprovam a questão central de nossa pesquisa, pois os elementos lingüísticos na posição de sujeito nos títulos jornalísticos cumprem as variadas formas de representatividade de realização desse fenômeno. As evidências aqui apresentadas advogam a favor de uma compreensão mais coerente da GT. Contudo, estamos conscientes de que ainda há muito a ser investigado acerca dos processos que envolvem a configuração do sujeito nos dados do Português do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, Maria Luiza et al. **Português, língua e literatura**. 2ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 2003.
- ANDERSON, J. M. **On case grammar**: prolegomena to a theory of grammatical relations. Londres: Croom-Helm, 1977.
- ANTUNES, Irandé C. Particularidades sintático-semânticas da categoria de sujeito em gêneros textuais da comunicação pública formal. In: Muerer, José Luiz. Motta-Roth, Désirée (organizadores.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**: subsídios para o ensino da linguagem. São Paulo: EDUSC, 2002.
- _____. **Lutar com as palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. IN: BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. P. 279-326, São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- BORBA, F. S. **Para uma gramática de valências do português**. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- BORGES NETO, J. **Ensaio de filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRONKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discurso**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 1999.
- CHAFE, W. **Meaning and the structure of language**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- CATAMDUBA, Edilma de Lucena. **Estruturas benefactivas na língua portuguesa**: uma proposta pedagógica. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2000.

CUNHA & CINTRA. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

COOK, W. A. **Case grammar**: development of the matrix model. Washington: Georgetown University Press, 1979.

DUARTE, Maria Eugênia. Termos da Oração. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org.) **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

DOOLEY, Robert A.; LEVINSOHN, Stephen H. **Análise do discurso**: conceitos básicos em lingüística. Petrópolis: Vozes, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2001.

FARACO & MOURA. **Gramática Nova**. 14^a. Edição. São Paulo: Editora Ativa, 2003.

FILMORE, C. J. **Some problems for case grammar**. Monograph series on languages and linguistics 24, Washington, p. 37-54, 1971.

_____. **The case for case**. In: BACH, E.; HARMS, R. T (eds.) Universals in linguistic theory. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968, p. 1-88.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Manifestações discursivas da estrutura argumental: o caso dos objetos não-expressos. In.: HORA, Dermeval. et. al. **XXI Jornada nacional de estudos lingüísticos**. João Pessoa: Idéia, 2006.

_____; & SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2007.

GIVÓN, Talmy. Simple verbal clauses and argument sttructure. In.: GIVÓN, Talmy. **Syntax na introduction**. Amsterdam: Jonh Benjamins, 2001.

- _____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: Jonh Benjamins, 1995.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.
- _____.; MATTHIESSEN, C. M. I. M., **Introducion To Functional Grammar**. London: Arnold, third edition, 2004.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ILARI, Rodolfo & GERALDI, J.W. **Semântica**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1985.
- MARCUSCHI, L. A. Gênero textuais: definição e funcionalidade. IN: DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.) **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- _____. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986.
- MELO, Iran Ferreira de. **A concepção da homossexualidade em textos jornalísticos: uma análise crítica da transitividade verbal**. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2007.
- MELO, Maria de Fátima Benício de. **Relação entre modo verbal e correferencialidade no Português do Brasil: um estudo dos verbos de comunicação lingüística com complementos oracionais**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1995.
- MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise de Faircloug. In: MEURER, J. L. *et. al.* **Gêneros: teorias, métodos debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- NEGRÃO, Esmeralda, SCHER, Ana Paula; VIOTTI, Evani. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: FIORIN, J. L. (org.) **Iniciação à lingüística II: princípios de análise**. 2ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

- _____. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- _____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.
- OLIVEIRA, Vera Lúcia Periassu. **A gramática dos casos profundos**: caracterização do caso objeto como sujeito nas estruturas da Língua Portuguesa. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 1994.
- PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. **Para uma nova gramática do português**. 10ª edição. São Paulo: Ática, 2001.
- _____. **Princípios de lingüística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- PEZATTI, E. G. Estrutura argumental e fluxo de informação. IN: KOCH, I. G. V. (Org). **Gramática do português falado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP / FAPESP, 1996.
- PEZATTI, Erotilde Goretí; CAMACHO, Roberto Gomes. **Aspectos funcionais da ordem de constituintes**. *D.E.L.T.A*, v.13 n. 2, 1997.
- _____. O Funcionalismo em Lingüística. IN: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. vol. 3, São Paulo: Cortez, 2004.
- PONTES, Eunice Souza Lima. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática, 1986.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 30ª. Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989;
- SANTOS, Márcia Angélica. **Aprenda análise sintática**. São Paulo: Ática Editora, 2003.
- SARDINHA, T. B. **Lingüística de Corpus**. Barueri-SP: Manole, 2004.
- SILVA, Camilo Rosa. **Mas tem um porém...: mapeamento funcionalista da oposição e seus conectores em editoriais jornalísticos**. João Pessoa: UFPB, Programa de Pós-graduação em Letras, 2005. (Tese de doutoramento).

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOUZA, Maria Medianeira. **A relação sujeito experienciador e a voz ativa**: suas implicações para as estruturas do português. João Pessoa: UFPB, Programa de Pós-graduação em Letras, 1999. (Dissertação de mestrado)

_____. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. Recife: UFPE, Programa de Pós-graduação em Letras, 2006. (Tese de doutoramento).

TAKAZAKI, Heloisa Harue. **Linguagens no século XXI**. São Paulo: IBEP, 2002.

TERRA, Ernani; CAVALLETE, Floriana Toscano. **Projeto Radix: português, 7ª. série**. São Paulo: Scipione, 2005.

TRAVASSOS, Tarcisia. Títulos, para que os quero? In: DIONÍSIO, Angela Paiva; BESERRA, Normando da Silva. **Tecendo textos, construindo experiências**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

VAN DIJK, T. A. **News as discourse**. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

_____. Estruturas da notícia na imprensa. In: I.V. Koch (org.). **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001.

ANEXOS

OAB lança campanha contra a corrupção

Aliada à CNBB e outras entidades, instituição quer conscientizar eleitorado para não vender o voto na disputa municipal do próximo ano

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lança na próxima segunda-feira em todo o País uma campanha nacional de combate à corrupção eleitoral, intitulada "Voto não tem preço, tem consequências". O objetivo da entidade é conscientizar o eleitorado para que não negocie seu voto na disputa do próximo ano. Além da OAB, participam da campanha a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e outras entidades da sociedade civil.

Os presidentes nacionais da OAB, Cezar Brito, e da CNBB, Dom Dimas, lançam a campanha em Brasília, às 9h. O evento, que será transmitido

por vídeo-conferência para todos os Estados, poderá ser visto no Recife na sede da OAB-PE (Rua do Imperador, 235, Santo Antônio). A partir do lançamento, serão criados comitês estaduais de trabalho para definir ações conjuntas da campanha e estimular a formação de comitês locais. "É importante lançarmos a campanha um ano antes das eleições para garantir que a divulgação aconteça de forma efetiva, com a maior conscientização do eleitor", explica o presidente da OAB-PE, Jayme Asfora.

A entidade vai distribuir cartazes e folders do Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral, incluindo a cartilha sobre a Lei 9840, que trata da questão. No folder, há dados do movimento e o relato de casos de cassação de políticos por corrupção eleitoral, a exemplo dos governadores de Roraima, Flamarion Portela, e da Paraíba, Cassio Cunha Lima, que permanece no cargo por força de uma liminar, enquanto aguarda o julgamento

do mérito no Tribunal Superior Eleitoral. Jayme Asfora lembrou que foi a partir da mobilização realizada pelo movimento, que colheu mais de um mil

Ato em Brasília será transmitido aos Estados por vídeo-conferência

hão de assinaturas no País, que a Lei 9840 entrou em vigor, punindo a prática de compra de votos. "É uma das poucas leis de iniciativa popular. Desde a sua entrada em vigor, mais de 600 políticos foram processados no Brasil", afirma o presidente da OAB-PE. Também estarão presentes no auditório da OAB-PE representantes da CNBB, Cremepe, Sindicato dos Médicos de Pernambuco, Associação dos Magistrados e diretórios acadêmicos.

22 Mais Justiça na página 12

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007

» CRISE POLITICA

RENAN AVALIA RENÚNCIA PARA NÃO SER CASSADO

Presidente licenciado do Senado vem negociando o seu afastamento definitivo do comando da Casa em troca da preservação do seu mandato. Cassação de Renan será julgada na próxima quinta-feira

BRASÍLIA — O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), vai usar a sua renúncia como um trunfo para negociar os votos finais para garantir a sua absolvição. Segundo aliados, ele será pragmático. Está disposto a renunciar antes do fim da sua licença, no dia 26, caso isso resulte em mais votos da oposição para escapar da cassação em plenário, na quinta-feira. Se não tiver essa segurança, Renan apostará no apoio do Planalto e seus aliados, deixando a renúncia para depois da aprovação da CPMF.

De um lado, Renan está pressionado por governistas que preferem que a sucessão no Senado só ocorresse depois da votação da prorrogação da CPMF, para não tumultuar o ambiente político com a sucessão no Senado. Embora os líderes de oposição neguem qualquer acordo, já chegaram a Renan recados de que se ele renunciar à presidência crescerão suas chances de ser absolvido no julgamento previsto para quinta-feira.

Nesta data, será iniciado o processo em que ele é acusado de usar laranjas para comprar duas rádios e um jornal em Alagoas. Em conversas reservadas, Renan considera esse o seu processo mais difícil e quer tentar repetir o placar da primeira absolvição, em setembro, quando escapou com 40 votos favoráveis, 6 abstenções e 35 votos contrários.

"O Planalto e Renan fizeram um pacto: de um lado, Renan garante os votos para a CPMF e, do outro, o Planalto garante a absolvição dele no plenário. Na próxima semana, a CPMF vai correr a reboque do caso Renan", afirma o líder do DEM, José Agripino Maia (RN).

Mas Renan ainda acredita em entendimento com setores da oposição, a partir de um gesto mais concreto, renunciar à presidência do Senado até o dia 26, quando termina sua licença do cargo, em troca de votos de senadores do PSDB e do DEM. Interlocutores seus sondaram caciques do PSDB e do DEM,

mas não houve entendimento formal.

AJUDA

A amigos Renan tem dito que fará o que for melhor para ele, do ponto de vista numérico. Ou seja, quem garante mais votos para a nova absolvição em plenário. Já no núcleo do governo, a ordem é ajudar Renan a se livrar da cassação em qualquer circunstância — ainda que tenha que enfrentar o processo sucessório agora. O Palácio do Planalto já trabalha pela absolvição de Renan, contando principalmente com votos do PT. O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), foi encarregado de encaminhar as negociações para ajudar Renan. "O clima no Senado está mais calmo". E Renan deve aproveitar esse momento para tentar solucionar o seu caso", observa o senador Edison Lobão (PMDB-MA), aliado de Renan.

Ontem, Renan avisou para amigos que irá finalizar neste fim de semana um memorial de 12 páginas com a defesa do processo, aprovado pelo Conselho de Ética, na última quarta-feira. Ele vai encaminhar esse memorial para os 80 senadores. Nessas conversas, ele já começa a admitir,



Edison Lobão

Edison Lobão afirma que Renan deve aproveitar o momento

sem reservas, que considera perdida a presidência do Senado. E estaria, segundo interlocutores, demonstrando certo alívio com a decisão de renunciar ao cargo. "Antes, ser presidente do Senado era um dogma para mim. Hoje, viro um sacrifício", disse Renan para um amigo, indicando que gostaria de tirar férias.

De um interlocutor, Renan ouviu que seria melhor ele mesmo "cortar sua cabeça do que se transformar num troféu". Mas o próprio Renan está desconfiado dessa proposta. A decisão de uma renúncia ainda em novembro, esbarra num segundo problema: o PMDB ainda não definiu o candidato para a sucessão no Senado. E caso haja disputa, isso pode tumultuar o processo da votação da CPMF. Tudo o que o governo não quer.

» Leia mais nas páginas 4 e 5

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007



» MATERNIDADE

Comissão aprova emenda que amplia licença

BRASÍLIA — A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que aumenta de 120 para 180 dias a licença-maternidade. A PEC é mais rigorosa que outro projeto, de teor semelhante, aprovado no último dia 18 pela Comissão de Direitos Humanos do Senado. Na proposta da Câmara, os 60 dias a mais na licença é obrigatório e serão custeados pela Previdência Social, enquanto na do Senado, a extensão do prazo é facultativa.

A autora da emenda que tramita na Câmara, Angela Portela (PP-RR) defende a ampliação do prazo como tempo necessário para que a mãe cuide do bebê e se recupere plenamente. A relatora da proposta na CCJ, deputada Maria do Rosário, defenderá no debate de mérito que a mulher tenha mais tempo se o bebê for prematuro e precisar de cuidados na UTI. Os seis meses só seriam contados depois que o bebê tiver alta.

O deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) apresentou voto contrário, argumentando que a emenda fere o princípio da igualdade de condições competitivas entre o homem e a mulher no mercado de trabalho.

Sem acordo, oposição admite lançar nome

BRASÍLIA — Os rumores sobre a renúncia de Renan Calheiros (PMDB-AL) à presidência do Senado já provocaram uma corrida pelo cargo entre partidos da base governista e da oposição, que promete lançar um nome na disputa se o PMDB apresentar um candidato que não receba o seu aval. "Caso o PMDB mande um nome que não nos interessa, vamos lançar um nome nosso para competir. Tem que ser alguém com a noção de instituição que a Casa merece", disse o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

O PSDB e o DEM apóiam o nome dos senadores Jarbas Vasconcelos (PE), Gerson Camata (ES) e Pedro Simon (RS) — já que os três têm postura independente em relação ao governo. A base aliada, no entanto, rejeita os nomes dos três parlamentares. Sem alarde, os governistas também se articulam para lançar um nome alinhado com o Palácio do Planalto caso um dos dissidentes do PMDB seja apresentado pelo partido na disputa.

Em conversas informais, o PT não descarta brigar pela permanência de Tião Viana (PT-AC) no co-

mando da Casa — mas admite que a estratégia poderá minar a votação da CPMF porque precisa do apoio do PMDB para a aprovação da matéria.

O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), deve renunciar ao posto na próxima semana. Aliados do peemedebista lhe teriam aconselhado a deixar o cargo antes de quinta-feira (22), quando o plenário vai votar o pedido de cassação aprovado esta semana pelo Conselho de Ética da Casa.

A renúncia, na avaliação do grupo pró-Renan, poderia ajudá-lo a preservar o mandato — mesmo afastado da presidência da Casa. Senadores governistas e da oposição avaliam que não há mais clima político para Renan retornar ao cargo mesmo que seja absolvido pelo plenário no processo em que é acusado de usar laranjas para comprar um grupo de comunicação em Alagoas.

Se a renúncia for confirmada na semana que vem, Viana terá o prazo de cinco dias para convocar novas eleições para a presidência do Senado.

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007

» HABITAÇÃO

RECIFENSE USA 13º NA REFORMA DA CASA

Consumidores aproveitam abono natalino para realizar obras e ampliam vendas nos armazéns.

Final de ano é época de reformar a casa e o 13º salário é imprescindível para o consumidor recifense iniciar ou concluir a obra. É o caso da funcionária pública Virginia Aleixo, que há um ano convive entre materiais de construção e muita poeira. Mas seus dias de desconforto têm data para acabar. Quando receber a primeira parcela do abono natalino na próxima semana, ela irá correr para comprar o que falta para finalizar a reforma até janeiro de 2008. "O 13º vai ser salvador", sacramenta.

Segundo pesquisa realizada pela Faculdade Frassinetti do Recife (Fafire) sobre a intenção de compras no Grande Recife para o final do ano, 38,36% das pessoas pretendem realizar reformas no imóvel. Dessas, a maioria (36%) possui renda mensal entre R\$ 751 e R\$ 2 mil. Em segundo lugar, com 34%, estão os que recebem de R\$ 381 a R\$ 750 por mês. O coordenador do Grupo de Estudos do Macroambiente Empresarial de Pernambuco, Uranilson Carvalho, explica que para essas fatias da população o 13º é primordial para investir na residência.

O 13º faz também a alegria do varejo de material de construção. A época é a mais rentável para o setor, que registra aumentos de até 10% nas vendas em armazéns e de 30% nas grandes redes. "O período é muito bom. De outubro até a segunda quinzena de dezembro, as vendas aquecem bastante", revela o encarregado de vendas do Home Center Nordeste da TendTudo, Inaldo Bento.

O uso do abono na compra de material de construção é tão forte que a antecipação do pagamento aos servidores estaduais mudou a dinâmica de venda nas lojas especializadas. "As pessoas estão antecipando as compras. Isso é positivo, pois o período de alta nas vendas começa mais cedo, mas deixa uma lacuna em dezembro", explica o presidente da Associação das Lojas de Material de Construção (Rede Construir), José Mariano Queiroz.

A médica cardiologista Izabel Rodrigues programou minuciosamente a reforma do apartamento. Poucou ao longo do ano para iniciar as obras já em setembro, dividindo em três vezes o pagamento e, com antecedência, reservou o dinheiro do 13º que está para receber para pagar a última parcela do serviço. Mudou a antiga porta de madeira por uma mais elaborada, toda laqueada e com trancas mais seguras; reformou o hall de entrada e refez completamente o quarto, da filha mais nova, trocando acessórios, luminárias, pintura e mobília.

» continua nas páginas 2 e 3

Fonte: Diário de Pernambuco, dezembro de 2006.

274 // Esquema com combustível foi desarticulado em Pernambuco e Paraíba

DP, BA 5/5/2007

PF prende empresários por cartel

ANA BRAGA
DA EQUIPE DO DIÁRIO

Em apenas 10 horas, a Polícia Federal de Pernambuco e da Paraíba desarticulou um esquema que funcionava há 10 anos. A Operação 274 da PF prendeu ontem, nos dois estados, 16 pessoas, oito delas no Recife, acusadas de combinar o alinhamento de preços da gasolina (prática conhecida como cartelização) entre, pelo menos, 32 postos da capital paraibana. De acordo com as investigações da Polícia Federal, em uma das pontas da organização está a distribuidora Ello-Puma, pertencente aos grupos Tavares de Melo e JB.

A ação teve efeito direto no bolso do consumidor, em João Pessoa. No mesmo dia da operação policial, o litro do combustível nas bombas caiu de R\$ 2,74 para R\$ 2,59. Em nota enviada à imprensa, a Ello-Puma considerou "arbitrária, violenta e injustificável a ação da polícia". No final da tarde, quatro dos acusados foram liberados.

O primeiro preso da Operação 274 foi um empresário pernambucano dono da MTM, empresa que administra a Rede Liberdade, composta pelos 32 postos de combustíveis envolvidos, segundo a PF, na prática do cartel. "Temos provas de que ele (o empresário) está ligado a um dos grupos, que é dono da Ello-Puma. Isso escondeu um esquema muito forte entre o grupo, a distribuidora e os postos", afirmou o delegado federal responsável pela operação no Recife, Cláudio Costa. O acusado foi detido às seis da manhã, em casa, na Avenida Boa Viagem. Outras sete pessoas foram presas no Recife. Pelo menos cinco delas ocupam cargos na distribuidora, que tem sede em Cabedelo (PB) e escritório central na capital pernambucana. Entre os presos em João Pessoa está o presidente da Associação de Revendedores de Combustíveis da Paraíba (Aspe-

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

Estudo técnico indica problemas de gestão

Marcello Casal Jr./ABR - 25/1/07



MINISTRA MARINA SILVA RECUSOU-SE A COMENTAR FALHAS APONTADAS

Brasília - Estudo feito por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, garante que os problemas na atuação não são estruturais, mas de gestão. Na opinião desses técnicos, o modelo criado pelo PT depois de 2003 levou a um desastre, visto que cortou a interlocução entre o Ibama e os empreendedores. Até mesmo pedidos para as mais simples reuniões encontraram obstáculos intransponíveis, diz o relatório, que chegou também à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e aos principais líderes do Congresso. O material municia os defensores do rápido licenciamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Por sugestão da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, há oito dias o governo editou uma medida provisória que dividiu o Ibama em dois. Uma parte passou a cuidar do patrimônio da biodiversidade e a outra, das licenças ambientais. Foi a solução emergencial encontrada pelo governo, depois que o Ibama negou as licenças prévias para o início da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia. Importantes obras do PAC, com investimento previsto de R\$ 20 bilhões, as usinas teriam capacidade para gerar 6,5 mil me-

gawatts, metade de Itaipu. Marina não quis fazer comentários a respeito do relatório dos técnicos do Ibama. De acordo com a sua assessora, o estudo não chegou até a direção do ministério e, por isso, não há motivos para comentar o que não existe oficialmente.

Para os técnicos, não é a divisão que vai acelerar as licenças ambientais, mas uma boa gestão. Conforme o relato deles até dezembro de 2002 a Diretoria de Licenciamento mantinha uma rotina de reuniões periódicas com os empreendedores governamentais - Ministérios de Minas e Energia, Transportes e Planejamento, além de Petrobras e Furnas, entre outros. Nos encontros eram ajustadas as medidas necessárias à concessão das licenças para os empreendimentos prioritários para o País. No governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foram fundamentais para desobstruir as obras do Programa Avança Brasil.

Cada reunião gerava um cronograma, contendo as responsabilidades de cada parte, que deveria ser cumprido até o próximo encontro. Assim, teria havido melhoria significativa na qualidade dos estudos ambientais e evitado a paralisação de projetos. A partir de janeiro de 2003, essa rotina de trabalho deixou de ser utilizada. Aumentaram, assim, as dificuldades de interlocução entre as partes envolvidas.

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

APAGÃO AÉREO // Deputados da oposição apresentaram pedidos de convocação. Carlos Wilson foi poupado nesse primeiro momento

CPI estuda 29 requerimentos

Brasília - Deputados, quase todos da oposição, já apresentaram à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo, na Câmara, 29 requerimentos de convocação de depoentes e pedidos de cópias dos inquéritos e dos relatórios das investigações feitas pelos órgãos ligados ao setor. São 19 requerimentos só de convocação de pessoas para prestarem depoimento. Até o astronauta Marcos Pontes está na lista de convocação. Os requerimentos ainda terão que ser votados. A próxima reunião da CPI

está marcada para terça-feira, a partir das 11 horas.

A convocação de Marcos Pontes foi justificada pelo deputado Geraldo Thadeu (PPSMG). Ele afirmou que o astronauta - primeiro brasileiro a subir ao espaço e um dos passageiros prejudicados com os atrasos dos aviões - tem, em função de seu profundo conhecimento na área de aviação, as condições necessárias para focar a problemática vivida por milhares de brasileiros, fornecendo uma análise nas perspectivas de um usuário e de especialista no assunto.

Há requerimento para convocar o presidente da Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária), brigadeiro José Carlos Pereira, mas ainda não foi apresentado pedido para ouvir o ex-presidente da estatal deputado Carlos Wilson (PT-PE). O ministro da Defesa, Waldir Pires também foi poupado, pelos menos nessa primeira leva de requerimentos apresentados no primeiro dia de funcionamento da CPI. Três dos 19 requerimentos convocam o presidente da Gol Linhas Aéreas, Constantino de Oliveira Júnior. Presidentes de

outras quatro companhias aéreas também são alvo de convocação.

Oito requerimentos pedem informações e cópias de relatórios e inquéritos feitos por órgãos públicos sobre o queda de um Boeing da Gol na qual morreram 154 pessoas, em setembro de 2006. Dois deles se referem a documentos da Polícia Federal, e os outros requerem documentos da Força Aérea Brasileira, do Tribunal de Contas da União, da Infraero, da Agência Nacional de Aviação Civil, do Departamento de Aviação Civil e do Comando da Aeronáutica.

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

DP, A11 5/5/2007

Lula quebra patente de remédio anti-Aids

No primeiro caso de quebra de patente de um medicamento de laboratório multinacional, o presidente Lula assinou, ontem, decreto de licenciamento compulsório do Efavirenz, do laboratório Merck, usado por 75 mil pa-

cientes da rede pública com Aids. A partir de setembro, o Ministério da Saúde pretende distribuir o genérico produzido na Índia. Com a decisão, o governo federal economizará cerca de R\$ 61 milhões por ano. BRASIL A11

e1 5/5/2007

MPPE faz recomendação

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) tem um prazo de 180 dias para realizar um concurso público para suprir o déficit profissional na área de saúde. A recomendação foi feita ontem pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ao secretário estadual de Saúde, Jorge Gomes. A portaria também recomenda que a SES efetive a contratação temporária dos 142 médicos aprovados na última seleção feita em junho do ano passado até que seja feita a nomeação dos concursados. A recomendação foi assinada pelos promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, Lucila Varejão, Andrea Nunes, Charles Hamilton Lima e Hélder Lime-

ira Florentino. A medida prevê ainda que a SES encaminhe à promotoria o quadro dos profissionais em atuação, incluindo cargos, empregos e funções públicas de cada unidade de saúde, perfil, data de admissão e quantitativo da demanda real com o detalhamento das especialidades médicas.

A contratação temporária de profissionais de saúde de forma recorrente é uma forma de burlar os concursos e fraudar a Constituição Federal. Essa prática já motivou dois procedimentos de investigação preliminar no MPPE, um em 2005 e outro em 2006. O último concurso realizado pela SES foi em novembro de 2004 para o preenchimento de 1.827 vagas.

15
15

2
6/5/2007

Suape gera 190 mil vagas indiretas

A implantação de grandes projetos em Suape pode mudar a vida de até 190 mil pessoas, apenas com os empregos indiretos esperados no comércio, turismo e setor de serviços das cidades que ficam no entorno do complexo industrial e portuário. ECONOMIA B6

B 2
6/5/2007

BB oferece nova linha de crédito

O Banco do Brasil começa a oferecer a partir de segunda-feira linhas de crédito imobiliário em toda a rede de agências, por meio do acordo firmado com a Associação de Poupança e Empréstimo (Poupepx). Desde o início da parceria, em fevereiro, o BB recebeu um total de R\$ 53 milhões em propostas de financiamento, dos quais R\$ 6,3 milhões foram liberados até o momento, afirmou o gerente executivo de crédito imobiliário do banco, Denilson Molina. A expectativa de desembolsos para este ano com o convênio é de R\$ 650 milhões.

As taxas de juros das linhas da Poupepx disponíveis nas agências do banco variam de 10,49% a 12% ao ano, mais TR. O valor do empréstimo pode chegar a 80% do valor do imóvel e o prazo de pagamento é de até 15 anos. Molina classificou o balanço dos primeiros três meses de atuação na área como muito positivo. O projeto-piloto, que começou em Brasília, primeiro foi estendido para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e agora chega às unidades localizadas nos estados do Norte e Nordeste.

A parceria com a Poupepx permitiu ao BB antecipar a atuação própria no financiamento a imóveis, que é um dos principais alvos das instituições financeiras, em consequência da queda dos juros e dos avanços na regulação.

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007

Suape negocia fábrica de US\$ 20 milhões

A empresa do setor metalúrgico Medabil está interessada em instalar uma unidade no Complexo Industrial e portuário de Suape. O investimento será de US\$ 20 milhões (cerca de R\$ 36 milhões). O Porto de Suape lançou um edital de licitação para fazer o arrendamento da área que a companhia está pleiteando.

"Na licitação, a entrega das propostas será no próximo dia 18 de dezembro", informou o gerente geral de projetos estratégicos do Porto de Suape, Luciano Albuquerque.

A estatal tem que lançar uma licitação para arrendar qualquer área dentro do que estabelece a lei federal 8.630 de 1993, que ficou conhecida como a de modernização dos portos. Geralmente, quando uma empresa deseja se implantar em Suape, faz um pedido formal e depois é feita uma concorrência para arrendar a área.

Albuquerque afirmou que a intenção da Medabil é se tornar fornecedora dos grandes empreendimentos que estão se instalando em Suape, como a Refinaria Abreu e Lima "e pode ser também" do estaleiro Atlântico Sul, entre outros.

A Medabil tem uma carta-consulta aprovada na Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper). A empresa deve receber incentivos fiscais do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe).

"A empresa vai suprir uma lacuna local na área de fabricação de grandes estruturas metálicas", comentou Albuquerque, acrescentando que a unidade instalada em Suape deverá suprir o Nordeste e destinar uma parte da sua produção para a exportação.

A Medabil fez a estrutura metálica do Aeroporto Internacional dos Guararapes. A companhia existe desde 1967 e tem três fábricas, duas na cidade de Nova Bassano e uma no município de Nova Araçá. Todas as unidades ficam no Rio Grande do Sul.

» CONJUNTURA

Cresce volume de investimento externo no País

BRASÍLIA — Nos últimos sete anos, a participação de investidores estrangeiros no Brasil cresceu 81%, mostrando uma tendência de forte internacionalização da economia brasileira. A constatação é da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), em sua carta bimestral.

No período analisado pela entidade, o chamado passivo externo bruto — divulgado pelo Banco Central e que é composto de investimentos estrangeiros diretos (IED), investimentos de portfólio e dívida em mãos de estrangeiros — subiu de US\$ 372,06 bilhões para US\$ 673,69 bilhões.

Em termos líquidos, o passivo externo do País avançou menos 54,4%. Isto porque os ativos mantidos por brasileiros no exterior passaram de US\$ 107,08 bilhões em 2001 para US\$ 264,59 bilhões em março de 2007, a última posição disponível divulgada pelo BC.

A Sobeet analisa este período porque, a partir do ano 2000, uma série de medidas legais foram sendo adotadas no sentido de ampliar a abertura financeira do País, facilitando a vida dos investidores estrangeiros e dos brasileiros que vão ao mercado externo.

"Se a liberalização financeira permitiu a ampliação do passivo externo brasileiro, o mesmo movimento também foi verificado em relação aos ativos detidos por brasileiros no exterior, cuja expansão foi de 147,1% entre 2001 e março de 2007", ressalta o relatório da Sobeet. O documento destaca que no período os estoques de investimentos em portfólio, mais voláteis, cresceram 115%, enquanto o estoque de IED subiu 111%.

» PETRÓLEO

Megacampo acirra debate sobre royalties

BRASÍLIA — A descoberta da reserva de petróleo de Tupi e o potencial ganho fiscal que o governo poderá ter com sua futura exploração econômica deve precipitar uma discussão até agora vista como tabu no Palácio do Planalto: a revisão dos critérios de partilha dos royalties. Atualmente, o setor petrolífero recolhe R\$ 16,5 bilhões anuais ao Tesouro Nacional, que redistribui 60% dos recursos a Estados e municípios.

Segundo estimativas preliminares dos técnicos do Ministério da Fazenda, as novas descobertas poderão gerar um ganho adicional de R\$ 8 bilhões anuais aos cofres públicos quando o petróleo de Tupi começar a ser extraído, daqui a seis ou sete anos. A questão é que, se forem mantidas as atuais regras de rateio, o governo e as prefeituras do Rio de Janeiro poderão ficar sozinhas com mais da metade desse dinheiro, fatia superior à da própria União.

Isso ocorrerá porque o poço de Tupi está localizado na Bacia de Santos (SP), mas, pelos critérios da Agência Nacional de Petróleo (ANP), está mais concentrada no lado norte da linha imaginária que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) construiu para separar o mar do Rio de Janeiro do mar de São Paulo. E é justamente a proximidade ou "sorte" geográfica que serve de parâmetro para definir com qual Estado e município o recurso do royalty deve ficar.

Essa regra foi aprovada no Congresso e regulamentada durante o governo do ex-presidente e atual senador José Sarney (PMDB-AP), quando o valor dos royalties era insignificante e não despertava muita cobiça.

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

» NEGÓCIOS

Evento discute turismo em Gramado

Cidade gaúcha sedia encontro que debaterá os principais temas relacionados ao setor no País. Congresso começa no próximo dia 23

de por um dia a mais, vai até o domingo 25, também no Serra Park. O evento é o maior Festival Brasileiro em termos de negócios realizados e o segundo do Brasil em porte. Trata-se de uma grande oportunidade para a realização de negócios, principalmente após a internacionalização do festival, que tem como objetivo, ponto positivo, estar sempre inovando. Nesta edição, a novidade é o turismo religioso, ressaltou o presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Rio Grande do Sul (Sintetur-RS) e coordenador do congresso, Carlos Alberto Krause.

Mas o congresso terá ainda outros painéis. O Diversidade de oferta para promover o crescimento — crédito consignado ao aposentado já é realidade, terá as participações do secretário nacional de Política para o Turismo do Ministério do Turismo, Airton Nogueira. No painel Segmentação turística — o agente de viagens no papel do especialista, o palestrante será o presidente da São Paulo Turismo, Cato Luis de Carvalho. Para falar sobre o tema A fé move montanhas, o diretor do escritório de turismo de Lourdes, acompanhado pela secretária de Turismo de Aparecida (SP), Márcia Felippo, com a palestra Aparecida — maior centro turístico de peregrinação religiosa do Brasil.

Em meio a fenômenos atípicos como a crise aérea brasileira e a expectativa de um salto nos indicadores do turismo do País, um evento no Rio Grande do Sul vai possibilitar a troca turística — um debate intenso sobre o setor. A 19ª edição do Festival de Turismo de Gramado, no Rio Grande do Sul, em conjunto com o Congresso de Turismo da Europa e da América do Sul em formato de cinco painéis, sendo o principal Turismo, gerando negócios — turismo, uma atividade competitiva.

O congresso começa no próximo dia 23, terça-feira, e continua no sábado dia 24, no Centro de Convenções do Serra Park Resort, Spa, do município de Gramado. O palestrante é o professor chileno especialista em turismo e diretor do Centro de Empreendimento e Inovação no México, Sérgio Molina, autor das obras Planejamento integral do turismo, Turismo — metodologia e planejamento e O pós-turismo, entre outras. Participam ainda do painel o secretário do Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul, Luis Augustio Lara, e o prefeito de Gramado, Pedro Henrique Borolucci.

O festival é promovido pela dupla Maria Rossi e Silvia Zorzanello e tem dois dias a mais do que o congresso — começa um dia antes do congresso, na quinta-feira dia 22, e se esten-

Especialistas da Europa e América do Sul estarão presentes

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

Para Chinaglia, briga da CPMF tem viés eleitoral

Em visita ao Recife, presidente da Câmara avalia que polémica criada em torno do imposto entre governo e oposição tem apenas caráter eleitoral

Ayrton Maciel

O presidente da Câmara dos Deputados, Ayrton Maciel (PT-SP), afirmou ontem, no Recife, que o impasse para a aprovação da prorrogação da CPMF, até 2011, no Senado Federal tem caráter estritamente político-eleitoral, referindo-se às eleições de 2008 e 2010. O deputado, que está em Pernambuco desde quinta-feira passada, disse que se a oposição deixar de lado a disputa eleitoral, o debate sobre a CPMF e Senado tenderá a aprovar o imposto. Ressaltando que não se sente a vontade para opinar sobre o impasse, por ser presidente da Câmara, Chinaglia reconheceu que "a disputa política é legítima", porém, "acredita que no momento

em que a sociedade tiver as informações corretas e se posicionar sobre a CPMF, isso imediatamente repercutirá no Senado." No fim do, e só para a oposição marcar posição agora", resumiu Chinaglia.

O presidente da Câmara, que ontem almoçou com deputados federais e estaduais, avaliou que, no final da queda-de-braco entre governo e oposição, não prevalecerá a posição da maioria que, segundo ele, tem responsabilidade com o Brasil. Chinaglia reconheceu a argumentação de que menos de 10% da população paga a CPMF (criada no governo FHC), e de que se trata de um instru-

Petista alerta para os problemas que seriam causados com fim da CPMF

mento para culpar a congestão fiscal e identificar fraudes financeiras. O deputado alertou que retirar R\$ 40 bilhões da União de um ano para o outro repercutiria profundamente no financiamento da saúde pública. "Cerca de 60% dos impostos no Brasil são indiretos, quem paga é o consumidor. A CPMF não. É um imposto fácil de cobrar. Somos 180 milhões e só 14 milhões pagam. Agora, há uma parcela atrasada do empresário que acha que a única possibilidade de crescimento é não pagando imposto", acusou.

Chinaglia ressaltou que a saúde vai contar com mais recursos em

2008, na medida em que o Congresso aprovou a Emenda 29, que destinará mais R\$ 24 bilhões para o setor, reforçando os valores da CPMF. O presidente da Câmara

lembrou que a Constituição Federal determina que os Estados apliquem 12% de seus recursos na saúde, o que, conforme destacou, não estaria ocorrendo em muitas unidades da Federação (não identificou quais), e haveria um agravante para a saúde não contar com a CPMF. "Será um problema para a União, os Estados e os municípios", disse o deputado.

Chinaglia firmou no Recife, representando a Câmara Federal, convênio com a Associação Brasileira da Indústria do Café, que promoveu encontro nacional - para a avaliação rotineira sobre a qualidade do café do Brasil.

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

Jornal do Commercio Recife, 28 de outubro de 2007 domingo

política

www.jc.com.br/politica

» LEGISLATIVO

A falha do Congresso

Presidente interino do Senado admite que o Congresso fracassou ao não avançar a reforma política

BRASÍLIA — O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), admitiu que o Congresso Nacional falhou ao não votar a reforma política, abrindo assim espaço para que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tomasse a frente nesta discussão, impondo a fidelidade partidária como regra no País. Ao comentar a decisão do TSE de fixar o dia 16 de outubro como data-limite para a troca de partido de políticos eleitos para cargos maio-

ritários (entre eles presidente da República, governadores, prefeitos e senadores), tomada em sessão na última quinta-feira, o senador petista reconheceu que a medida era necessária para disciplinar o processo de perda de mandato por infidelidade partidária.

"Na omissão do Congresso, é evidente que o TSE sentiu-se na obrigação de adotar uma interpretação definitiva sobre a matéria. Falhou o Congresso Nacio-

nal", lamentou Tião Viana, que assumiu a presidência da Casa com a licença do senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

A despeito da falha do Legislativo, o presidente interino do Senado defendeu um maior diálogo entre os três Poderes — Executivo, Judiciário e Legislativo — como forma de garantir uma convivência harmônica entre eles.

"Acho que a decisão foi, no seu conjunto, necessária porque o Congresso não teve condições

de legislar sobre a matéria (um dos itens da reforma política). Agora, eu penso que mais diálogo entre as instituições seria sempre melhor. Se essas prerrogativas de legislar são do Parlamento, se tivesse havido diálogo entre os presidentes do TSE, do Supremo Tribunal Federal, das Presidências do Senado e da Câmara, para que se pactuasse a boa independência e harmonia entre os Poderes, teria sido melhor", acrescentou.

Fonte: Jornal do Commercio, outubro de 2007.

Jornal do Commercio Recife, 17 de novembro de 2007 sábado

www.jc.com.br/economia

DECRETO AMEAÇA INVESTIMENTO DE R\$ 1,9 BILHÃO NO ESTADO

Ao zerar as alíquotas de importação de matéria-prima do PET, governo federal inviabiliza a consolidação do projeto do pólo petroquímico de Suape

» ENTENDA O CASO

- » No dia 28 de janeiro de 2007, o presidente Lula esteve em Pernambuco para lançar o Pólo Petroquímico de Suape.
- » O pólo prevê a construção de duas fábricas: uma de PTA (ácido tereftálico purificado), usado na fabricação de resina PET, que depois é transformada em garrafas e outra de POY (filamentos de poliéster), usado na indústria têxtil.
- » No dia 13/06/2007, o governo federal editou o Decreto nº 6121 reduzindo a zero a alíquota de importação de PTA do México, aumentando a entrada do produto no Brasil.
- » A medida fez com que as importações de PTA saltassem de US\$ 22,7 milhões para US\$ 267 milhões, de janeiro a outubro deste ano, no comparativo com igual intervalo de 2006.
- » A manutenção do decreto compromete a competitividade do produto nacional, porque chega mais barato aqui, e pode inviabilizar a construção das fábricas.

Adriana Guarda
adriana guarda@jc.com.br

Um decreto federal ameaça a consolidação do Pólo Petroquímico de Suape, empreendimento de R\$ 1,9 bilhão, que deveria ter iniciado suas obras de terraplenagem desde o mês passado. Depois de vir a Pernambuco lançar as obras do pólo em fevereiro deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto nº 6121, que reduziu de 7,2% para zero a alíquota de importação de PTA (matéria-prima utilizada na produção do PET) do México. A medida provocou uma invasão do produto a um preço mais barato e deixou o projeto local em compasso de espera.

"O decreto do governo inviabiliza o pólo como um todo, tanto a fábrica de PTA quanto a de POY (filamentos de poliéster) que fornecerá matéria-prima para a indústria têxtil no Estado", observa o diretor superintendente da Petroquímica Suape, Richard Ward. A unidade de PTA está orçada em R\$ 1,1 bilhão e vai gerar 500 empregos diretos e a planta de POY vai receber investimento de R\$ 820 milhões e abrirá 1,1 mil postos de trabalho.

"Não dá para competir com o produto importado porque estamos falando de uma fábrica nova, que terá que amortizar o investimento. Isso sem falar que o produto fabricado no mercado interno arca com uma alta carga tributária e custos

pesados como o da energia", comenta para Ward. O executivo adianta que tramita no Ministério do Desenvolvimento uma solicitação para que seja restabelecida a taxa de 7,2% para as importações de PTA do México sob pena de inviabilizar um projeto que figura na lista de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A M&G, que tentou entrar no projeto do pólo petroquímico como sócia para construir uma fábrica de PTA (junto da sua unidade de PET) é a maior importadora do produto. A explosão das importações do México foi tanta que o país já aparece em segundo lugar na nossa pauta. As compras saltaram de US\$ 1,6 milhão para US\$ 220 milhões.

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.



Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.



Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

SETOR AÉREO

Pequenas brigam pelo mercado

Empresas como OceanAir, Webjet e Trip vislumbram, no atual cenário, a oportunidade de ampliar seus negócios e já anunciam novas marcas e fusões

de Giovanni Sandes

gsd@zic.com.br

A paralisação da BRA movimentou o mercado aéreo de passageiros. Enquanto os clientes da BRA enfrentam o medo não embarcar e cobram do governo federal uma solução para que as 70 mil passagens já emitidas pela empresa fossem honradas, várias companhias dispueram-se a atender esse contingente. Não foi mera solidariedade. A OceanAir, ex-parceira comercial da BRA, foi escalada para transportar os passageiros e assumir as rotas da aérea parada. Mas a Webjet, outra pequena, bradou seu interesse nas operações — e pelas rotas, principalmente — e foi parar na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para “se colocar à disposição”. Além do simples interesse em assumir as ligações aéreas da BRA, as companhias aproveitaram o momento para anunciar mudanças de marca e faixas. A maioria diz que quer crescer seu entrar em rota de colisão com gigantes TAM e Gol. Mas, para ganhar participação no restrito mercado aéreo, não há como evitar a concorrência. E essa batalha só começa chegará no Nordeste.

Apesar dos planos de expansão já anunciados pela Webjet, seu presidente, Paulo Enriquez Goco, enxugou na crise da BRA uma oportunidade. Depois de ir à Anac, porém, através de sua assessoria de imprensa afirmou que se deu por vencido nessa questão, já que a OceanAir assumiu as rotas. Nem por isso desiste de avançar. Entre janeiro e fevereiro do próximo ano, a Webjet terá o dobro de sua capacidade. Até lá, incorporará outros dois aviões 737-300, com capacidade para 148 lugares. No mês passado, a Webjet bateu 94% de participação no mercado, contra 57% no mesmo mês de 2006. E já no próximo dia 15 dará início a novas rotas (leia matéria ao lado) com foco no Nordeste.

Na última terça-feira, a companhia aérea norte (que voa entre Recife e Fernando de Noronha e entre Noronha e Natal) formalizou à Anac o pedido de incorporação das operações regulares de passageiros da Total. Com isso, terá 1,18% do mercado. Até o próximo ano, com seus planos de expansão — com dois para o Nordeste e rotas regionais fronteiriças, para destinos regionais de outros países, como Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia —, a companhia promete ser a maior regional da América Latina. A frota conjunta é de 17 aeronaves, mas, nos próximos três anos, outros 22 aviões são esperados.

A BRA, parada, deu maior visibilidade à marca OceanAir. Mas o presidente da companhia, Germán Efronovich, anunciou há três dias que a empresa mudará de nome para Avianca a partir do próximo ano. A estratégia é unificar a marca da brasileira com outras duas companhias do Grupo Sinerg, que Efronovich também preside. São elas a peruana Wayra e a colombiana Avianca. No Brasil, até outubro, a OceanAir tinha 2,9% do mercado e assumiu a terceira colocação, atrás apenas da TAM e da Gol (sonada à Varig). A futura Avianca brasileira pode crescer ainda mais, se dividir ao menos parte dos 2,4% da BRA.



AVIAÇÃO A Trip já solicitou à Anac a incorporação das operações regulares de passageiros da Total. Com isso, terá 1,18% do mercado

Retomar espaço é difícil no setor

Depois de uma primeira parada, a tendência das companhias aéreas é não conseguir retomar seu porte anterior. O professor especializado no setor aéreo da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Respício do Espírito Santo, explica que é emblemático o caso da Pan Am, norte-americana que já foi a maior do mundo e segundo ele, após três paradas, “hoje é praticamente uma escola de formação de pilotos”. As pequenas companhias buscam seu espaço nesses vórtices e focam mercados alternativos. Acima de tudo, iniciam sua situação no modelo low-cost, low-fare (baixo custo, tarifa baixa). Um exemplo é a Webjet, que chegou ao Recife e a Macaé no próximo dia 15, com dois vãos da capital pernambucana, diretos e com escalas, para cinco destinos.

A Pan Am, começou em 1930 e entrou em colapso em 1991. Atualmente, com o nome Pan Am Clipper Connection, é uma companhia regional que voa para o nordeste dos Estados Unidos, Flórida, República Dominicana e Porto Rico. No Brasil, na opinião de Respício, a Vasp, que luta para implementar seu plano de recuperação judicial, terá dificuldade de um possível retorno. E a Varig, diz, hoje é uma manica com 2,7% do mercado doméstico, foi adquirida pela Gol devido ao peso de sua marca no mercado internacional. TAM e Gol já foram low-cost. A Webjet, companhia considerada “mista” por operar destinos regionais e também rotas de alta densidade, combina o antigo e atual perfil das duas. Ao desbravar novos mercados, op-



ANÁLISE Respício diz que as empresas regionais precisam de crédito para crescer

to pelo Nordeste. Diariamente, a partir do Recife, voará às 11h05 para Brasília, sem escalas. Às 17h15, outra aeronave da Webjet decola rumo ao Rio de Janeiro (RJ), com escalas em Macaé (AL), Salvador (BA) e Belo Horizonte (MG).

A aviação regional é apontada como uma alternativa de mercado. Mas ainda precisa de estímulos, pois a baixa quantidade de passageiros transportados eleva o preço das passagens. “A aviação regional tem características que a nacional não têm. Mas, para crescer, precisa de medidas como uma linha especifi-

ca do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a compra de aeronaves de até cem passageiros, aviões novos ou usados e turbohélices ou jatos”, argumenta Respício. “Defendo estudos específicos para incentivar as regionais a serem um complemento às rotas de alta densidade (com grande demanda)”, completa.

A Webjet em outras praças tem ofertado preços menores que os da concorrência. Ainda não divulgou seus preços no Recife. A esperança é que, nessa batalha que se trava no Nordeste, a única batida seja nos pre-

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

Índios se aliam a garimpeiros para explorar diamante

Três anos e meio depois de massacrarem 29 garimpeiros, cintas-largas se unem a eles e driblam a proibição de extrair pedras preciosas

Vannildo Mendes
Agência Estado

ESPIGAO, DO OESTE (Rondonia) — Endividados e sob forte pressão desde o massacre de 29 pessoas num garimpo legal em suas terras, há três anos e meio, os índios da etnia cinta-larga fecharam uma sociedade informal com os garimpeiros para a exploração de diamantes na Reserva Roosevelt, em Rondonia. Eles se aliaram também a uma rede de sócios não índios, tidos como capitalistas de garimpo, para viabilizar o negócio.

Como se fossem representantes comerciais da selva, esses intermediários fazem a ligação dos caciques das aldeias com traficantes de pedras preciosas, na maior parte estrangeiros, que circulam na região. Mais de 90% dos diamantes extraídos na área saem do País (legalmente rumo à Europa, ao Oriente Médio e aos Estados Unidos).

Com aval dos caciques e auxílio dos índios, os garimpeiros construíram uma rede de acessos clandestinos na floresta para fugir das barreiras da polícia nas principais estradas que levam à reserva. Segundo estimativas das autoridades locais, cerca de 1.500 garimpeiros já voltaram sorrateiramente à área de mineração. Trabalhando em ritmo frenético, eles infestam uma faixa de 22 quilômetros às margens do Rio Roosevelt e seus afluentes. A destruição ambiental se amplia, enquanto as autoridades esperam a regulamentação do garimpo em terras indígenas.

Precisamos de uma definição urgente que contemple todos os lados: os índios, os garimpeiros, o município e a União, declara a prefeita de Espigão, Lícia Tereza Santos. A cidade é a mais próxima do garimpo. A prefeita defende a exploração das jazidas por cooperativas que agreguem garimpeiros, índios e empresas de alta tecnologia no ramo, evitando a evasão de impostos que ocorre hoje. Do jeito que está, virou uma mina de corrupção, onde poucos colhem e muitos sofrem ou morrem, diz a prefeita.

Entre os principais destinos dos diamantes extraídos legalmente estão Israel, Portugal e Bélgica. As pe-

dras são adquiridas em estado bruto e vendidas por um valor até dez vezes maior no exterior, depois de trabalhadas.

O juiz de Espigão, Leonel Pereira da Rocha, se diz impressionado com a quantidade de estrangeiros circulando na sua pequena comarca. "Estão levando nossas riquezas para fora do Brasil, debaixo dos nossos olhos", afirma.

Eles não devem estar lá fazendo turismo, diz o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que acompanha o drama da reserva dos cintas-largos desde o grande massacre de abril de 2004, quando era ministro da Articulação Política.

A fato chocou o Brasil e o mundo. A PF indiciou por homicídio triplamente qualificado 23 índios, entre caciques e guerreiros, além do coordenador da Funai na região, Walter Blos. Só Blos foi preso. Nenhuma índio. O inquérito está paralisado à espera de laudo antropológico que ateste se eles, em ou não condições

de avaliar a gravidade do ato. A lei brasileira considera os índios "relativamente incapazes" e, portanto, inimputáveis.

O delegado Guilherme Mattos de Oliveira, encarregado do inquérito, disse

Prefeita de Espigão do Oeste diz que a Reserva Roosevelt virou uma mina de corrupção

que a ação foi premeditada e os índios executaram as vítimas com extrema crueldade, sem lhes dar a mínima chance de defesa. Segundo ele, a matança é rotina no garimpo e os mortos já chegam a 57 desde 2001.

"Apunhados", numa emboscada num local chamado Gruta do Sossego, onde 200 garimpeiros extraíam diamantes clandestinamente, os 29, que não conseguiram fugir, foram amarrados e trucidados, um a um, a tiros, flechadas e golpes de facão. Participaram de ataque 53 guerreiros, mas há suspeitas, não confirmadas, de que não índios ajudaram no planejamento e na matança. As vítimas só foram retiradas da floresta duas semanas depois, com os corpos esmagados. Nove ainda permanecem não identificados.

O juiz e o deputado defendem não só a regulamentação, mas a profissionalização da extração mineral no Brasil, sobretudo em terras indígenas, para eliminar o risco de novas tragédias e por fim a rede de ilegalidades na região.

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

Jornal do Commercio Recife, 28 de outubro de 2007 - domingo

política

www.jc.com.br/politica

» GOVERNO

Lula pressiona equipe

Presidente pede a ministros que agilizem votação do projeto que aumenta os recursos para a saúde

BRASÍLIA - Depois de conseguir adiar por duas semanas a votação, na Câmara e no Senado, do projeto que aumenta os recursos para a saúde, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que se entenda com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para fechar os valores e as fontes de financiamento ao aumento dos recursos previstos nas propostas em tramitação nas duas Casas. Os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), avisaram a Lula que o processo de votação das propostas se tornou irreversível e que um acordo deve ser fechado logo porque a intenção é votar os projetos esta semana. Câmara e do Senado esperaram, mais uma vez, uma posição do governo para pôr os projetos em votação.

O governo quer escalonar o aumento de recursos para atingir porcentuais mínimos de repasse da União, Estados e municípios para a área de saúde. O prazo pedido por Lula a Chinaglia e Viana é uma tentativa para que os ministros da Saúde e da Fazenda, Guido Mantega, encontrem uma condição para assegurar os recursos. "Estou tratando com a equipe econômica do fechamento dos valores e a respeito das fontes de financiamento", afirmou Temporão. Ele quer R\$ 36 bilhões a mais para a saúde em quatro anos, o que prevê o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Saúde, mas a equipe econômica considera o prazo inviável e propõe o período de oito anos. Com a regulamentação da Emenda 29, Estados e municípios terão de gastar, respectivamente, 12% e 15% com a saúde.

O governo pretende manter também na regulamentação o critério que vincula os recursos da saúde ao Produto Interno Bruto (PIB). O projeto da Câmara estabelece essa vinculação à receita bruta. "O que defendo é o que hoje está na Constituição: o (valor) executado no ano anterior corrigido pela variação nominal do PIB e um recurso adicional vinculado às metas do PAC da saúde", afirmou Temporão.

O governo discute a regulamentação do projeto junto com o PAC da Saúde e a votação no Senado da emenda que prorroga a cobrança da CPMF. "Emenda 29 e CPMF são importantes. A 29 estabelece as bases estruturais e estabelece valores; a CPMF é a base do financiamento; hoje, 40% do custeio da saúde vem da CPMF", disse o ministro.

» Mais sobre CPMF na página 10

Presidentes da Câmara e Senado dizem que votação é irreversível

Fonte: Jornal do Commercio, outubro de 2007.

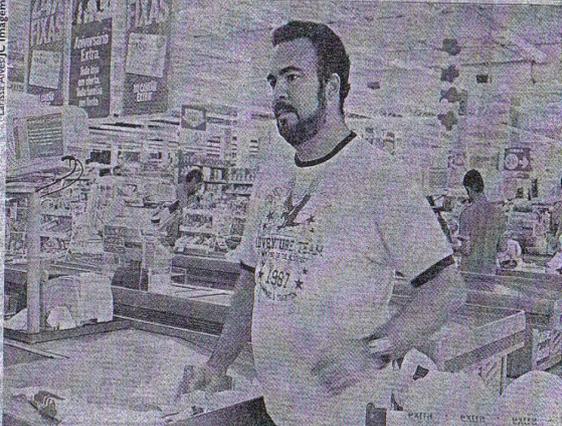
Jornal do Commercio Recife, 18 de novembro de 2007 - domingo

www.jc.com.br/economia

» CONSUMO

CRÉDITO PARA COMIDA AMPLIA ENDIVIDAMENTO

Em grandes redes varejistas, já é possível parcelar a feira em 24 vezes. Segundo a Apes, a inadimplência no setor chega a 30% nas classes C, D e E



FEIRA Ivanilson Gomes: gasta cerca de R\$ 600 por mês no supermercado e já parcelou as compras em 3 vezes

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

» PARTIDOS

Cúpula tucana participa de seminário no Recife

Prestes a assumir a presidência do PSDB, o senador Sérgio Guerra reúne as principais estrelas do seu partido. O encontro servirá, principalmente, como demonstração de unidade em torno do seu nome

Às vésperas de ser eleito presidente nacional do PSDB, o senador pernambuco Sérgio Guerra, traz ao Recife vários tucana-



Alexandre Severo/JC Imagem

O primeiro painel do seminário tucano tratará de Política Internacional e Comércio Exterior. Entre os convidados estão o líder

Fonte: Jornal do Commercio, outubro de 2007.

Indígenas querem direito exclusivo de exploração

ESPIGÃO DO OESTE (Rondônia) - Alvo de indignação geral por causa do massacre de 29 garimpeiros em abril de 2004, os índios cintas-largas estão menos agressivos e mais recolhidos. Mas estão dispostos a resistir se o governo retirar deles a soberania sobre a Reserva Roosevelt e o direito exclusivo de explorar suas riquezas minerais e naturais. Quem avisa é o cacique Marcelo, presidente do Conselho Indígena Cinta-Larga, que reúne as nove aldeias da etnia.

"Estamos de braços abertos para negociar uma solução, não estamos em choque com o não-índio, mas se passarem por cima dos nossos direitos vamos resistir até o último cinta-larga", promete Marcelo. Temerosos de retaliações, eles estocaram muitas armas e dividiram os guerreiros em equipes, como se fossem pelotões de selva.

O cacique Alfredo, tido como um dos mais valentes da etnia, é o coordenador do programa de treinamento militar, uma espécie de general dos cintas-largas. Hoje, a etnia já te-

ria cerca de 200 guerreiros prontos para entrar em combate.

Mas o objetivo dos cintas-largas vai no sentido oposto, na medida em que eles se integram cada vez mais aos costumes dos não-índios e não abrem mão dos confortos modernos. Vários deles, inclusive guerreiros que participaram da chacina de 2004, viraram evangélicos, ligados à corrente pentecostal Assembléia de Deus.

A igreja tem uma sede suntuosa em Cacoal, um dos municípios vizinhos da reserva, e criou um trabalho missionário voltado para as comunidades indígenas. As aldeias dos cintas-largas são assistidas pelo pastor Lafaiete, que comanda três cultos por semana. Com doações de índios e garimpeiros, a igreja construiu em uma das aldeias um templo de alvenaria, bem estruturado, e outro no garimpo, mais rústico.

Depois do massacre de 2004 as adesões aumentaram e os evangélicos já são cerca de 70% do rebanho cinta-larga, nos cálculos do cacique Marcelo, que é católico.

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

» INFRA-ESTRUTURA

Estaleiro adota política de nacionalização

Obra que será feita em Suape terá quase todos os insumos brasileiros

Renato Lima
renato.lima@com.com.br

O casco da plataforma P-55, que será construído pelo Estaleiro Atlântico Sul (EAS) em Suape, terá um índice de nacionalização de 85%, superior ao índice dos 10 navios Suezmax do contrato com a Transpetro, que é de 65%. Segundo a Petrobras, que pagará US\$ 385 milhões pelo serviço, cerca de 800 funcionários devem ser mobilizados para a construção da plataforma, que será o primeiro casco a ser completamente construído no Brasil.

"Oitenta e cinco por cento do casco tem que ser gasto em real. Está no contrato", disse o gerente da plataforma P-55 na Petrobras, Francisco Carlos Ramos. Isso visa garantir maior participação da indústria nacional na compra de equipamentos, porém sob o risco de encarecer o produto. No caso, a Transpetro continua com dificuldades para comprar aço plano no Brasil pela diferença de preço em relação a fornecedores internacionais, o que ameaça a determinação de nacionalizar 65% do navio. Segundo Ramos, 40% do custo da plataforma é composto de chapas de aço. "Pode comprar no exterior, desde que, no custo final, 85% dos gastos sejam feitos aqui", diz, referindo-se à construção da plataforma.

O projeto da P-55 foi desenvolvido pelo Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes). Mas, na primeira licitação, os preços apresentados foram considerados demasiadamente elevados pela empresa, que cancelou a licitação em janeiro deste ano. Numa segunda rodada, a estatal preferiu licitar o projeto em etapas, começando pelo casco. Os módulos que serão usados na plataforma ainda serão licitados. "O projeto está sendo agora desenvolvido por uma consultoria na Holanda, junto com o Cenpes. Até o final do primeiro semestre do próximo ano isso estará resolvido", afirma Ramos.

O contrato será assinado na próxima semana e terá o início do serviço autorizado para 2 de janeiro. O tempo de entrega será de 32 meses. Os blocos da plataforma serão construídos em Suape, mas enviados até o Rio Grande do Sul para serem montados no dique seco que está sendo construído no porto de Rio Grande para ser arrendado à Petrobras.

O Atlântico Sul disputou a encomenda com o Mauá Jurong, do Rio de Janeiro, e o Jurong, de Cingapura. Os concorrentes fizeram ofertas US\$ 91 milhões mais caras. Mesmo assim, o gerente da Petrobras não considera o valor da EAS barato. "O preço dado pelo consórcio está no limite da viabilidade do projeto. As outras propostas ficavam inviáveis, nunca seriam realizadas", disse.

A P-55 será a primeira plataforma construída no Brasil, de acordo com o gerente da Petrobras. Ela será construída em paralelo à outra que também vai ter produção nacional, a P-56, que será feita pela Koppel Fels e Technip, no Rio. A plataforma será paga com recursos próprios da Petrobras e terá capacidade de processar 180 mil barris de petróleo por dia, e será instalada no campo de Roncador, no litoral norte do Rio. O pico de produção será atingido em 2013, com capacidade próxima a de toda produção da Refinaria Abreu e Lima.

17/11/2007 14:00
www.jornal.com.br/economia

» PARTIDOS

DEM debate educação

Nos preparativos para a disputa eleitoral de 2008, legenda retoma os debates sobre gestão urbana

Em mais uma movimentação voltada para as eleições do próximo ano, o DEM vai defender amanhã uma das principais bandeiras do partido na área da educação pública: as escolas em tempo integral. A legenda vai promover uma palestra com o presidente do Conselho Consultivo da Philips para a América Latina, Marcos Magalhães, às 18h30, no auditório do Senac, no Bairro da Boa Vista, área

central do Recife. Na ocasião, o ex-governador e presidente estadual do DEM, Mendonça Filho, vai destacar os Centros de Ensino Experimental, implantados na gestão anterior com o Ginásio Pernambucano. "Queremos discutir com a sociedade a educação pública a partir de uma experiência concreta", disse o dirigente, pré-candidato a prefeito do Recife. Segundo Mendonça, atualmente há 20 centros em Pernambuco, com

quase 20 mil alunos beneficiados.

Para o presidente do Instituto Frei Caneca, ligado ao DEM, Gustavo Krause, a legenda trabalha em várias frentes. "O partido dá sua contribuição para a sociedade trazendo especialistas para discutir temas de interesse das pessoas", frisou Krause, também vice-presidente estadual do DEM. Ele refere-se ao ciclo de palestras com o título Gestão de Cidades.

O palestrante Marcos Magalhães é engenheiro e preside o Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação, parceiro do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental. O ciclo de palestras foi iniciado em agosto com a participação do economista e professor da PUC do Rio de Janeiro, Sérgio Bresserman, com o tema Aquecimento Global, Meio Ambiente e as

Fonte: Jornal do Commercio, outubro de 2007.

» SERVIÇO PÚBLICO

Fiscais perdem guerra contra fraudadores

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

PCR vai assumir a obra do Chanteclair

Prefeito João Paulo assinou, ontem, decreto que transforma prédio, no Bairro do Recife, em imóvel de utilidade pública. Garantiu, ainda, que manterá uso cultural da edificação, como estava previsto

Renato Spencer/JC Imagem

A obra de restauração do Conjunto Chanteclair, no Bairro do Recife, suspensa há três anos e considerada uma lenda urbana da cidade, começa a tomar novos rumos. Ontem pela manhã, a prefeitura anunciou que vai assumir os trabalhos de recuperação do imóvel e que pretende manter o uso cultural da edificação, como estava previsto. Na ocasião, o prefeito João Paulo Lima e Silva (PT) assinou o decreto que transforma o Chanteclair em imóvel de utilidade pública. O próximo passo é a desapropriação do prédio, avaliado em R\$ 900 mil pelo município.

Formado por seis imóveis contíguos, de números 245, 257, 263, 283, 287 e 303, o Conjunto Chanteclair seria recuperado pela iniciativa privada, que assinou convênio com o Programa Monumenta-BID, do Ministério da Cultura, em 2001. O programa é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e o valor da obra estava estimado em R\$ 9 milhões, há dois anos. Metade dos recursos viria do Monumenta e os 50% restantes, do empreendedor. Como o serviço não foi executado, o município assumiu o convênio.

Os recursos do Monumenta, segundo o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Frederico Almeida, que participou da solenidade na prefeitura, estão assegurados. Ele disse que os valores serão atualizados e haverá ajustes, se necessário.

"Agora, conseguiremos viabilizar recursos a fundo perdido, porque o Chanteclair está sendo transformado em prédio público. O repasse para a iniciativa privada era emprestimo", explica.

Ele informa que o Monumenta repassa 70% dos recursos em convênios para restauração de imóveis públicos. Caberá ao município do Recife arcar com contrapartida de 30%. Para Frederico Almeida, a prefeitura demonstrou uma "atitude de coragem em prol da preservação do patrimônio histórico", ao assumir a recuperação do imóvel.

Conforme o presidente da Empre-



REFORMA Há dois anos, obra do Conjunto Chanteclair, formado por seis imóveis, foi estimada em R\$ 9 milhões

sa de Urbanização do Recife (URB), Amir Schwartz, o custo da obra não está definido. "Precisamos atualizar o mapa de danos, elaborado em 2001, porque a obra está paralisada desde 2004. Com o mapa, saberemos a intervenção necessária e podemos programar o valor do serviço", diz ele. A licitação para escolha da empresa que fará o diagnóstico será lançada no próximo mês e o levantamento começa em janeiro ou fevereiro de 2008.

A prefeitura convocará a Santa Casa de Misericórdia, proprietária do imóvel, para tratar da desapropriação. "Se a Santa Casa não conseguir provar a titularidade do edifício, faremos o depósito em juízo e solicitaremos, na Justiça, a emissão de posse", afirma Amir Schwartz. O Chanteclair fica entre o Cais da Alfândega e a Rua da Madre de Deus. A proposta é instalar no prédio um centro cultural, com salas de cinema. "Quando o prédio estiver pronto, vamos buscar a iniciativa privada, se ela quiser, para dar uso à edificação", declara o prefeito João Paulo.

Arquiteto identificou problemas há seis anos

Seis anos atrás, o arquiteto Jorge Passos fez o mapa de danos das quatro fachadas do Conjunto Chanteclair. Contou 733 ornatos, aplicados (flores, frutas, jarros, laços); 236 esquadrias (106 janelas e 130 portas); 3.802 ferragens (dobradiças e ferros fundidos). Tudo isso espalhado em 4.500 metros quadrados de superfície.

O arquiteto identificou todos os problemas existentes e o estado de conservação de cada pedaço da fachada. Era o princípio de uma obra que teve início, mas não foi concluída. Em 2004, os trabalhos foram suspensos com pouco mais de 15% da obra executados, na estrutura e na fachada. O edifício de arquitetura eclética ficou pronto em 1926 e nunca teve manutenção.

Procurado pelo **JC**, ontem, o interventor da Santa Casa de Misericórdia, Rosendo de Rezende, disse que só falará sobre o assunto na próxima segunda-feira, quando retornasse ao

trabalho. O empresário Alvaro Jucá, que havia assinado o convênio com o Programa Monumenta-BID para recuperação do imóvel, ainda não tinha discutido o assunto com a prefeitura e achou mais prudente emitir opinião após essa conversa.

Em 2005, o então coordenador nacional do Monumenta-BID e atual presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, informou que as obras estavam paralisadas por causa de pendências cadastrais da empresa Paço Alfândega Empreendimentos e Participações (responsável pela obra) junto à Caixa Econômica Federal, que agência a transação. Isso impediu a liberação dos recursos.

Na época, Jucá disse que havia sanado as pendências com o banco. Mas reclamou das inúmeras exigências impostas a um investimento considerado de alto risco, o que dificultava a execução. Em 2004 e 2006 o Ministério Público Federal cobrou o escomento das paredes e da cobertura do prédio, para evitar acidentes.

Recuperação do conjunto está suspensa há três anos

Fonte: Jornal do Commercio, outubro de 2007.

» CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS REVELAM AMBIÇÃO ELEITORAL

Na discussão do Orçamento da União/2008, senadores e deputados federais elegeram obras e projetos urbanos como prioridade nas emendas parlamentares. Programas sociais ficaram em segundo plano

BRASÍLIA – De olho nas eleições municipais do próximo ano, deputados e senadores elegeram obras e projetos urbanos como principais destinos de suas emendas e deixaram em segundo plano recursos para as áreas de saúde, educação e segurança pública. Dos cinco programas de governo que mais receberam emendas ao projeto de Orçamento de 2008 – que deve ser votado até o final de dezembro –, três estão diretamente relacionados às prefeituras: turismo social (que prevê obras em municípios turísticos), desenvolvimento urbano e mobilidade urbana (recursos para transportes nas regiões metropolitanas).

As ações voltadas às prefeituras e ao desenvolvimento urbano somam R\$ 19,787 bilhões, o equivalente a 31% dos R\$ 62,593 bilhões em emendas parlamentares apresentadas. Enquanto isso, a área da saúde recebeu apenas R\$ 4,4 bilhões em emendas, e a educação, R\$ 4,1 bilhões. A segurança pública, no âmbito do Ministério da Justiça, recebeu R\$ 1,109 bilhão em emendas. O prazo para apresentação das emendas se encerrou à meia-noite da última quarta-feira. O balcão das emendas foi apresentado na sexta pela Comissão de Orçamento.

A apresentação de emendas faz

parte do ritual orçamentário, mas não há garantias de que serão aprovadas. Em 2007, as emendas somavam R\$ 70,3 bilhões, mas apenas R\$ 15,369 bilhões foram aprovados no relatório final. Já a liberação dos recursos dependerá ainda de negociação política. Dados da liderança do DEM mostram que, até 9 de novembro, apenas R\$ 2,393 bilhões haviam sido empenhados neste ano, ou seja, 15% do total.

A dificuldade em transformar as emendas em realidade não desanimou os parlamentares. Para 2008, deputados e senadores apresentaram 9.619 emendas. O número é 9% superior às 8.822 emendas apresentadas ao projeto de Orçamento de 2007. O valor total, porém, é 21% menor.

Esta queda se deve às regras mais rígidas, que foram criadas devido ao escândalo da máfia das ambulâncias e visam a evitar fraudes no processo orçamentário. Em compensação, houve aumento nas emendas individuais, que passaram de 8.151 para 8.998. As novas regras aumentaram de 20 para 25 o número de emendas por parlamentar. A pressão do baixo clero fez também com que o limite das emendas aumentasse 33%, passando de R\$ 6 milhões para R\$ 8 milhões.

Muito mais variedade
deixar a casa pronta para o NATAL
MUITO MAIS

BOLA DE NATAL DECORADA
6 CM COM 12 UNIDADES
COZINHARTE
Apenas
R\$ 17,90

VELA DECORATIVA PINHEIRO
10CM
Apenas
R\$ 12,00 (cada)

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

Igreja teme banalização do casamento e família

RIO — O bispo-auxiliar do Rio de Janeiro e membro da Comissão Episcopal para a vida e a Família da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Antônio Augusto Dias Duarte, vê pontos positivos e negativos na proposta. Na verdade, de positivo, é apenas o fato de o casamento religioso poder ser agilizadado para quem só é casado no civil. Se uma pessoa passou pelo sacramento do batismo e é casada no civil, pode se divorciar e casar no religioso, mas se é batizada e casada no religioso, não pode se separar e se divorciar para casar de novo no religioso, segundo o bispo.

“A princípio, a pessoa não pode casar de novo se foi batizada e casou no religioso. Nesse caso, é preciso entrar com processo no Tribunal Eclesiástico, que só autoriza o novo casamento religioso em casos excepcionais, como no caso em que a mulher diz que é virgem e não se comprova isso depois da união; quando uma das pessoas esconde uma doença grave; quando mente sobre a capacidade para assumir compromissos, como a educação dos filhos”, enumera dom Antônio.

Segundo o religioso, para coisas práticas talvez a PEC tenha sua utilidade, seja necessária, mas reafirma que a Igreja não pode concordar com o divórcio: “A Igreja não vai aplaudir nem apoiar o divórcio.

Casar e descasar, casar e descasar, isso é a destruição da instituição casamento. A Igreja é o que é na sua identidade: a favor da família e do bem”, afirmou dom Antônio.

O bispo-auxiliar do Rio de Janeiro diz que em alguns casos a proposta do deputado Sérgio Carneiro vai dar mais superficiadade ao conceito do casamento, já que “cria a cultura do descartável e acaba sendo depreciativo”.

O padre Jorge Lira Andrade, representante da CNBB na audiência pública do dia 10 na Câmara, destacou que a legislação deve favorecer a estabilidade da família, e não o contrário. “Quando a família se dissolve, o Estado inteiro sofre”, sustenta Jorge Andrade.

Para o padre, fenômenos como a violência decorrem da dissolução do núcleo familiar, responsável pela transmissão de valores culturais e cristãos. O pastor evangélico e ex-deputado Pedro Ribeiro reafirmou a premência da indissolubilidade das uniões. “Temos de pensar a família como marido, mulher e filhos. Separar é um desastre”, destacou Ribeiro, durante a audiência pública do dia 10.

O deputado Sérgio Carneiro lembra que existem no Brasil 251 mil separações e divórcios por ano, e que é preciso ter um remédio jurídico para isso.

Fonte: Fomal do Commercio, outubro de 2007.



Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

Jornal do Commercio

» TRIBUTAÇÃO

Receita libera consulta ao IR

O contribuinte pessoa física pode checar, a partir das 8h de hoje, no site receita.fazenda.gov.br, se a sua restituição está no sexto lote do IRPF 2007

BRASÍLIA — A partir das 8h de hoje, estará disponível para consulta na página da Receita Federal, na internet (www.receita.fazenda.gov.br), e pelo telefone 0300-789-0300, o sexto lote de restituições do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), referente ao exercício de 2007, ano-calendário de 2006. Foram liberadas 2.091.491 declarações. Desse total, 73.895 contribuintes têm imposto a pagar, correspondendo a R\$ 46,3 milhões; 1.989.232 de contribuintes com imposto a restituir, correspondendo a R\$ 1,7 bilhão, e 28.364 extratos para contribuintes sem saldo de imposto a pagar ou a restituir.

Para quem vai receber restituição, o dinheiro estará disponível para saque no próximo dia 16. A importância será acrescida de 6,63% correspondentes à variação da taxa Selic no meses de maio a outubro, mais 1% referente ao mês de novembro. Esse valor não mais sofrerá qualquer acréscimo, independentemente da data em que o contribuinte receba a sua restituição.

O contribuinte com direito à restituição que não solicitou crédito em conta poderá fazê-lo a partir do mesmo dia da liberação dos recursos nas agências bancárias. Os valores estarão disponíveis no Banco do Brasil (BB), onde o contribuinte poderá contatar pessoalmente qualquer agência ou ligar para o BB responde no telefone 4004-0001, nas capitais, ou 0800-729-0001 nas demais localidades (ligação gratuita). Assim, será possível agendar o crédito em conta corrente ou poupança em seu nome, em qualquer banco.

A restituição ficará disponível no banco durante um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate neste prazo, deverá requerer a importância mediante o Formulário Eletrônico — Pedido de Pagamento de Restituição, na internet.

O dinheiro vai estar disponível para saque no próximo dia 16

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

JC, 17/11/07

Ação do BC faz o dólar subir

Epaminondas Neto

Folhapress

O dólar comercial foi negociado a R\$ 1,743, em alta de 0,17%, nas últimas operações de ontem. O Banco Central realizou leilão entre 15h13 e 15h23 e adquiriu divisas a R\$ 1,741 (taxa de corte). A autoridade monetária não informa imediatamente a quantia de dólares adquiridos em seus leilões de compra. A oscilação das reservas internacionais do país, mostra, no entanto, que essas compras ganharam volume. Entre terça-feira passada e anteontem, o nível das reservas subiram de US\$ 170,566 bilhões para US\$ 171,124 bilhões.

Profissionais das mesas de câmbio notam que o mercado é inundado todo dia com a entrada de recursos, devido a novas captações, e pela expectativa de novos IPOs (lançamentos de ações) ainda neste ano. Esses IPOs costumam ter presença maciça de investidores estrangeiros, às vezes com participação de 70% do volume financeiro obtido na venda dos papéis.

O mercado futuro de juros, que baliza as tesouranias dos bancos, ajustou para cima, novamente, as taxas projetadas para 2008, 2009 e 2010. Entre os contratos mais negociados, a taxa projetada para abril de 2008 passou de 11,18% para 11,20%; no contrato de janeiro de 2009, a taxa projetada subiu de 11,51% para 11,59%; no contrato de janeiro de 2010, a taxa projetada avançou de 11,79% para 11,93%.

JC, 17/11/07

Petrobras vai elevar reservas em 50%

RIO — O anúncio da nova descoberta na Bacia de Santos significará um aumento de 50% nas atuais reservas brasileiras de petróleo, que são de 13,75 bilhões de barris, segundo o pesquisador do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Giuseppe Bacocoli. No entanto, ele alertou que a exploração dessa nova reserva exigirá grandes investimentos no curto prazo.

O geólogo afirmou que o óleo encontrado é "equivalente ao melhor óleo da Bacia de Campos", ainda que não chegue a ser super leve. Para Bacocoli, o que impressiona é o volume anunciado pela companhia, de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo e gás natural, suficiente para "garantir a sustentabilidade da auto-suficiência no longo prazo."

A Petrobras ganhará posições no ranking das maiores petrolíferas do mundo em quantidade de reserva disponível. Levando em conta a participação de 65% no bloco, adicionará até 5,2 bilhões de barris às reservas atuais. Com isso, saltará da sétima para a quinta colocação na lista de empresas do setor com o capital aberto.

Ontem, as ações da Petrobras evitaram que a Bolsa de Valores de São Paulo encerrasse o pregão no vermelho. Embaladas pelo supercampo de Santos, as ações da petrolífera dispararam 14,45% as ordinárias e 14,16% as preferenciais. Os papéis da empresa lideraram as altas do índice Ibovespa.

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

» PESQUISA

Idec aponta problemas nos bancos

Instituição identificou principais falhas na abertura de contas, como a tentativa de venda casada e a falta de entrega da cópia do contrato

SÃO PAULO — Falta de entrega de cópia do contrato de abertura de conta corrente e tentativa de venda casada são, segundo o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), os principais problemas encontrados na hora de abrir conta em banco. As falhas foram identificadas em um estudo de pesquisadores da entidade. Entre o início de maio e o início de agosto, eles abriram, movimentaram e encerraram contas em oito instituições. A conclusão do Idec: a prestação de serviço pelos bancos deixa a desejar.

A escolha dos bancos teve como base as dez primeiras instituições com mais de 1 milhão de clientes no ranking das mais reclamadas elaborado pelo Banco Central (BC). Delas, foram escolhidas oito: ABN Amro Real, Banco do Brasil (BB), Bradesco, Caixa Econômica Federal (CEF), HSBC, Itaú, Santander e Unibanco. No contrato de abertura de conta, a falha mais grave, na avaliação do instituto, é a falta da entrega de uma cópia assinada pelo banco ao cliente. “Essa é uma exigência que não foi cumprida por todos os bancos”, diz Marcos Diegues, gerente jurídico do instituto.

De acordo com o Idec, as respostas de funcionários ao pedido de có-

pia do contrato revelaram muita “falta de informação”. No Itaú, o contrato não podia ser entregue por se tratar de “papel de circulação interna do banco”. O banco não se pronunciou sobre o caso. No Unibanco, a informação do funcionário foi a de que o contrato não podia ser entregue nem enviado pelo correio, mas sua leitura podia ser feita ali mesmo — o banco diz que esse procedimento foge ao padrão adotado pela instituição.

O HSBC não entregou nada no ato da abertura, mas disse que enviaria o documento pelo correio, o que não fez — o banco diz que o cliente deveria ter recebido um livreto com o contrato global de relacionamento e, se isso não ocorreu, o funcionário errou. Real, BB, Bradesco e Santander entregaram cópia de contrato de adesão, não personalizado, “o que não é ilegal”, admite o Idec.

A venda casada (em que se condiciona a abertura da conta à aceitação de outros produtos bancários), proibida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), também foi detectada pelos pesquisadores. “Aqui, a ação está ligada muitas vezes ao cumprimento de metas”, explica Diegues.

Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.



Fonte: Jornal do Commercio, novembro de 2007.

Ipem de olho nas medidas

As mães pernambucanas podem ficar tranquilas. Se depender do Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco (Ipem-PE), os consumidores não comprarão *gato por lebre*. Equipes de fiscalização estão nas ruas para coletar amostras e avaliar o quantitativo, a composição, o tamanho, a origem, a marca e conservação dos produtos mais vendidos no Dia das Mães. Produtos de toucador (cremes, perfumes, cosméticos, hidratantes) e têxteis (toalhas, lençóis, fronhas, edredons, cobertores) estão na mira dos fiscais do órgão de metrologia.

Cleide Costa, chefe do laboratório de pré-medidos do Ipem-PE, diz que os produtos coletados nas lojas serão analisados a partir

desta segunda-feira, na presença dos fabricantes. A técnica explica que os produtos para uso pessoal (toucador) vai ser comparado se o quantitativo da embalagem corresponde ao conteúdo. Pelas normas de metrologia, se o erro for superior a 4% o produto é considerado irregular. Nesse caso, o fabricante será autuado, tem o prazo de 15 dias para se defender e dependendo do tipo de infração poderá ser multado no valor que varia de R\$ 100 a R\$ 1,5 milhão.

No caso dos produtos têxteis, a gerente têxtil do Ipem-PE, Maria da Paz, diz que vai verificar cinco itens: composição, tamanho, origem, conservação, marca. Ela destaca que o principal item é a composição por-

que pode causar problemas de saúde, como alergias, em especial as pessoas mais idosas. A técnica lembra que a conservação deve ser observada pelo consumidor porque há produtos que não podem ser lavados na máquina, por exemplo, e se for submetido a esse tipo de lavagem tem reduzido o tempo de vida útil.

A blitz dos têxteis começa esta semana nas lojas de departamentos e supermercados. Segundo Maria da Paz, se for encontrado um produto irregular os fiscais vão pedir a nota fiscal ao comerciante para autuar os fabricantes. No caso de quantidade superior a 50 itens irregulares, a fiscalização apreende os produtos.

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

INDÚSTRIA // Medida beneficia setores têxtil, de confecções e construção civil

Governo vai reduzir custo da mão-de-obra na folha

São Paulo — O governo vai anunciar nos próximos 20 dias uma medida para desonerar a folha de pagamento de empresas que fazem uso intensivo de mão-de-obra, como as indústrias têxtil, de confecção, calçados, mobiliário e construção civil. O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda Guido Mantega na tarde de ontem após reunião com empresários em São Paulo. Segundo ele, várias alternativas estão em estudo pela equipe técnica do governo para reduzir o custo de mão-de-obra - via folha de pagamento, via PIS-Cofins e via faturamento. "Não temos ainda uma posição definitiva e eu não quero ser precipitado, porque é medida que tem repercussão forte e, se você errar na mão, aí depois você fica com um abacaxi."

Mantega disse que, com a atual valorização do real, é preciso tomar providências que compensem "essa eventual valorização que veio para ficar". Segundo ele, as empresas brasileiras precisam ganhar competitividade e aumentar sua produtividade e, para isso, cabe a elas investir em novas tecnologias, aproveitando o momento para compra de maquinário. "O empresário brasileiro tem de renovar tecnologia, comprar máquinas, que es-



MANTEGA DISSE QUE ALTERNATIVAS PARA DESONERAÇÃO ESTÃO EM ESTUDOS

tão cada vez mais baratas, e disputar (mercado) com empresas estrangeiras", disse, em São Paulo.

Em contrapartida, caberia ao governo reduzir o custo financeiro e de infraestrutura para as empresas. "É o principal objetivo do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Estamos fazendo isso e vamos fazer mais, de modo a reduzir o custo tributário das empresas de (uso de) mão-de-obra intensiva, o que passa por

desonerar a folha de pagamento."

O ministro afirmou ainda que o Banco Central dará continuidade à política de atuar no mercado para comprar dólares e ampliar as reservas. "Um país que tem reservas dessa dimensão - estamos falando hoje de US\$ 121 bilhões, daqui a pouco serão US\$ 150 bi, US\$ 170 bilhões - é cada vez mais seguro." Por outro lado, a valorização do real vem contribuindo, segundo o ministro, para o con-

trole da inflação e para a redução da taxa de juros. "O atual cenário de inflação é muito positivo até pela valorização do real, porque produtos externos entram a preço menor, e isso garante a inflação sob controle e possibilita ao BC fazer reduções maiores da taxa de juros, o que, por sua vez, alivia o nosso orçamento", disse Mantega. Ele disse ficar "feliz" quando a taxa de juros não só por aumentar o nível de investimento e diminuir o custo empresarial como também por diminuir o custo financeiro e a dívida do governo.

Banco do Sul — Sobre a reunião em Quito (Equador), em que este mês desta semana discutindo a criação do Banco do Sul, Mantega afirmou que a instituição interessa ao Brasil, embora o país não tenha necessidade de financiamento como os demais da região. Segundo ele, o aporte de capital para iniciar operação com o banco será entre US\$ 300 milhões e US\$ 500 milhões. "O Brasil estará fomentando o desenvolvimento de mercados que são consumidores de produtos e serviços brasileiros. Mantemos uma aproximação maior com os países e teremos uma instituição que amanhã poderá financiar projetos nossos", afirmou.

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

Justiça limita liberdade de torcedores

Os 16 torcedores que foram presos na última terça-feira, após suposto tumulto no amistoso entre Pernambuco e São Paulo, no Arruda, terão de comparecer nesta segunda-feira no Fórum do Recife, para assinar termos de compromisso judicial. Eles tiveram a prisão preventiva decretada pelo Juizado do Torcedor, no dia partido, mas o juiz Luciano de Castro Campos, da 4ª Vara Criminal, concedeu o alvará de soltura na última sexta-feira, baseando-se num parecer do Ministério Público de Pernambuco, apontando falhas processuais. O juiz que autorizou a prisão preventiva, Ailton Alfredo de Souza, do Juizado Especial do Torcedor (Jetepei), declinou da competência em julgá-los, encaminhando a ação para a Justiça Criminal. De acordo com Souza, isso estava previsto. "O Juizado do Torcedor não pode julgar crimes de baixo potencial ofensivo. Temos de encaminhar para o órgão competente. Esses torcedores tiveram, na verdade, o mesmo direito de qualquer outro cidadão, que é de se defender na Justiça", disse.

Já para o advogado Djalma Sei-



Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

SAÚDE // Remédio é consumido por 75 mil pacientes na rede pública e medida vai representar economia de cerca de R\$ 61 milhões

Lula quebra patente de pílula anti-Aids

Brasília - Pela primeira vez, o governo decidiu concluir o processo de quebra de patente de um medicamento de laboratório multinacional. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, decreto de licenciamento compulsório do Efavirenz, do norte-americano Merck Sharp & Dohme, usado por 75 mil pacientes da rede pública no tratamento de pacientes com Aids. A medida inédita permite, por período não estipulado, a importação de versões genéricas e até a fabricação do medicamento no país, o que pode ocorrer num segundo momento.

A partir de setembro, o Ministério da Saúde pretende distribuir na rede pública o genérico produzido por laboratórios da Índia. Cada pílula do anti-retroviral será comprada por US\$ 0,45 (aproximadamente R\$ 0,91), valor inferior ao US\$ 1,56 (em torno de R\$ 3,16) cobrado pelo laboratório Merck. O governo, único comprador do medicamento no Brasil, estima que economizará US\$ 30 milhões (cerca de R\$ 61 milhões) por ano com os genéricos, um dinheiro que poderá ser revertido para o tratamento de 200 mil pessoas com Aids. O valor pago ao laboratório por ano chega a US\$ 42,9 milhões (apre-

to é que o Brasil não pode ser tratado como se não merecesse respeito", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente criticou o Merck, que estaria cobrando pelo anti-retroviral no Brasil valor mais elevado que em países como a Tailândia. "Pagar US\$ 1,6 por um remédio vendido em outro país por US\$ 0,60 é uma coisa grosseira, não só do ponto de vista ético, mas político e econômico", disse.

Pacientes que usam o Efavirenz e funcionários do Programa Nacional DST e Aids participaram da solenidade em que Lula anunciou a medida. Eles aplaudiram com entu-

siasmo o discurso do presidente. "Toda descoberta deveria ser fixada como patrimônio da humanidade, o inventor, o criador poderia ganhar o seu dinheiro, mas isso deveria ser da humanidade", disse. "Não é possível alguém ficar rico com a desgraça dos outros."

Desde a gestão de José Serra, atual governador de São Paulo, na pasta da Saúde (1998-2002), o governo ameaçava os laboratórios multinacionais com licença compulsória. Primeiro, há um processo de negociação para reduzir os preços dos medicamentos. Depois, o governo divulga portaria declarando o pro-

duto de interesse público. Por fim, o presidente da República assina decreto de quebra de patente.

Em duas ocasiões, o Ministério da Saúde chegou a anunciar a quebra de patente, mas o governo acabou recuando. Em 2001, o então ministro José Serra anunciou portaria tomando a patente do anti-retroviral Nelfinavir, do suíço Roche, de utilidade pública. O mesmo ocorreu com o medicamento Kaletra, do norte-americano Abbott, em 2005, na gestão do petista Humberto Costa. Depois de repercussão internacional a favor do governo, os dois laboratórios negociaram a redução dos preços.

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

ESQUEMA // Sindicato do Comércio de Derivados de Petróleo da Paraíba diz que ainda é cedo para acreditar em cartel nos postos

Sindipetro nega combinação

DE O NORTE

João Pessoa — Apesar de a Polícia Federal assegurar que há fortes indícios de um esquema de cartel em João Pessoa e Recife, o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado da Paraíba (Sindipetro-PB), Evaristo Cavalcanti, afirmou que ainda é precoce acreditar em combinação de preço. Segundo ele, somente o final das investigações vai mostrar a verdade dos fatos. "É prematuro afirmar que há cartel. Vamos aguardar o julgamento da Justiça, porque

tudo o que está sendo interpretado pela Polícia Federal e Ministério Público pode não ser, no final de tudo, cartel. É bom frisar que, em nenhum momento, o Sindipetro foi citado nesta investigação", ressaltou Evaristo Cavalcanti.

Sobre a variação de preço que começou a se intensificar em João Pessoa, o presidente do Sindipetro-PB frisou que pode ser um comportamento natural do mercado, diante da pressão da Operação 274. "A pressão é grande para os empresários, e es-

tes preços podem continuar a variar ou não. O que eu temo é uma guerra de preços, que pode prejudicar os donos de posto", disse. Segundo Evaristo Cavalcanti, os empresários do ramo de combustível de João Pessoa trabalham com margem de lucro dentro do previsto pelo sindicato. "A margem de lucro da gasolina, na bomba, é de 20%, do álcool é de 16% e do diesel de 11%. É bom lembrar que 20 capitais brasileiras adotam preço do combustível superior a R\$ 2,74, ou seja, acima do que é praticado em João Pessoa", lembrou.

O empresário Nelson Lira, antigo dono da rede de postos, confirmou na PF que após sua saída do mercado os preços realmente aumentaram, a ponto de o Ministério Público acreditar que houve cartelização. Ele disse a O Norte que ao depor na Polícia Federal explicou que 16 postos seus foram arrendados à Rede Liberdade e sua razão social continuou sendo usada através de uma procuração emitida por ele, motivo pelo qual a Polícia Federal não tinha conhecimento detalhado do negócio.

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

Idec quer esclarecer sobre fibras nos alimentos

RICARDO WESTIN

DA AGÊNCIA ESTADO

João Paulo — Uma onda de alimentos com o rótulo "rico em fibras" invadiu supermercados recentemente, com pães, queijos, iogurtes, leites, margarinas e até sucos.

Esses produtos, no entanto, podem não ser a melhor opção para uma alimentação saudável, segundo um alerta divulgado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Em primeiro lugar, porque os produtos industrializados com adição de fibras são mais caros que seus simi-

lares tradicionais — as fibras podem ser obtidas por um preço bem mais baixo de alimentos naturais, como frutas, legumes e verduras. Em segundo lugar, porque quem escolhe os produtos industrializados pode ficar sem alguns nutrientes que são encontrados apenas nos alimentos

naturais. "Não se trata de desmerecer os produtos industrializados", explica o biólogo Murilo Diversi, do Idec. "Queremos apenas mostrar ao consumidor que não é necessário pagar mais caro para obter fibras".

Um pão de forma com adição de fibras chega a ser cerca de 150% mais

caro que o pão de forma tradicional, segundo o alerta do Idec. O achocolatado em pó pode custar 78% mais. O leite desnatado, 48%.

Numa porção de 100 gramas do pão "rico em fibras" existem 6 gramas dessa substância. A mesma quantidade de feijão tem quase 8 gramas

de fibras. Os 100 gramas do pão com fibras custam R\$ 0,51. Os mesmos 100 gramas do feijão, R\$ 0,24.

Além de custar a metade do preço o feijão é uma boa fonte de ferro, nutriente que não é encontrado em quantidade significativa no pão — nem mesmo no enriquecido com fibras.

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

BC tenta explicar funcionamento

Brasília — O Banco Central divulgou uma nota, na sexta-feira, em que tenta dar mais detalhes sobre o funcionamento do Copom (Comitê de Política Monetária do BC) e, rebatendo algumas críticas, ressaltou que as decisões referentes a sua política de juros não são tomadas com base apenas em modelos estatísticos, sendo consideradas também as opiniões referentes à situação da economia brasileira. O texto, intitulado "O Processo de Decisão do Comitê de Política Monetária", foi preparado pela equipe do diretor de Política Econômica do BC, Mário Mesquita, e publicado na internet (www.bcb.gov.br).

Atualmente a taxa básica de juro da economia, a Selic, está em 12,5% ao ano. Uma crítica feita com frequência ao BC, desde a implantação

do sistema de metas de inflação, em 1999, é a importância dada pelo Copom aos modelos estatísticos no momento de fixar a taxa de juros - para muitos analistas, esses modelos não conseguem prever com exatidão o rumo da economia e não deviam ser levados tão a sério.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o BC afirma que a publicação do estudo não foi motivada por nenhum evento específico e que o documento faz parte de uma série de trabalhos que, nos últimos anos, são produzidos sobre alguns aspectos da economia. Nas últimas semanas, mudanças na composição da diretoria do BC têm despertado dúvidas sobre decisões que serão tomadas nas próximas reuniões do Copom.

Desde março, deixaram os cargos

os dois diretores que eram apontados como mais ortodoxos, Afonso Bevilacqua e Rodrigo Azevedo. O substituto de Azevedo, Mario Torós, chegou a afirmar, durante sabatina no Senado, que via espaço para que o juro pudesse "cair muito mais".

O economista-chefe do BNP Paribas, Alexandre Lintz, diz que o documento pode reforçar o caráter técnico do Copom, para que o BC não seja acusado de agir politicamente caso decida reduzir a taxa Selic de uma forma mais acelerada nos próximos meses.

Ainda que ressalte o caráter técnico dessas decisões, o texto divulgado tenta desmistificar a visão de que o Copom dá uma atenção excessiva a modelos econométricos. "Na condução da política monetária no Brasil,

à semelhança do que acontece em qualquer outra importante economia de mercado, o exercício do julgamento é fundamental."

O texto ainda diz que "é importante que projeções de inflação, indicadores antecedentes e todos os demais instrumentos de análise utilizados pelo comitê sejam combinados com o julgamento dos membros do Copom", seguindo "a prática dos bancos centrais modernos". Para Lintz, essas afirmações podem ser um sinal de que os juros vão cair de forma mais acelerada nos próximos meses. Isso porque é a primeira vez que o BC afirma, diretamente, que existem indicadores que, apesar de não serem considerados nos modelos estatísticos, também influenciam no rumo da taxa Selic.

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

INFLUÊNCIA // PSDB, DEM e PPS recorrem ao Supremo para reaver vagas de parlamentares que entraram para a base governista após a eleição

Oposição busca mandatos

Brasília - Os três principais partidos de oposição ingressaram ontem no STF (Supremo Tribunal Federal) com mandados de segurança para tentar reaver 23 vagas perdidas na Câmara dos Deputados com a ida de seus parlamentares para legendas da base governista. PSDB, DEM (ex-PPF) e PPS - os dois primeiros beneficiários do troca-troca partidário na época do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) - usaram como principal argumento a interpretação adotada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

em 27 de março segundo a qual os mandatos pertencem aos partidos e não aos políticos.

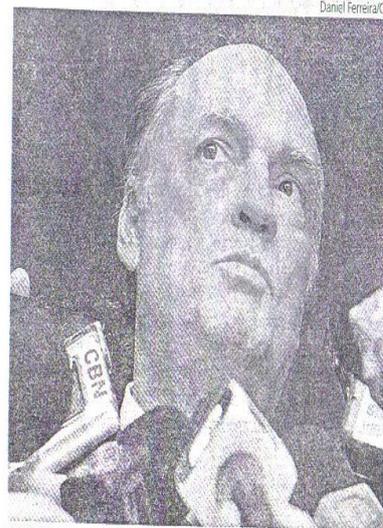
Os mandados de segurança, que têm pedido de liminar (decisão provisória, que pode valer até a definitiva), solicitam, na prática, que o Supremo casse o mandato daqueles que trocaram de legenda após as eleições de 2006 e, em seus lugares, convoque os suplentes. "É inaceitável que um parlamentar abandone o partido pelo qual foi eleito e carregue consigo o patrimônio eleitoral da legenda abandonada", diz o texto do PPS. O

presidente da legenda, Roberto Freire, foi pessoalmente ao STF protocolar o mandado de segurança.

"A permanência de tal situação está conduzindo o quadro político brasileiro a um verdadeiro caos", afirma o texto do PSDB, que foi assinado e entregue pelo advogado José Eduardo Alckmin. "Temos confiança e otimismo em relação à decisão do Supremo", afirmou a senadora Kátia Abreu (TO), que protocolou o texto do DEM. O PSDB (66 deputados eleitos) e o PPS (22 deputados eleitos) perderam oito deputados ca-

da um para partidos da base de sustentação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O DEM elegeu 65 deputados e perdeu sete. Até março, 36 deputados federais (do total de 513) tinham trocado de legenda.

Antes de ingressarem no STF, os opositores pediram ao presidente da Câmara, o petista Arlindo Chinaglia (SP), que convocasse os suplentes tendo como base na interpretação do TSE. Sem sucesso. No mandado de segurança, os partidos argumentam que Chinaglia cometeu uma "ilegalidade" ao indeferir o pedido.



PRESIDENTE DO PPS, ROBERTO FREIRE FOI PESSOALMENTE AO STF ONTEM À TARDE

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

DUMPING // Associação obrigava concorrentes a adotar preço combinado, diz a PF

Postos vendiam gasolina com preço abaixo do custo

Teresa Maia/DP

De acordo com a Polícia Federal, o esquema de alinhamento de preço ou cartelização desarticulado na Operação 274 funcionava com a distribuidora Ello-Puma, postos (32 só da rede Liberdade) e representantes da Associação de Revendedores de Combustíveis da Paraíba (Aspetro-PB. Além da formação de cartel, a organização também está sendo investigada por dumping (prática de vender produtos ou serviços abaixo dos preços de custo, com a finalidade de quebrar a concorrência e dominar o mercado).

O delegado federal responsável pela operação no Recife, Cláudio Costa, contou que a rede Liberdade e a distribuidora Ello-Puma acertavam o preço final para o consumidor nos 32 postos. "Como a Ello tinha ligação com o empresário da MTM, que administra a rede, ficava fácil fazer acordo. E se algum concorrente fizesse um valor menor, a Aspetro (Associação dos Revendedores de Combustíveis) ia lá e mandava subir", afirmou Costa. Segundo o delegado, representantes da entidade também estão sendo investigados. "Com todo mundo cobrando o mesmo valor, deixa de existir a livre concorrência e o consumidor não tem como escolher onde comprar", explicou o policial.

Prejuízo — O dumping foi outra prática usada pela organização para anular a concorrência, de acordo com o delegado Cláudio Costa. "Os postos envolvidos no esquema chegavam a vender o litro da gasolina abaixo do valor de custo. O acerto era bancado pela distribuidora só para forçar o concorrente ao prejuízo. Com o tempo, ele (o concorrente) ou falia, ou aceitava o acordo, ou era arrendado pela organização. Foi assim que a MTM saiu de 12 para 32 postos. A empresa arrendou 20 estabelecimentos e hoje tem o ex-concorrente como sócio".

O empresário Marcone Moraes, dono do Posto Expressão, afirmou



OPERAÇÃO DA PF PRENDEU OITO PESSOAS NO RECIFE, ENTRE EMPRESÁRIOS, EXECUTIVOS E FUNCIONÁRIOS

ORGANOGRAMA

Como funcionava o esquema, segundo a Polícia Federal

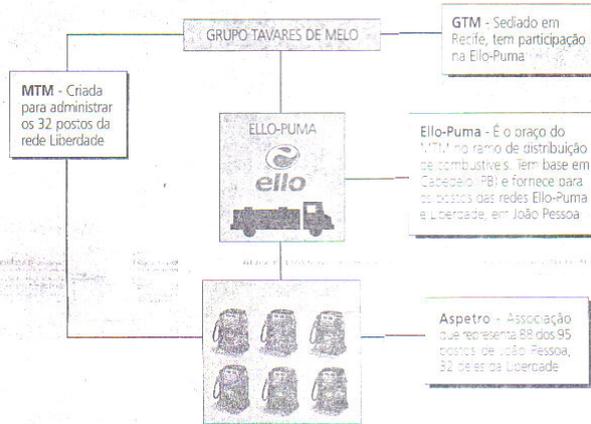


Foto: PF, L. Pereira em Pernambuco e Paraíba

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

INVESTIMENTOS // Setor de bens e capital puxa alta nos três primeiros meses do ano

Produção da indústria cresce 3,8% no trimestre

Rio — A produção industrial brasileira cresceu 3,8% no primeiro trimestre, puxada pelo crescimento mais acentuado em março e pelo setor de bens de capital (máquinas e equipamentos). O setor é referência de crescimento dos investimentos e acumulou alta de 14,8% de janeiro a março. Segundo analistas, o crescimento dos investimentos em máquinas e equipamentos sinaliza uma produção em ritmo mais forte no futuro. Apesar da recuperação, o IBGE define o comportamento da indústria como uma 'trajetória de suave crescimento, com forte desequilíbrio entre os setores'.

Na prática, cresceu o fosso entre os setores beneficiados pelo crescimento mundial, como commodities (minério de ferro e petróleo), e segmentos que sofrem com a valorização do real, como têxteis e calçados. O IBGE ressalta, por outro lado, o crescimento mais disseminado dos bens de capital. No primeiro trimestre houve recuperação de setores como o de máquinas e equipamentos para agricultura, com alta de 13,1%, e máquinas para transporte (alta de 9,5%).



Alexandre Gondim/DP-27/4/07

ÚLTIMO RELATÓRIO DE MERCADO PREVÊ CRESCIMENTO DE 4% DA INDÚSTRIA

Em março, no entanto, a categoria de bens de capital recuou 0,4% na comparação com fevereiro. Segundo o IBGE, a queda representa uma acomodação após quatro meses de crescimento. Na avaliação do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), os dados da produção mostram uma forte concentração setorial.

"Somente seis de um total de 27 setores foram responsáveis por um crescimento de 3,34 pontos percentuais no primeiro trimestre, o que comparado à evolução total de 3,8% equivale a 88%. O dinamismo recente da indústria ainda não é generalizado", analisou.

Segundo Silvio Sales, coordenador de indústria do IBGE, o setor

de bens de consumo semi e não-duráveis tem freado o crescimento da indústria. No ano, a expansão foi de apenas 1,3%. Além de questões de mercado interno, essa categoria é a mais prejudicada pela taxa de câmbio. "As áreas que têm maior dinamismo na indústria hoje são mais dependentes de crédito. A trajetória dos semi e não-duráveis é de evolução moderada", disse.

Os bens de consumo duráveis (eletrodomésticos) acumulam alta de 2,3%. Essa categoria tem sido afetada pela concorrência de importados na linha marrom (TV, som, entre outros) e pela expectativa de chegada de produtos de nova tecnologia. No trimestre, a linha marrom teve queda de 24,3%.

Os bens intermediários (insumos industriais) acumularam alta de 3,8%, puxados pela metalurgia básica e por adubos e fertilizantes. Para o ano, a consultoria Tendências prevê expansão de 3,7%. O último Relatório de Mercado, organizado pelo Banco Central com instituições financeiras, indica uma projeção de crescimento de 4%, um ritmo mais forte do que o do ano passado, quando a indústria cresceu 2,8%.

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

MPPE inspeciona escolas do Recife

Glauco Spindola/DP - 9/10/06



ESCOLA ALDA ROMEU, EM ÁGUA FRIA, GANHOU NOVA SEDE ESTA SEMANA

Garrafas de bebidas espalhadas entre crianças, fossas estouradas e falta de higiene. A descrição não parece mas se refere às condições registradas em salas de aula do ensino infantil. Mais precisamente das 239 unidades pertencentes à rede municipal do Recife que estão num dossiê feito há seis meses pelo Sindicato dos Professores da Rede Municipal do Recife (Simpere). Apesar da grave situação e do tempo das denúncias, nada ou quase nada mudou. Ontem o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) anunciou que vai inspecionar alguma dessas escolas em situação de risco a partir da próxima semana.

As vistorias foram programadas por amostragem e fazem parte de um inquérito civil instaurado contra o município pela Promotoria de Educação. Assim que a investigação acabar, o MPPE vai propor um termo de ajustamento de conduta à Secretaria de Educação do Recife. Caso a situação nas escolas seja considerada gravíssima, os promo-

tores prometem dar entrada na Justiça com uma ação civil pública para que a Prefeitura solucione a situação. Além das instalações físicas, a investigação também vai analisar as condições de ensino dessas unidades, levantando o número de professores, além do acervo de livros nas bibliotecas.

Outro problema enfrentado nas unidades é a superlotação. A equipe do Diário constatou, numa creche localizada no bairro da Encruzilhada, trinta crianças de 0 a 4 anos dividindo a mesma sala com apenas uma professora e uma auxiliar. O recomendável são 23 alunos dessa idade em cada turma. De acordo com o dossiê do Simpere há superlotação em 52% das 239 instituições, 844 vagas para professor ocupadas de forma irregular por estagiários e 43% dos colégios funcionam em prédios alugados. Fazia parte do grupo a Escola Municipal Alda Romeu, em Água Fria, que na semana passada ganhou nova sede.

Lula pretende agilizar PAC

Brasília - Às vésperas do primeiro balanço das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que está "determinado" a resolver os entraves que impedem o início de boa parte das obras de infraestrutura, segundo um participante do encontro. Em reunião de três horas no Palácio do Planalto, ele cobrou empenho de sete ministros e presidentes de estatais para evitar que o cronograma de obras fique paralisado. A reunião serviu para Lula enviar mais um recado para a área ambiental do governo. Detalhe: a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, não participou.

Na segunda-feira, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff fará um balanço do PAC. O governo trabalha para que o programa não seja visto como mais um plano que não saiu do papel. O problema é que obras emblemáticas, símbolos do PAC, como as usinas hidrelétricas do rio Madeira e a ferrovia Transnordestina ainda não começaram.

Assessores observam, no entanto, que o próprio Lula se empenha para levar os dois projetos adiante. As usinas Santo Antônio e Jirau dependem de licenciamento ambiental do Ibama. Já a obra da ferrovia está paralisada por causa de problemas de desapropriação de terras na Bahia.

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

GOE prende 4 por seqüestrar médica

Fouco antes de completar um mês do seqüestro de uma médica no centro de Jaboatão dos Guararapes, o Grupo de Operações Especiais (GOE) da Polícia Civil apresentou ontem quatro pessoas, entre elas uma mulher, suspeitas de participação no crime. A infectologista Hêlade Souto Muior Freitas, 30 anos, foi levada de casa na manhã do último dia nove de março depois que dois homens invadiram o imóvel e roubaram diversos eletrodomésticos. Ela foi liberada três horas depois sem que a família pagasse o valor exigido como resgate, que foi de R\$ 4 mil.

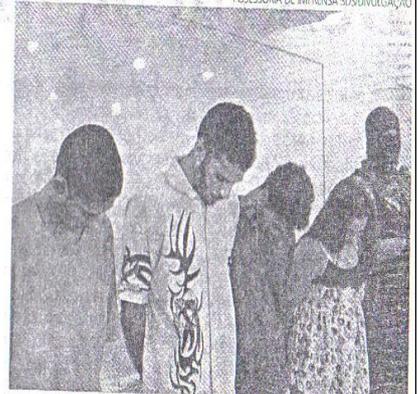
De acordo com o delegado Antônio Barros, titular do GOE, os responsáveis pelo seqüestro foram Juares Amaro da Silva, 36, e Edimar da Silva Ferraz, o *Neguinho*, 24. "Eles não planejavam fazer um seqüestro. Entraram no local onde a vítima mora, que é um condomínio fechado, viram a empregada varrendo na frente e resolveram entrar no imóvel para roubar. Quando foram embora levaram a médica e depois telefonaram para o marido dela pedindo o dinheiro para que fosse solta", explicou Antônio Barros, acrescentando que a vítima foi libertada no bairro de Muribeca, nas imediações da BR-101. Antes de fugirem

da residência, os criminosos deixaram o marido da vítima com as mãos amarradas.

Extorsão. Ainda segundo a polícia, também estariam envolvidos no crime José Antônio Cristóvão Filho, 21, e Edriana Wilma da Silva, 29. "José Antônio emprestou uma pistola de brinquedo para os dois acusados fazerem o assalto. Já a Edriana foi a responsável por apresentar os dois assaltantes. Eles não se conheciam", afirmou Barros. Pela suposta participação nos crimes, Edriana e José Antônio ganharam um telefone celular cada um. Durante a apresentação, ambos afir-

maram que não sabiam que os telefones que ganharam eram roubados. Eles disseram também que não tinham conhecimento do assalto praticado pelos dois colegas.

Durante as investigações sobre o crime, o GOE conseguiu chegar primeiro até Edriana, que acabou contribuindo para que os outros suspeitos fossem identificados e presos. Juares e Edimar, já tinham passagem pela polícia. Ambos foram indiciados pelo crime de extorsão mediante seqüestro. Edriana e José Antônio, por receptação de produtos roubados e, no final do inquérito, podem ser acusados também de formação de quadrilha.



SUSPEITOS, SEGUNDO A POLÍCIA, EXIGIRAM R\$ 4 MIL PARA SOLTAR VÍTIMA

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

ALERTA // Relatório afirma que número de ações quase dobrou em 2006 e violência ameaça maior colônia judaica da América do S

Anti-semitismo renasce na Argentina

ARIEL PALACIOS
DA AGENCIA ESTADO

Buenos Aires - Os atos anti-semitas aumentaram na Argentina em 36% entre 2005 e 2006. O anúncio foi realizado pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Delegação das Associações Israelitas (DAIA), que afirmou que no ano passado ocorreram 586 atos anti-semitas, 213 a mais do que em 2005. O CES, no *Relatório sobre anti-semitismo na Argentina* indica que os atos abrangem um amplo leque, que vão desde pichações, editoriais jornalísticos e expressões públicas. A Argentina possui a maior comunidade judaica da América Latina, com 500 mil integrantes. Segundo o CES, o relatório de 300 páginas - divulgado oficialmente durante a Feira do Livro de Buenos Aires - servirá como "uma voz que alerta para a ausência do Estado na execução de políticas ativas permanentes de investigação sobre os fenômenos de discriminação na Argentina".

O CES, vinculado à influente DAIA, o organismo político da comunidade judaica argentina, afirma que as publicações anti-semitas que são vendidas em bancas de jornais do centro portenho, "são cada vez mais virulentas, principalmente desde o conflito entre Israel e o Hezbollah". Entre as publicações antijudaicas está a revista mensal *Cabildo*, que existe de forma intermitente desde os anos 70.

O número de pichações com dizeres como "Viva Hitler!" e "Judeus sabonetes" (em alusão à utilização das cinzas dos corpos dos judeus para a fabricação de sabonetes nos campos de concentração nazistas) aumentaram 38% em 2006. O relatório



MAIOR ATENTADO CONTRA ENTIDADES JUDAICAS OCORREU NO DIA 18 DE JULHO DE 1994, COM 85 MORTOS NA AMIA

também registrou a expansão de bandeiras com as suásticas nos estádios de futebol, além de cânticos anti-semitas por parte das torcidas.

Aldo Donzís, presidente da DAIA, considera que a Argentina "não é um país anti-semita, mas aparecem pequenos grupos que estimulam o ódio racial".

No início do ano houve um escândalo quando o jornal *Clarín* detectou um policial da província de Buenos Aires que usava uma cruz de ferro (meda-

lha histórica alemã, mas vinculada intimamente ao nazismo) presa no uniforme. Além disso, o Instituto Nacional contra a Discriminação (Inadi) revelou que uma dúzia de lojas do centro portenho vendiam estatuetas de Adolf Hitler. A comercialização desses produtos não está proibida por lei. No entanto, a DAIA argumentou que "é de péssimo gosto vender estatuetas de alguém que perpetrou assassinatos em massa".

...peço pelo congresso, não foi divul-
o estatal e sim pelo deputado demo-

Fonte: Diário de Pernambuco, maio de 2007.

EUA criticam ação

Washington – O governo norte-americano afirmou ontem estar “desapontado” com o fracasso das negociações entre o governo brasileiro e a Merck a respeito da patente do Efavirenz, remédio contra Aids do laboratório. O Escritório de Comércio dos Estados Unidos, que trata de questões de propriedade intelectual, afirmou que está examinando os detalhes do anúncio de quebra de patente feito pelo governo brasileiro. “Nós achamos que é do interesse de todos os nossos parceiros comerciais negociarem de forma enérgica com os detentores de patentes que podem ser afetados por medidas como essa”, respondeu a assessora do Escritório. “Estamos desapontados porque os esforços do Brasil e da empresa americana detentora da patente para chegar a um acordo aparentemente fracassaram.”

A Câmara de Comércio dos Estados Unidos, entidade de classe que reúne mais de 3 milhões de empresas norte-americanas, criticou ontem a decisão do governo. “Apenas alguns dias depois de o Brasil ser reconhecido por uma melhor aplicação das leis de proteção à propriedade intelectual, vem essa quebra de patente – isto é um retrocesso”.

disse o vice-presidente para relações internacionais da Câmara, Daniel W Christman. “O Brasil está se esforçando para atrair investimentos em indústrias inovadoras, que se apoiam em propriedade intelectual, e essa atitude vai levar investidores a escolherem outros países”.

Na segunda-feira, o Brasil foi retirado da lista de pirataria dos EUA, que adverte países que descumprem leis de proteção à propriedade intelectual e prevê retaliações. A defesa da propriedade intelectual é um dos pré-requisitos para que o país seja mantido no Sistema Geral de Preferências (SGP), que concede a isenção de tarifas para exportação de inúmeros produtos para os Estados Unidos.

Contradições – A Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febráfarma) afirmou que a licença compulsória do Efavirenz “parece uma grande contradição”. Segundo a Febráfarma, “a decisão levanta dúvidas em relação a manifestações de que o Ministério da Saúde quer criar um complexo industrial da saúde no país, argumentando que a indústria da saúde é a que mais produz inovação e riqueza no mundo”.

Fonte: Diário de Pernambuco, outubro de 2006.

Jornal do Commercio Recife, 18 de setembro de 2007 domingo 21

internacional

PAQUISTÃO

Estados Unidos temem desvio de armas nucleares



DESGASTE Musharraf (E) tenta reverter a crise no país ao empregar o novo prêmio. Mohammadniam Soomro

Risco de arsenal de cinco países nucleares e ter a bomba atômica em suas mãos de radicais islâmicos é cada vez mais real, diante da crise política

Lachlan Carmichael
Agência France Press

WASHINGTON – Os Estados Unidos não podem fazer para impedir que armas nucleares paquistanesas caiam em mãos de radicais islâmicos devido à crise política atual no Paquistão, de acordo com a opinião de especialistas.

É por isso que, segundo eles, os EUA não têm outra escolha senão ajudar a resolver a crise e manter suas ligações privilegiadas com a elite militar pró-ocidental, que o presidente Pervez Musharraf se mantém no poder.

Segundo Daniel Wadley, um articulista paquistanês do New York Times, a crise política atual no país impede a transferência de poder.

Para Andrew Koch, analista especializado na segurança e na defesa da consultoria Scoble Strategies and Advisors, as armas nucleares do Paquistão estão, por enquanto, nas mãos de “uma elite pró-ocidental muito profissional”.

Além disso, os talibãs e a Al-Qaeda não poderiam utilizar material apreendido durante uma operação porque os núcleos de matéria físsil não estão estocados nos mesmos lugares que o restante das armas.

Entretanto, segundo Koch, alguns cientistas que trabalham neste programa são suspeitos de manter vínculos com extremistas e podem ser capazes de fornecer apoio à

Se o governo americano decidir deixar de apoiar Musharraf, deverá tomar cuidado para não romper as relações com as instituições paquistanesas.

Leonard Spector, diretor-adjunto do James Martin Center for Non-Proliferation Studies, no Laboratório

Fonte: Jornal do Commercio, outubro de 2007.

ATA // Pelo documento divulgado ontem, inflação segue acima do centro da meta de 4,5%

Gasolina e gás não sobem mais este ano, diz Copom

Brasília - O Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a previsão de reajuste zero para a gasolina e o gás de cozinha em 2008. Para as tarifas de energia elétrica e de telefonia fixa, a expectativa de aumento dos preços também foi mantida, em 1,1% e em 3,5%, respectivamente. Para 2009, não há previsão para nenhum desses quatro itens. As informações constam na ata da última reunião do comitê, divulgada ontem pelo Banco Central.

O Copom elevou a previsão de alta dos preços administrados em 2009 de 4,5%, em junho, para 4,8% em julho. Segundo o documento, a projeção leva em conta componentes sazonais, variações cambiais, inflação de preços livres e inflação medida pelos Índices Gerais de Preços (IGP). Para 2008, o BC manteve a previsão de que o conjunto de preços administrados deve ter alta de 4%.

A ata da última reunião do Copom diz também que a previsão para a inflação no cenário de referência "elevou-se significativamente em relação ao valor considerado na reunião do Copom de junho". Segundo o documento, o número segue acima do centro da meta de inflação para o ano, de 4,5%.

No cenário de referência, o Banco Central projeta a inflação futura com base em cenários para as taxas de câmbio e de juros. Na reunião da semana passada, quando o juro subiu 0,75 ponto para 13% ao ano, a projeção foi feita com dólar em R\$ 1,60 e taxa de juros de 12,25% ao ano, em todo o horizonte de previsão.

No cenário de mercado, que leva



Ricardo Fernandes/DP/D.A. Press - 7/7/08

COPOM MANTEVE PREVISÃO DE REAJUSTE ZERO PARA GASOLINA E GÁS EM 2008. NÃO HÁ PROJEÇÃO PARA 2009

em conta as expectativas dos próprios analistas de mercado para o dólar e os juros, a projeção para a inflação em 2008 também "sofreu forte elevação em relação ao valor considerado na última reunião do Copom", segundo a ata. Com isso, o número também continua posicionado acima do valor central para a meta de inflação.

Para 2009, segundo o documento, o número previsto nos cenários de referência e de mercado aumen-

taram em relação aos avaliados em junho e nos dois casos superaram o valor central de 4,5% para a meta.

O comitê afirma ainda que a contribuição do setor externo para a evolução da inflação "tornou-se menos efetiva". A avaliação mostra mudança de tom na comparação com a ata de junho, quando os diretores do BC diziam que a contribuição externa aos preços, na época, "parecia estar se tornando menos efetiva".

No documento divulgado ontem, os diretores do BC dizem que "diante do forte ritmo de expansão da demanda doméstica e do crescimento das pressões inflacionárias globais" a contribuição externa para a evolução positiva dos preços ficou, efetivamente, menor. Isso acontece em um momento em que os efeitos do investimento sobre a capacidade produtiva da economia brasileira ainda precisam se consolidar, diz o texto.

Fonte: Diário de Pernambuco, agosto de 2008.

Lula libera e a Justiça diz amém

ANDRÉ DUARTE

DA EQUIPE DO DIÁRIO



Uma decisão do juiz da propaganda eleitoral de Jaboatão dos Guararapes, José Alberto de Barros, deve abrir um precedente importante nas cidades onde dois ou mais partidos da base aliada do governo Lula disputam o cargo de prefeito. O magistrado negou ontem uma apresentação encaminhada pelos advogados do candidato a prefeito André Campos (PT), solicitando a

retirada de cartazes de campanha do candidato do PDT, Paulo Rubem Santiago, nos quais ele aparece ao lado do presidente da República e do governador Eduardo Campos (PSB). Por mais que tenha origem em outra jurisdição, a decisão de Jaboatão pode ter implicação direta na disputa para prefeito em cidades como Recife, Olinda e Paulista, que apresentam mais de um candidato da base aliada.

Na representação encaminhada à Justiça Eleitoral, a assessoria jurídica do petista alegou que o material de Paulo Rubem tem o "único intuito de confundir, enganar o eleitor", uma vez que o pedetista não estaria coligado com os partidos do

presidente e do governador. O painel contém ainda a seguinte frase: "Parcerias que vão mudar Jaboatão".

No seu despacho, o juiz da 101ª Zona Eleitoral alegou que não há elementos suficientes para demonstrar que Paulo Rubem, expetista, "agiu sem a concordância" dos dois caciques, José Alberto de Barros

também ressaltou que a legislação eleitoral restringe apenas a participação em rádio e televisão de políticos filiados a outra agremiação

partidária ou a partido integrante de outra coligação.

No Recife, o 'peso Lula' pode ser ainda mais decisivo. A campanha de

DECISÃO PODE INFLUENCIAR JUÍZES DE OUTRAS CIDADES E BENEFICIAR CANDIDATOS COMO CADOCA, NO RECIFE, QUE PRECISA DE APOIOS PARA SE CONSOLIDAR NA DISPUTA

João da Costa (PT) teme dividir a imagem do presidente com o candidato do PSC, Carlos Eduardo Cadoça, que já vem usando como

pode a vinculação com o petista ilustre nas suas caminhadas. Encastelado entre os candidatos da oposição e do PT, Cadoça teria uma rota de escape para continuar se apre-

sentando ao eleitor como candidato governista, caso consiga espalhar fotos pela cidade posando ao lado do presidente. "Estou avaliando isso internamente, mas o presidente Lula já tinha dito que ia liberar a imagem dele aos aliados", disse o prefeitável do PSC.

O juiz da propaganda eleitoral do Recife, Paulo Torres, ainda não recebeu nenhuma representação cobrando exclusividade sobre a imagem do presidente, mas disse que o artigo 54 da lei 9.504/97 não proíbe expressamente a vinculação visual de candidatos da mesma coligação. "O primeiro passo é verificar se ele (presidente) estaria vinculado a um partido ou a outra coligação. Em

princípio não há impedimento, mas não há uma regra geral para definir isso, pois cada caso tem sua particularidade", explicou Torres.

Caso o efeito cascata de Jaboatão vingue em Paulista, o prefeito e candidato à reeleição Yves Ribeiro (PSB) seria obrigado a "ceder" a imagem do governador Eduardo Campos ao concorrente Sérgio Leite (PT). Este, por sua vez, poderia se deparar com painéis e fotos do socialista ao lado de Lula. Já em Olinda, o prefeitável Renildo Calheiros (PCdoB) não poderia mais brigar na justiça para obrigar os candidatos Artindo Siqueira (PTB) e Alf (PDT) a abdicar da foto com o presidente e com o governador.

Fonte: Diário de Pernambuco, julho de 2008.

ATIAGRAHA // Relatórios da PF envolvem Luiz Eduardo Greenhalgh com pedido de US\$ 260 milhões para fusão de empresas telefônicas

Vazamentos irritam o governo Lula

USTAVO KRIEGER E ALESSANDRA PEREIRA
DO CORREIO BRAZILIENSE

Cada vez mais irritado, mas ainda pouco preocupado. Assim fontes do Palácio do Planalto descrevem o estado de ânimo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação aos novos vazamentos de informações da Operação Satiagraha. O mais recente foi o de relatórios do Serviço de Inteligência da Polícia Federal. Eles sugerem que um grupo de lobistas teria pedido US\$ 260 milhões para viabilizar a fusão entre a Brasil Telecom e Oi. Entre os lobistas, estaria o ex-deputado petista Luiz Eduardo Greenhalgh, supostamente encarregado de contatos no governo, incluindo o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, e a ministra da Cidadania, Dilma Rousseff.

A cúpula governista já recebeu uma análise das quase 7 mil páginas de informações reunidas até aqui, incluindo os grampos telefônicos. A avaliação do Planalto é que a primeira etapa da Operação Satiagraha não levantou nenhuma prova contra Carvalho, Dilma ou qualquer outra figura de importância no governo. Essa etapa foi conduzida pelo delegado Protógenes Queiroz, hoje afastado. O governo atribui a ele a responsabilidade pelos vazamentos. Com o seu afastamento, a avaliação é que o governo começa a reassumir o controle.

Na sexta-feira, antes de deixar o cargo, Protógenes abriu um inquérito separado para investigar a atuação de Greenhalgh. Obedeceu a uma orientação do Ministério da

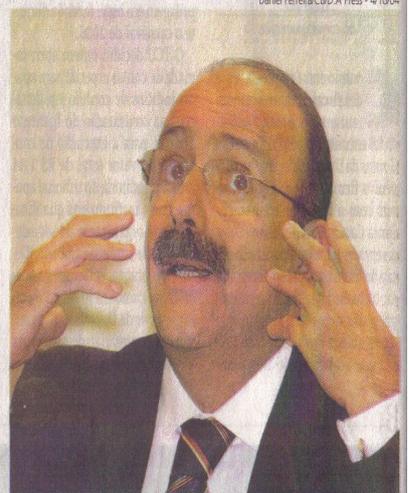
A AVALIAÇÃO DO PLANALTO É QUE A PRIMEIRA ETAPA DA OPERAÇÃO SATIAGRAHA NÃO LEVANTOU PROVA CONCRETAS CONTRA CARVALHO E DILMA

Justiça para que investigações contra políticos sejam desdobradas em processos específicos. É esse inquérito que o governo vai investigar com lupa.

Defesa - Ontem, em São Paulo, Greenhalgh afirmou, por meio de nota oficial, que ao longo de seu exercício profissional como advogado do grupo Opportunity nunca praticou tráfico de influência,

nem participou de discussões sobre propina, porcentagens e recursos para financiamento de campanhas eleitorais. De acordo com ele, o relatório de Protógenes apresenta "interpretações distorcidas" e tenta envolver seu nome em irregularidades em razão de uma conversa telefônica gramepada que, diz ele, é "pura má-fé".

Em trecho da nota, Greenhalgh menciona a reportagem publicada no jornal O Globo dando conta de que o grupo de lobistas supostamente ligados ao dono do Opportunity teria exigido US\$ 260 milhões para viabilizar a criação da BrOi. Segundo a matéria, que cita a PF como fonte, o ex-deputado seria integrante do grupo e os recursos seriam usados para formar "caixa 2" de campanhas eleitorais. Greenhalgh nega todas as acusações.



EX-DEPUTADO GREENHALGH NEGOU ONTEM QUALQUER PARTICIPAÇÃO EM LOBBY

Fonte: Diário de Pernambuco, julho de 2008.

Política

Recife, quinta-feira, 24 de julho de 2008 • DIÁRIO DE PERNAMBUCO •

ELEIÇÕES // Presidente avisa que vai evitar ao máximo participar dos pleitos municipais para não prejudicar a sua base aliada

Lula promete distância dos palanques

Fernando Biezerra Jr.

DANIEL PEREIRA
DO CORREIO BRAZILENSE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que evitará participar das eleições municipais deste ano. Segundo ele, o distanciamento da campanha é fundamental para preservar a harmonia entre os 14 partidos que apoiam o governo. Visa a impedir que a ajuda a um dado candidato cause protestos dos concorrentes das outras siglas alinhadas ao Palácio. Mantida a promessa feita no ano passado, Lula só estrelará em palanques e programas de rádio e TV no segundo turno e quando a disputa for entre governista e opositorista.

"Vou evitar o máximo possível participar das eleições municipais. Farei as minhas viagens, trabalhar dentro e fora do Brasil e deixar as eleições mais para os partidos e para quem é candidato", declarou o presidente depois de um almoço no Itamaraty com o primeiro-ministro de Trinidad e Tobago, Patrick Manning.

"Afinal de contas, eu tenho muitos aliados disputando as eleições. Não vou me meter nisso porque o resultado é sempre assim: os que ganham acham que os méritos foram deles e os que perdem depositam nas minhas costas a derrota, porque não fui ou porque fui apoiar o outro".

A prometida reclusão de Lula não será absoluta no primeiro turno. Já está acertado que o presidente viajará a São Paulo para dar fôlego à candidatura da petista Marta Suplicy na capital paulistana. A decisão foi tomada porque o trio que lidera o chamado bloquinho de esquerda — PSB, PDT e PCdoB — embarcou na chapa encabeçada pela ex-ministra do Turismo. Além disso, o outro integrante governista no páreo, o PP do deputado federal Paulo Maluf (SP), entrou na corrida sob as bênçãos do PT, a fim de retirar votos dos competidores Gilberto Kassab (DEM) que tentará a reeleição, e do ex-governador Geraldo Alickmin (PSDB).

Em visita a Itajubá (MG) no fim do mês passado, Lula manifestou a intenção de participar de um comício do candidato do PSB à Prefeitura de Belo Horizonte, Márcio Lacerda. Para auxiliares de Lula, isso não ocorrerá, porque PCdoB e PMDB também têm concorrentes. São, respectivamente, os deputados Jô Moraes e Leonardo Quintão, que ocupam a primeira e a segunda colocações nas pesquisas de intenção de voto. Segundo os auxiliares, a declaração do presidente seria só um atestado público de que aprova a candidatura de Lacerda, patrocinada pelo governador, Aécio Neves (PSDB), e pelo prefeito Fernando Pimental (PT).

Ontem, Aécio afirmou não ter necessidade de Lula prestigiar a campanha de Lacerda. "O seu apoio foi bem-vindo e é algo claro. Agora, é o candidato que tem de percorrer as ruas", disse. Ontem, Lula dedicou boa parte da agenda a encontros internacionais. No Planalto, ele recebeu à tarde Ibrahim Al-Zeben, chefe da Delegação Palestina, e José Luis Gija, governador da província argentina de San Juan.



LULA DE PONCHE ARGENTINO NO PALÁCIO DO PLANALTO: ELEIÇÕES SÓ PARA OS PARTIDOS E PARA QUEM É CANDIDATO

Fonte: Diário de Pernambuco, julho de 2008.

GOVERNO FEDERAL

Reajuste beneficia 350 mil servidores

Rio - As duas medidas provisórias que determinarão novos aumentos para as categorias ainda não reajustadas do funcionalismo público federal deverão ser enviadas ao Congresso ainda esta semana, segundo adiantou ontem o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Ele confirmou que estão sendo levados em conta "a formação e o currículo" dos servidores, inclusive da Receita Federal e do Banco Central.

As duas MPs deverão beneficiar 350 mil funcionários públicos, de 54 categorias. O ministro chegou a exemplificar que um doutor da Fiocruz, por exemplo, que ganha cerca de R\$ 4 mil, terá o salário reajustado para algo em torno de R\$ 11 mil até 2010. "Nas universidades, os doutores e mestres tiveram reajustes mais alentados, maiores, nos institutos de pesquisa também", explicou. O grupo de servidores contemplado nas duas MPs tinha ficado de fora da MP 431, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados. O ministro lembrou que o impacto total dos reajustes de militares e civis, no Orçamento, chegará a R\$ 11,5 bilhões, volume que ele admitiu que "é muita coisa".

Segundo o ministro explicou em entrevista após palestra no Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF), para parte das categorias o reajuste será concedido em forma de subsídios, e para outra parte em forma de remuneração mais tradicional. Ambas as MPs já estão em análise na Casa Civil. "Estamos conferindo, junto com a Casa Civil, todos os artigos e tabelas para ver se não cometemos erro, vamos mandar (ao Congresso) provavelmente essa semana", disse.

Fonte: Diário de Pernambuco, julho de 2008.

» CONJUNTURA

Inflação sobe e analistas aprovam a cautela do BC

Em 12 meses, IPCA acumula alta de 4,19%, perto do limite oficial. Preços em alta dão suporte à decisão do Copom de manter juros em 11,25%

RIO DE JANEIRO — Os resultados do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgados ontem, somados ao forte aquecimento da atividade revelados pelos dados da produção industrial anunciados anteontem, levaram analistas a destacarem o acerto do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) em interromper a queda na taxa de juros (Selic) e mantê-la em 11,25%.

Os preços dos alimentos dispararam mais uma vez em novembro e elevaram a inflação oficial do País para 0,38%, acima da taxa de outubro (0,30%) e do teto das estimativas do mercado financeiro (0,33%). A alta dos produtos alimentícios em 2007 será a maior apurada pelo IBGE desde 2002, segundo mostram os resultados acumulados no ano até novembro.

O IPCA já chegou perto do centro da meta de 4,5% definida pelo Banco Central para este ano. Em 12 meses até novembro, o índice acumula alta de 4,19% e, de janeiro a novembro, a variação é de 3,69%.

A coordenadora de índices de preços do IBGE, Eulina Nunes dos Santos, que normalmente não comenta política monetária, admitiu que a manutenção dos juros inalterados foi acertada.

Questionada se os dados de inflação mostram que o BC tomou a decisão correta, ela afirmou: "analisando os resultados de novembro, as evidências são de que sim (que o BC acertou na decisão), porque a inflação subiu."

A analista de macroeconomia da Tendências Consultoria Ana Carla Abrão Costa avalia que "as divulgações recentes de atividade e inflação vêm mostrando que o BC não foi conservador ao interromper os cortes de juros na reunião de outubro e manter a Selic em 11,25% na reunião de anteontem".

"Se nos concentrarmos nos últimos números fica claro que a opção por cautela foi acertada." Ela cita como exemplo, além da surpresa para cima no IPCA de novembro (0,38%, quando o teto das projeções apontava alta de 0,33%), os dados de utilização de capacidade recorde divulgados esta semana pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o "impressionante" crescimento da produção industrial em outubro.

Para a economista, juntando tudo isso, "têm-se os ingredientes para um cenário de inflação menos tranquilo". Ana Carla avalia que a queda nos juros só será retomada em "meados do ano que vem", dependendo da maturação dos investimentos e de um possível alívio sobre a utilização da capacidade instalada, sem comprometer a meta de 4,5% de inflação em 2008.

O economista Paulo Levy, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também chamou atenção para os acertos na política monetária. Ao comentar os resultados da produção industrial de outubro, ele afirmou que os resultados de atividade da indústria confirmaram que foi necessária a interrupção da queda nos juros.

Fonte: Jornal do Commercio, dezembro de 2007.

Delegados pressionam presidente

Roosevelt Pinheiro/ABR - 16/2/07



NO MANIFESTO, SINDICATO DA PF PEDE A LULA GARANTIA E INDEPENDÊNCIA

São Paulo - No rastro da crise institucional que a Operação Satiagraha desencadeou, os delegados da Polícia Federal em São Paulo divulgaram ontem manifesto cobrando empenho do presidente Lula na adoção de "garantias constitucionais de independência da investigação criminal e do inquérito policial". Segundo os delegados, a PF "somente continuará o enérgico combate ao crime organizado com a atuação do Congresso e do presidente da República no sentido de estabelecerem a sua autonomia administrativa e financeira e a proteção legal do Estado aos policiais federais".

O documento, de 28 linhas, intitulado Carta Aberta e assinado pelo presidente do Sindicato dos Delegados da PF, Amaury Portugal, vai ser levado à Câmara, ao Senado, ao Judiciário e ao Palácio do Planalto. Eles revelam preocupação com o capitão Protógenes Queiroz, delegado que conduziu a Satiagraha até uma semana atrás, quando deixou

e até intervenção do presidente Lula, que desafiou Protógenes a dizer os motivos que o fizeram sair da investigação envolvendo o banqueiro Daniel Dantas, o investidor Naji Nahas e o ex-prefeito Celso Pitta. Os delegados também se dizem apreensivos diante do que avaliam audaciosa reação do crime organizado - segundo eles caracterizada pela pressão sobre investigações e o lobby por projetos que esvaziariam a autoridade da PF no cerco a organizações montadas para lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crimes financeiros.

O texto foi aprovado por um grupo de delegados reunidos em assembleia geral do sindicato. "Arautos do combate ao crime organizado e da corrupção encastelada nos organismos públicos repudiam qualquer ingerência ou formas de pressão na condução dos trabalhos policiais e na administração do Departamento de Polícia Federal."

Os delegados querem a aprovação da proposta de emenda à

Fonte: Diário de Pernambuco, junho de 2008.

FRAUDE

Operação apreende combustível irregular

A Secretaria estadual da Fazenda (Sefaz) apreendeu 115 mil litros de álcool que estavam sem a nota fiscal e interditou cinco postos de gasolina na Operação Tolerância Zero, que foi iniciada na última segunda-feira. A mercadoria apreendida vale R\$ 660 mil. "Qualquer caminhão que seja identificado com álcool que vem direto das usinas será encaminhado para a Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária (Deccot)", explicou o diretor de fiscalização e ações móveis da Sefaz,

André Alexei Lyra. A iniciativa está mobilizando 60 auditores fiscais e será realizada até abril.

Dos cinco postos interditados, dois estão no Recife, um em Bar-

reiros (Mata Sul), um em Itambé e um em Lagoa de Itaenga. As duas últimas cidades ficam na Mata Norte.

"O álcool que vem diretamente das usinas está irregular e sem a nota fiscal", comentou Alexei. Pela legislação em vigor, o álcool combustível tem que ser vendido às distribuidoras, que revendem aos postos e recolhem o tributo estadual. Antes da operação, os responsáveis pelos caminhões (que estavam transportando o álcool clandestinamente) pagavam o auto de infração e eram liberados. "Agora, os motoristas terão que informar a origem deste combustível",

disse.

A expectativa da operação é fazer com que o Estado volte a recolher cerca de R\$ 2 milhões, valor estimado da sonegação que ocorre com o álcool que é vendido sem recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A Sefaz estima que a sonegação atinge cerca de 40% de todo o álcool comercializado no Estado.

O ICMS é a principal fonte de receita do Estado, que arrecada cerca de R\$ 450 milhões por mês com o tri-

buto. Deste total, R\$ 70 milhões são gerados no setor de combustíveis.

A operação ocorre em três frentes. Na primeira, estão sendo colocados dois auditores

em cinco usinas durante 24 horas por dia para acompanhar a saída de todo o álcool produzido nestas unidades, que ficam em Jaboatão dos Guararapes, Ribeirão, Palmares, Catende e Maraiá.

Na segunda frente, estão sendo realizadas medições da quantidade de combustível em 40 postos de gasolina da Região Metropolitana do Recife (RMR). O Estado tem 1,2 mil postos de gasolina. A terceira frente é formada por 25 equipes móveis de auditores fiscais que ficam em 11 corredores do Grande Recife, Mata Sul, Mata Norte e Agreste.

Chamada de Tolerância Zero, ação inibe a sonegação fiscal

Fonte: Jornal do Commercio, dezembro de 2007.

» CONGRESSO

Governo vota CPMF na terça

Ainda sem os votos necessários para aprovar a prorrogação da emenda, governo decide fazer "uma operação de risco" e votar a proposta

BRASÍLIA — Mesmo sem a garantia dos 49 votos necessários para aprovar a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o governo decidiu votar a proposta na próxima terça-feira. Um dos principais líderes governistas reconhece que levar a proposta a exame do plenário será "uma operação de risco", mas diz que o Planalto não tem outra saída. A ordem é tentar reunir 50 a 51 votos nos próximos cinco dias e enfrentar o plenário do Senado, mesmo sem margem de segurança.

Em conversa com a cúpula do PMDB na noite de quarta-feira, o presidente Lula tentou demonstrar otimismo no que se refere à conquista de votos, mas o adiamento da votação foi descartado em qualquer cenário. Avaliou-se que protelar o exame da proposta mais uma vez é politicamente inviável, porque daria a impressão de derrota antecipada.

Além do presidente nacional do partido, Michel Temer (SP), participaram da reunião com Lula no

tas nas duas Casas. Segundo um dos presentes ao encontro, Lula trabalha com a hipótese de o governo perder a votação.

"O presidente mostrou que está preparado para cortar despesas, na falta dos R\$ 40 bilhões da CPMF no ano que vem", afirma o dirigente peemedebista. Diz o parlamentar que Lula também já está afiando o discurso contra a oposição no caso de derrota. "Se a gente perder, vou ter que explicar ao povo as razões",

Proposta constava da pauta de ontem, mas não foi votada por falta de quórum

adiantou o presidente na reunião com a cúpula do PMDB, deixando claro que responsabilizará a oposição pela falta de recursos "que provocará a falência do sistema público de saúde e várias outras mazelas do País que não poderão ser corrigidas pela falta da CPMF". A votação da prorrogação da contribuição chegou a constar da pauta ontem, mas a votação foi adiada em virtude de quórum reduzido.

Também ontem, o líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), disse que o partido "vai ficar de olho" em possíveis manobras do governo

Fonte: Jornal do Commercio, dezembro de 2007.

FINANÇAS // Estudo divulgado pela Itaucard aponta que jovens são os que mais dividem

Parcelamento de compras no cartão chega a 60% no NE

TATIANA NASCIMENTO
DA EQUIPE DO DIÁRIO

Compre hoje, pague em cinco, seis, 12, 36 vezes. As propostas são muitas, a tentação é enorme. E num país de 101 milhões de cartões de créditos, é cada vez maior o número de pessoas usando o dinheiro de plástico para parcelar suas compras. Grandes ou pequenas. Em 60% das vezes que tira o cartão do bolso, o consumidor nordestino opta por dividir a conta. É o segundo maior percentual do país, atrás apenas da Região Norte (62,4%). Fica bem acima da média nacional, de 50,1%. Os dados são do estudo *A evolução do cartão no acesso ao crédito*, divulgado ontem pela Itaucard. O levantamento mostra também que os jovens entre 18 e 29 anos são os campeões do parcelamento.

Hoje, o cartão já responde por 12,9% do consumo das famílias brasileiras. Está substituindo o uso do cheque. Em 2004, 40,7% das compras eram divididas. Agora, representam pouco mais da metade do faturamento da indústria de cartões. E o percentual só deve crescer ao longo do ano. É no segundo semestre que o brasileiro deixa as inibições de lado e parcela as compras com gosto, principalmente por causa da ceia e dos presentes de Natal. As mulheres parcelam mais. De acordo com o estudo da Itaucard, 56% das compras feitas por elas são divididas em parcelas sem juros, com um tíquete médio de R\$ 213. Os homens gastam mais (R\$ 272) e dividem menos (46%).

Para o diretor de Marketing do Banco Itaú, Fernando Chacon, o crescimento das contas parceladas no cartão indica que o brasileiro está planejando mais as compras. Também permite, segundo ele, que os consumidores tenham

O MERCADO DE CARTÕES EM 2008

Os dados apresentados pela Itaucard são referentes até o mês de julho

Número de cartões emitidos **101,7 milhões**
Faturamento **R\$ 120,7 bilhões**

Como são as compras

Região	À vista	Parcelada
Norte	37,6%	62,4%
Nordeste	40%	60%
Sudeste	53,5%	46,5%
Centro-Oeste	54,6%	45,4%
Sul	57,4%	42,6%
Média Brasi	49,9%	50,1%

Faixa etária	À vista	Parcelada
Entre 18 e 29 anos	48,3%	51,7%
Entre 30 e 39 anos	50,2%	49,8%
Entre 40 e 49 anos	49,6%	50,4%
Entre 50 e 59 anos	50,1%	49,9%
60 anos ou mais	52,4%	47,6%

Fonte: Itaucard

Arte: Greg / DP

é o que acontece. Na vida real, a situação pode ser bem diferente, como mostra a universitária Marcela Barreto. Aos 22 anos, a estudante de ciências sociais tomou uma decisão radical. Deu adeus aos cartões de crédito. Quebrou todos. Desde o mês passado, só compra à vista e dentro do orçamento de R\$ 300, valor da bolsa que recebe no estágio.

A decisão foi motivada pela fatura de R\$ 600 de um dos cartões, que a mãe teve que pagar no mês passado. "Eu era dependente dela

a conta cresceu e agora ela cortou o cartão", diz a estudante, que pôs fim aos outros e assume que era mesmo "descontrolada". Marcela conta que o dinheiro de plástico era usado para comprar roupas, sapatos, artigos de higiene pessoal e, claro, bancar as baladas com os amigos. Tirando os gastos nos bares e restaurantes, todo o restante acabava parcelado. Segundo o Itaucard, os jovens dividem as contas em 51,7% das vezes (contra 42,8% em 2004).

ra. Por conta da facilidade de se conseguir um cartão hoje no país, aumentou o número de pessoas endividadas. De acordo com a Serasa, a inadimplência cresceu 6,1% durante o primeiro semestre de 2008. E 32% das dívidas são referentes a faturas não pagas dos cartões de crédito. O vilão, em boa parte dos casos, atende pelo nome de "pagamento mínimo". Quem recebe uma fatura de R\$ 500 e cai na armadilha de pagar apenas R\$ 100, na próxima terá que lidar com juros de 12,4% sobre os R\$ 400 que ficaram. Cada curso R\$ 50 e mais

Fonte: Diário de Pernambuco, julho de 2008.

PERIÓDICO: DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Processos materiais em títulos na área de política

1) <u>Prefeituras da RMR entregaram</u> carnês do IPTU. DP
2) <u>Oposição busca</u> mandatos (A7 5/5/2007)
3) <u>Aliança cresceu</u> só no segundo turno (A3 6/5/2007)
4) <u>Entidades reagem</u> e atacam proposta (A2 6/5/2007)
5) <u>CPI estuda</u> 29 requerimentos (A6 5/5/2007)
6) <u>Mudança mira</u> agora o Porto digital (DP, 26/07/08)
7) <u>Lula cria</u> fundo para a Amazônia e critica G-8. (DP, 26/07/08)
8) <u>Reajuste beneficia</u> 350 mil servidores (DP, 30/07/08)
9) <u>Delegados pressionaram</u> presidente (DP, 26/07/08)
10) <u>Lula libera</u> e a Justiça diz amem(DP, 26/07/08)
11) <u>Vazamentos irritam</u> o governo Lula. (DP, 24/07/08)

Processos verbais em títulos na área de política

12) <u>Lula libera</u> e a Justiça diz amem(DP, 26/07/08)
13) <u>Congresso discute</u> profissionalização.
14) <u>Estudo técnico indica</u> problemas de gestão (DP, 05/05/2007)

Processos mentais em títulos na área de política

15) <u>EUA criticam</u> ação (A11 5/5/2007)
16) <u>Governo quer</u> regularizar a posse de terras na Amazônia (DP, 26/07/08)
17) <u>Minc quer</u> redução de enxofre (DP, 26/07/08)

Processos relacionais em títulos na área de política

18) <u>Governo tenta segurar</u> preço do álcool.

Processos materiais em títulos na área de economia

1) <u>Tarifas sobem</u> mais que a inflação.
2) <u>Indústrias pedem</u> crédito de R\$ 460 milhões ao BN.
3) <u>Consumo de material registra</u> redução.
4) <u>BC age</u> , mas dólar supera.
5) <u>Suape gera</u> 190 mil vagas indiretas (A2 6/5/2007)

6) BB oferece nova linha de crédito (B2 6/5/2007)
7) MPPE inspeciona escolas do Recife (C3 5/5/2007)
8) Postos vendiam gasolina com preço abaixo do custo (B2 5/5/2007)
9) Produção da indústria cresce 3,8% no trimestre (B6 5/5/2007)
10) BN libera dinheiro à Citepe (B4 5/5/2007)
11) Sindipretro nega combinação: <u>Sindicato do Comércio de Derivados de Petróleo da Paraíba</u> diz que é cedo para acreditar em cartel nos postos (B3 5/5/2007)
12) PF prende empresário por cartel (B1 5/5/2007)
13) Recifense usa 13º na Reforma da casa (DP, 06/12/2006)
14) Lula pretende agilizar PAC (DP, B3, 05/05/2007)
15) Parcelamento de compras no cartão chega a 60% no NE (DP, 31/07/08)
16) Gasolina e gás não sobem mais este ano, diz Copom (DP, 01/08/08)
17) IPVA sobe 1,1% e deve ser pago até junho.

Processos mentais em títulos jornalísticos na área de economia

18) Governo tenta segurar preço do álcool.
19) BC tenta explicar funcionamento (B3 6/5/2007)
20) BC tenta explicar funcionamento (DP, 06/05/2007)

Processos relacionais em títulos jornalísticos na área de economia

21) Serviços postais têm alta de 7,9% (DP, 26/07/08) – identificativo
22) Exportações batem recorde em 2005.
23) Inflação de aluguel tem alta de 15,12% (DP, 31/07/08) - identificativo

Processos verbais em títulos jornalísticos na área de economia

24) Gasolina e gás não sobem mais este ano, diz Copom (DP, 01/08/08)
25) Sindipretro nega combinação: <u>Sindicato do Comércio de Derivados de Petróleo da Paraíba</u> diz que é cedo para acreditar em cartel nos postos (B3 5/5/2007)

PERIÓDICO: DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Processos materiais em títulos jornalísticos na área de vida urbana

1) <u>Desabamento</u> mata cinco na Alemanha.
2) <u>Detran</u> vai fiscalizar com câmeras.
3) <u>Lei</u> cria cadastro de celulares roubados.
4) <u>Justiça</u> limita liberdade de torcedores (A13 6/5/2007)
5) <u>Competição</u> estimula aprendizado (C5 6/5/2007)
6) <u>Noronha</u> ganha destaque como destino turístico (B10 6/5/2007)
7) <u>Igreja</u> começa reabilitação do Padre Cícero (A1 5/5/2007)
8) <u>MPPE</u> inspeciona escolas do Recife (C3 5/5/2007)
9) <u>STJ</u> decidiu por unanimidade que empresa é obrigada a repassar 11% à previdência (B4 6/5/2007)
10) <u>O Vaticano</u> se aproxima do Juazeiro (A12 5/5/2007)
11) <u>Racionamento em Caruaru</u> vai terminar até o São João (5/5/2007)
12) <u>GOE</u> prende 4 por seqüestrar médica (C6 5/5/2007)
13) <u>MPPE</u> faz recomendação (C1 5/5/2007)
14) <u>EUA</u> vivem celebração da virgindade (B13 6/5/2007)
15) <u>Justiça</u> denuncia regalias de policiais na prisão (A13 5/5/2007)
16) <u>Anti-semitismo</u> renasce na Argentina – <u>Relatório</u> afirma que número de ações quase dobrou em 2006 e violência ameaça maior colônia judaica da América do Sul (B16 6/5/2007)
17) <u>Lula</u> quebra patente de pílula anti-Aids (A11 5/5/2007)

Processos mentais em títulos jornalísticos na área de vida urbana

18) <u>Idec</u> quer esclarecer sobre fibras nos alimentos (A11 6/5/2007)

Processos verbais em títulos jornalísticos na área de vida urbana

26) <u>Sindipetro</u> nega combinação: <u>Sindicato do Comércio de Derivados de Petróleo da Paraíba</u> diz que é cedo para acreditar em cartel nos postos (B3 5/5/2007)
--

Processos relacionais em títulos jornalísticos na área de vida urbana

19) <u>Quixaba</u> tem a fórmula para a educação (C4 6/5/2007)
--

PERIÓDICO: JORNAL DO COMMERCIO

Processos materiais em títulos jornalísticos na área de política

1) <u>P-SOL</u> leva seus candidatos às salas de aula – <u>Partido</u> promove curso de formação política para pré-candidatos a prefeito a vereador. Os temas vão desde o socialismo até noções de gestão pública. (JC, Política, p. 8 – 28/10/2007)
2) <u>Cúpula</u> tucana participa de seminário no Recife (JC, Política, p.4 28/10/2007)
3) <u>Lula</u> pressiona equipe (JC, Política, p. 7 - 28/11/2007)
4) <u>Denúncia</u> leva pai que abusou da filha (JC, Brasil, p. 22 – 28/10/2007)
5) <u>Governo</u> vota CPMF na terça (JC, Política, p.8 – 07/12/2007)
6) <u>Atrelamento de chapas</u> agita eleições no PT (JC, ???, 18/11/2007)
7) <u>Emendas</u> revelam ambição eleitoral (JC, Política, 18/11/2007)
8) <u>A Mídia</u> gira em torno de Chávez (JC, Internacional, 18/11/2007)
9) <u>Renan</u> avalia renúncia para não ser cassado (JC, Política, 17/11/2007)
10) A falha do Congresso – <u>Presidente interino do Senado</u> admite que <u>o Congresso</u> fracassou ao não avançar a reforma política (JC, Política, 28/10/2007)
11) <u>PCR</u> vai assumir a obra do Chanteclair – <u>Prefeito João Paulo</u> assinou , ontem, decreto que transforma prédio, no Bairro do Recife, em imóvel de utilidade pública. Garantiu , ainda, que manterá uso cultural da edificação, como estava previsto. (JC, 28/10/2007)
12) Sem acordo, <u>oposição</u> admite lançar nome (JC, Política, 09/11/2007)
13) <u>Comissão</u> aprova emenda que amplia licença (JC, 09/11/2007)
14) <u>Cartão de Natal da AACD</u> ajuda a ampliar serviços (JC, Cidades, 18/11/2007)
15) <u>OAB</u> lança campanha contra a corrupção (JC, 18/11/2007)
16) <u>Lula</u> promete ajudar une (JC, Política, 18/11/2007)

Processos mentais em títulos jornalísticos na área de política

17) <u>Jobim</u> teme ataques a reserva de petróleo (JC, Brasil, 16/11/2007)

Processos verbais em títulos jornalísticos na área de política

18) <u>DEM</u> debate educação (JC, Política, 28/11/2007)
--

Processos relacionais em títulos jornalísticos na área de política

19) Para Chinaglia, <u>briga da CPMF</u> tem viés eleitoral (JC, 18/11/2007)

PERIÓDICO: JORNAL DO COMMERCIO

Processos materiais em títulos jornalísticos na área de economia

1) <u>Telecheque</u> negocia dívida este mês (JC, Economia, p.3 – 07/12/2007)
2) <u>Operação</u> apreende combustível irregular (JC, Economia, p. 5 - 07/12/2007)
3) <u>Inflação</u> sobe e <u>analistas</u> aprovam a cautela do BC (JC, Economia, p. 5 - 07/12/2007)
4) <u>Fiscais</u> perdem guerra contra fraudadores (JC, ???, 18/11/2007)
5) <u>Comida a crédito</u> ameaça orçamento (JC, Capa, 18/11/2007)
6) <u>Crédito para comida</u> amplia endividamento (JC, Economia, 18/11/2007)
7) <u>Contrabando</u> fura barreiras da PF (JC, Brasil, 18/11/2007)
8) <u>Pequenas</u> brigam pelo mercado (JC, Economia, 18/11/2007)
9) <u>Suape</u> negocia fábrica de U\$\$ 20 milhões (JC, Economia, 17/11/2007)
10) <u>Empresa do Estado</u> criará chip inédito (JC, Economia, 17/11/2007)
11) <u>Ação do BC</u> faz o dólar subir (JC, Economia, 17/11/2007)
12) <u>Petrobrás</u> vai elevar reservas em 50% (JC, Economia, 17/11/2007)
13) <u>Receita</u> libera consulta ao IR (JC, Economia, 09/11/2007)
14) <u>Estaleiro</u> adota política de nacionalização (JC, Economia, 17/11/2007)
15) <u>Idec</u> aponta problemas nos bancos (JC, Economia, 16/11/2007)
16) <u>Decreto</u> ameaça investimento de R\$ 1,9 bilhão no Estado (JC, 17/11/2007)
17) <u>Megacampo (petróleo)</u> acirra debate sobre royalties (JC, Economia, 17/11/2007)

Processos verbais em títulos jornalísticos na área de economia

18) <u>Encontro</u> discutirá parques tecnológicos (JC, Capa dois, 18/11/2007)
19) <u>Evento</u> discute turismo em Gramado (JC, Economia, p.5 11/11/2007)

Processos relacionais em títulos jornalísticos na área de economia

20) <u>Extensão rural</u> terá R\$ 12 milhões (JC, Economia, 18/11/2007)

PERIÓDICO: JORNAL DO COMMERCIO

Processos materiais em títulos jornalísticos na área de vida urbana

1) <u>Denúncia</u> leva pai que abusou da filha (JC, Brasil, p. 22 – 28/10/2007)
2) <u>Cidades</u> ignoram alerta de dengue (JC, Brasil, p.26 – 28/10/2007)
3) <u>Chips</u> em cavalos reduzem acidentes e maus-tratos (JC, Brasil, 18/11/2007)
4) <u>Contrabando</u> fura barreiras da PF (JC, Brasil, 18/11/2007)
5) <u>Universitários</u> fazem o Enade hoje (JC, Cidades, p.9, 11/11/2007)
6) <u>Troca de corpos</u> gera ação judicial (JC, Cidade, 17/11/2007)
7) <u>Decreto</u> ameaça investimento de R\$ 1,9 bilhão no Estado (JC, 17/11/2007)
8) <u>Cartão de Natal da AACD</u> ajuda a ampliar serviços (JC, Cidades, 18/11/2007)
9) <u>Índios</u> se aliam a garimpeiros para explorar diamante (JC, 18/11/2007)
10) <u>Celebridades</u> brigam por lugar a Sapucaí (JC, Brasil, 18/11/2007)
11) <u>Católicos e ortodoxos</u> iniciam reconciliação (JC, Internacional, 16/11/2007)

Processos mentais em títulos jornalísticos na área de vida urbana

12) <u>Igreja</u> teme banalização do casamento e família (JC, Brasil p.25 28/10/2007)
13) <u>Estados Unidos</u> temem desvio de armas nucleares (JC, Internacional, p.22, 18/11/2007)
14) <u>Indígenas</u> querem direito exclusivo de exploração (JC, 18/11/2007)

Processos relacionais em títulos jornalísticos na área de vida urbana

Títulos jornalísticos
15) <u>Chinês</u> é preso por passar um e-mail (JC, Internacional, p.22, 18/11/2007)

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.